

A greve geral – unidade dos trabalhadores contra a ofensiva



No próprio dia da greve, o PCP saudava os trabalhadores que participavam na luta que abrangeu «praticamente todos os sectores, público e privado, com níveis de adesão elevadíssimos, em muitos casos a 100 por cento». «A greve geral», disse Carlos Carvalhas, «é um sucesso que constitui uma resposta notável dos trabalhadores que, em unidade na acção, condenaram inequivocamente o pacote laboral e a política do Governo PSD-CDS/PP e exigem políticas sociais mais justas».

Págs. 5, 6, 7 e centrais

Uma grande resposta!



Assembleias do Partido

Carvalhas em Lisboa e no Porto

Em Lisboa no sábado, no Porto no domingo, os comunistas da ORL e da ORP realizaram as suas assembleias das organizações regionais e elegeram as respectivas direcções.

Págs. 8 e 9

PCP apresenta propostas

Conquistar as 50 milhas

Proposta do PCP, beneficiando os Açores e a Madeira, melhora os aspectos mais negativos da reforma da PAC e estende de 12 para 50 milhas a zona exclusiva dos arquipélagos.

Pág. 19

Venezuela

Dois milhões em Caracas

A «Marcha pela Paz», convocada pelas forças democráticas, reuniu em Caracas mais de dois milhões de pessoas, apoiando o governo constitucional do presidente Chávez.

Pág. 21

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante-ppc@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção

Leandro Martins

Chefe Adjunto

Anabela Fino

Redactores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

VASP - Sociedade
de Transportes
e Distribuição, Lda.
R. da Tascoa, 16 - 4.º
2745-003 Queluz
Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Contínente e Regiões
Autónomas)

50 números: 9 000\$00
44.90 euros

25 números: 4 600\$00
23.00 euros

EUROPA

50 números: 23 000\$00
114.75 euros

EXTRA-EUROPA

50 números: 33 000\$00
164.60 euros

*Enviar para

Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Trabalhadores: mais de milhão e meio em luta

Resumo

4 Quarta-feira

O grupo parlamentar do PCP apresenta um projecto de lei para a criação de serviços de apoio e casas de abrigo de forma a fazer face a situações de violência doméstica ● O Coordenador Nacional da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, afirma que as actualizações do salário mínimo nacional e das pensões da segurança social, abaixo dos índices de inflação, «são as mais violentas medidas dos últimos 15 anos» ● O PCP requer a nulidade da proposta de reabilitação do Parque Mayer, em Lisboa, que pretende construir naquele local um casino ● Desemprego na Alemanha atinge os 10 por cento, quase 5 milhões de desempregados ● Violentos protestos, dois mortos e vários feridos é o balanço dos tumultos registados em Díli, Timor-Leste.

5 Quinta-feira

Considerando que o Código do Trabalho «não é só coisa de trabalhadores», intelectuais comunistas e quadros técnicos lançam manifesto e abaixo-assinado contra o pacote laboral ● São detectadas presumíveis ilegalidades no Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, SIEDM ● Os EUA anunciam uma ajuda suplementar ao governo da Colômbia de mais 573 milhões de dólares para o Plano Colômbia ● ETA-Militar reivindica atentado à bomba em Santander, Espanha, causando avultados danos materiais.

6 Sexta-feira

PCP entrega no Parlamento um requerimento sobre a decisão da ECCO let Portugal anunciar o fecho das secções de costura e peles, deixando 180 trabalhadores no desemprego. O director geral da ECCO na Dinamarca disse que a decisão era irreversível. No requerimento, o PCP pretende saber «que medidas pretende o Governo tomar para defender os postos de trabalho» ● Ministro da Saúde, Luís Pereira, diz que a maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa, poderá encerrar as portas ● Na Palestina, faixa de Gaza, após o fim do Ramadão, o exército israelita faz uma incursão no território provocando dez vítimas palestinianas.

7 Sábado

Entre fortes apelos à participação na Greve Geral e contra a «ofensiva de direita», têm início as Assembleias Regionais do PCP de Lisboa e do Porto. Na abertura da 5.ª Assembleia de Lisboa, o Secretário-Geral, Carlos Carvalhas criticou a posição do PS face à Greve Geral ● Termina a cimeira, no Porto, da

OSCE, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, sob a presidência portuguesa ● Confrontos na capital venezuelana, Caracas, entre opositores e apoiantes do presidente Hugo Chávez, de que resultam pelo menos 5 mortos e 29 feridos ● O governo da Etiópia anuncia que precisa de 1,5 milhões de toneladas de alimentos para satisfazer 11 milhões de pessoas. Mais de um milhão de pessoas estão ameaçadas pela fome.

8 Domingo

Termina a 5.ª Assembleia Regional de Lisboa e a 6.ª Assembleia Regional do Porto do PCP ● O Governo tenta intimidar os sindicatos através de um despacho querendo obrigar os sindicatos de transportes a cumprirem os serviços mínimos ● CGTP notifica criminalmente as empresas de transportes colectivos de passageiros que tenham notificado os seus trabalhadores a cumprirem com os serviços mínimos ● Na Colômbia, o presidente Uribe prometeu aos EUA eliminar a produção de cocaína no seu território em 18 meses. A promessa foi feita após uma ajuda de milhões de dólares.

9 Segunda-feira

O presidente da República, Jorge Sampaio, apela para a capacidade de adaptação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, face ao aumento para quase o dobro de imigrantes legais em Portugal, desde o ano 2000 ● O vice-presidente da TAP, Luíz Mór, admite congelar os salários em 2003 e diz que a TAP «precisa de ser urgentemente privatizada» ● Na Palestina, devido à ocupação israelita dos territórios, o presidente Yasser Arafat anuncia o cancelamento das eleições gerais previstas para 20 de Janeiro ● Na Sérvia, o presidente Vojislav Kostunica recusa os resultados das eleições de domingo, já que apenas 45% dos eleitores foram votar.

10 Terça-feira

Greve Geral da CGTP-IN, contra o pacote laboral e a política do Governo ● Presidente da República, Jorge Sampaio, promulga a Lei de Bases da Segurança Social ● A Administração Fiscal, numa estimativa, conclui que o pacote de «perdão de juros sobre as dívidas ao fisco poderá ficar longe dos objectivos iniciais, em termos de receitas» ● Conselho de Segurança das Nações Unidas levanta sanções impostas a UNITA em Angola ● Continua a maré negra do navio Presage ao largo da costa galega. Todos os dias, o navio afundado liberta 125 toneladas de fuel.

Aconteceu

Cinema cubano na videoteca de Lisboa

Começou na passada semana, na videoteca de Lisboa, ao Calvário, um ciclo de cinema dedicado à produção cubana. A mostra arrancou com o filme Guantanamo, de Tomas Gutierrez Alea e Juan Carlos Tabio. Ficções, documentários e várias animações fazem esta mostra de cinema, a cargo da videoteca municipal, com o apoio da Embaixada de Cuba e da Associação de Cubanos Residentes em Portugal. No próximo dia 14 é a vez do famoso *Morango e Chocolate*. No sábado foi exibido *Miel para Oshún*, de Humber-

to Solas. Amanhã vai ser a vez do filme de animação legendado em português, *Vampiros em Havana*, de 1985. O filme documental está reservado para o dia 20, em homenagem ao falecido realizador cubano, Santiago Alvarez. *Now*, de 1965, é sobre a discriminação racial nos EUA, seguindo-se o documentário sobre o Vietname, *Hanoi martes 13*, e *79 Primavera*, de 1967, uma biografia sobre o líder comunista, do Vietname, Ho Chi Min. A mostra termina dia 21 com o filme, *Nada*, de Juan Carlos Cremata, de 2001.

The Beatles: inspiração em Portugal

Um livro de Luís de Almeida e Teresa Lage, editado pela Assírio e Alvim, veio fazer revelações sobre a mais famosa banda rock do mundo e as passagens de Paul McCartney por Portugal, terra que o inspirou para criar algumas das mais conhecidas músicas da banda, também composta por John Lennon, Ringo Star e Geor-

ge Harrison. Neste livro, Paul McCartney conta, entre muitas outras revelações, como a paisagem do Alentejo o inspirou numa viagem de carro entre Lisboa e Albufeira, no dia 27 de Maio de 1965, para escrever a famosa balada *Yesterday*. Quem diria que esta música tinha «uma costela alentejana»?

Parque Expo deve mais de 500 milhões

Realizou-se a pedido do ministro das Cidades, um levantamento «rigoroso» à dívida da Parque Expo desde 1994. Agora ficou a saber-se que a dívida ascende a mais de 500 milhões de Euros. O ministro Isaltino Morais está até a analisar a possibilidade de alienar ou concessionar alguns equipamentos, como é o caso do Oceanário e do Pavilhão Atlântico. Lembrando que parte da dívida cabe às autarquias de Lisboa e Loures, o ministro ainda não confirmou mas considerou que «podrá eventualmente realizar-se uma auditoria às



Câmara de Setúbal pede empréstimo para pagar salários

A Câmara de Setúbal viu-se obrigada a pedir um empréstimo à banca no valor de um milhão de euros, para pagar salários de funcionários e dívidas aos fornecedores. De

acordo com o executivo camarário, a medida deve-se à falta de receitas nos primeiros meses do ano e à quebra nas receitas da derrama. A derrama é um imposto directo municipal baseado

no imposto sobre os rendimentos declarado pelas empresas. O presidente da autarquia, Carlos Sousa, referiu que Setúbal foi o concelho onde a quebra de receitas foi mais notória.

Quase metade dos jovens não faz o 12.º ano

Segundo dados do Ministério da Educação, cerca de 45 por cento dos alunos entre os 18 e os 24 anos, saem precocemente da escola antes de completarem o 12.º ano. Comparando estes dados com os do Relatório Conjunto sobre o Emprego na União Europeia divulgado em Novembro passado, vê-se que ainda estamos muito aquém da média comunitária que é de apenas 19 por cento de jovens na mesma situação. São do sexo masculino a maioria dos jovens que deixa mais cedo o

ensino, 52 por cento contra 38 por cento de jovens do sexo feminino. A situação social e as dificuldades de

muitos agregados familiares para que os seus filhos possam prosseguir os seus estudos não são alheios a estes resultados.



Filho de ministro britânico lidera luta no Ensino Superior

Will Straw, filho do ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Jack Straw, é um dos líderes da crescente contestação estudantil universitária na Inglaterra, contra o aumento de propinas. No passado dia 4, realizou-

se uma manifestação de protesto que contou com a participação de dezenas de milhares de universitários e Will Straw, presidente do sindicato dos alunos de Oxford, «bateu o pé» à política do governo onde seu pai tem máximas responsabilidades. Proferiu declarações contra a perspectiva de o ensino superior ficar mais caro, considerando que «as propinas mais altas não são aceitáveis. São injustas». Straw filho disse ainda que, se o governo quer que metade dos jovens entrem no ensino superior, «deve pagar para que isso seja possível».



Crónica Internacional

• Jorge Cadima

Trabalhadores em luta

Na semana da Greve Geral no nosso país, os trabalhadores portugueses podem verificar que não estão sós. Do Reino Unido à França, da Itália à Alemanha, da Grécia à Espanha, as greves gerais ou sectoriais e as manifestações e acções de luta dos trabalhadores estão a marcar o panorama político e social. Independentemente da composição partidária dos governos e para além das questões específicas de cada país, assiste-se em toda a Europa a intensas lutas e a uma radicalização do movimento operário e sindical – cujo definimento foi tantas vezes anunciado.

Essas lutas são o reflexo de uma mudança importante que vai ganhando corpo no seio de vastas camadas de trabalhadores. Em muitos países europeus, a maior militância e combatividade do movimento sindical é o resultado directo da pressão das bases, que altera as orientações conciliadoras de direcções sindicais (como em Itália), ou que vai mesmo ao ponto de substituir dirigentes ligados às políticas de concertação social que predominaram nas últimas décadas (como no Reino Unido). Traduz uma profunda desilusão com as políticas neoliberais levadas a cabo pelos governos de direita ou social-democratas. Reflece uma consciência crescente de que a vasta ofensiva do grande capital contra os direitos e níveis de vida dos trabalhadores apenas poderá ser derrotada pela luta organizada dos próprios trabalhadores. E assinala também uma compreensão cada vez maior de que essa ofensiva

anti-social está intimamente associada às políticas de rapina e de guerra que caracterizam o capitalismo actual. Numa Grã-Bretanha onde o movimento sindical havia sido reduzido à submissão e impotência pela acção conjunta da repressão thatcheriana e da «renovação»

trabalhista, o actual dirigente do Sindicato dos Bombeiros (cujos membros estão empenhados numa dura luta contra o governo) declarou numa reunião de deputados Trabalhistas ser inadmissível que o governo Blair se recuse a aceitar aumentos de salários para trabalhadores que arriscam a sua vida para salvar terceiros, mas esteja pronto a gastar mil milhões de libras para bombardear homens, mulheres e crianças inocentes no Iraque.

Tudo aquilo que nos últimos anos foi decretado como «inevitável», «eficiente» e «moderno», cada vez mais se revela ter sido uma gigantesca operação de pilhagem, de transferência de riqueza das mãos de trabalhadores e povos para os bolsos de capitalistas sem escrúpulos, mercantes da morte, traficantes da saúde, do ensino, da terceira idade. A actual crise económica do capitalismo está a desfazer muitas ilusões. As sucessivas guerras imperialistas estão a desfazer muitos mitos. Para os comunistas, que sempre apontaram a verdadeira natureza do capitalismo e do seu poder de classe, e que sempre trabalharam para organizar a resistência dos trabalhadores, os tempos são de intervenção e organização. Para clarificar a real natureza de classe das políticas anti-sociais de governos de direita ou de «centro-esquerda» e da sua Comissão Europeia. Para mostrar a ligação profunda destas políticas com os planos de guerra do imperialismo e a militarização da União Europeia. Para desfazer novas ilusões, que velhos e novos serventuários do grande capital nacional e internacional procurarão semear, vestindo com roupa nova e palavreado novo as velhas políticas de sempre. Para assegurar a necessária autonomia e independência de classe do movimento operário e sindical, sem esquecer o papel e importância das alianças sociais. Para derrotar as tentativas de fazer os trabalhadores pagar os custos da crise capitalista. E para impor novas políticas, que rompam de vez com a dominação de classe do grande capital.

É frequente, nos nossos dias, ouvir dizer que tudo é «novo». Mas o mundo que nos rodeia mostra que afinal, o «novo» tem muito de velho. O capitalismo do início do século XXI tem muito de semelhante com o velho capitalismo do início do século XX. As lições do passado têm muito de válido para os combates de hoje.

Tudo aponta para que os próximos tempos sejam tempos de conflitos, crises internacionais e lutas sociais intensas. Os trabalhadores necessitam dos seus partidos políticos para enfrentar essas crises e lutas. É por isso que os Partidos Comunistas são tão necessários hoje como sempre.

Editorial

A LUTA É O CAMINHO

Os múltiplos sinais de determinação de luta dos trabalhadores, visíveis nas últimas semanas em praticamente todos os sectores de actividade, tiveram expressão concreta plena na greve geral de anteontem que, traduzida por uma massiva adesão de trabalhadores, constituiu um êxito assinalável.

Quem tenha visitado o sítio do PCP na Internet a partir das zero horas de 10 de Dezembro, cedo terá concluído sobre os resultados da greve geral promovida pela CGTP-IN. Com efeito, as informações, provenientes de todo o País e dos mais diversificados sectores, não deixavam margem para dúvidas sobre o êxito obtido. E, como afirmou Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, em conferência de Imprensa, ao princípio da tarde, «os dados já conhecidos quanto à adesão à greve geral, abrangendo praticamente todos os sectores, público e privado, com níveis de adesão elevadíssimos, em muitos casos a 100%, permitem afirmar que a greve geral é um sucesso que constitui uma resposta notável dos trabalhadores que, em unidade na acção, condenaram ine-

“A greve geral mostrou de forma clara e concludente a força dos trabalhadores”

quivocamente o pacote laboral e a política do Governo PSD-CDS/PP e exigem políticas sociais mais justas».

Tudo isto tornou ridícula e patética a declaração proferida na manhã de terça-feira pelo ministro Bagão Félix, garantindo que «o País está a trabalhar» – ridícula, patética e carregada do desespero e da raiva de ver ao vivo a força organizada dos trabalhadores. Pelo mesmo diapasão afinaram os colegas de Bagão e os representantes do grande patronato, confirmando que o Governo Barroso/Portas, com a arrogância e o autismo que o caracterizam, está disposto a prosseguir a sua política de classe, a sua política ao serviço dos interesses do grande capital e frontalmente contrária aos interesses, direitos e aspirações dos trabalhadores. Quanto aos comentadores e editorialistas de serviço à política de direita, fizeram o que deles se esperava: foram a voz do dono – aliás, sublinhe-se, em total contradição com as notícias que os respectivos órgãos de comunicação difundiam mostrando o êxito da greve.

O enorme êxito da greve geral adquire ainda maior dimensão se se tiverem em conta as condições concretas em que ela decorreu. Por um lado, a existência de centenas de milhar de trabalhadores condicionados por situações de vínculos de trabalho precários – muitos dos quais, apesar disso e reve-

lando elevada consciência e coragem, participaram activamente na greve; por outro lado, as manobras de intimidação do Governo e do grande patronato, os quais, agindo ilegalmente, em frontal violação do direito à greve, tentaram, à última hora e em desespero de causa, a fixação por despacho dos serviços mínimos no sector dos transportes; usaram forças da GNR e da PSP contra grevistas; recorreram à substituição de trabalhadores em greve; desencadearam, em numerosas empresas, uma vaga de ameaças, pressões e chantagens, particularmente sobre trabalhadores com vínculos precários ou não sindicalizados.

Só o intenso trabalho de esclarecimento e mobilização levado a cabo por milhares de dirigentes e delegados sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores tornou possível ultrapassar os obstáculos existentes e construir a impressionante greve geral de terça-feira passada. A confirmar que, hoje como sempre, os êxitos não acontecem por milagre, não caem do céu por via de qualquer sobrenatural decisão, antes decorrem da vontade, da determinação, do esforço, da coragem, presentes na soma multiplicada da intervenção colectiva. A confirmar, igualmente, a importância decisiva do acerto na definição do tempo de concretização de uma luta com a dimensão desta greve geral.

É tempo, portanto, de saudar o Movimento Sindical Unitário: os activistas sindicais, os Sindicatos, as Uniões e Federações Sindicais, enfim, a CGTP-IN que assim se confirma como a grande central sindical dos trabalhadores portugueses. É tempo, também, de saudar as centenas de milhar de trabalhadores que, independentemente das suas opções sindicais ou partidárias, participaram na greve geral. É tempo, igualmente, de saudar os sindicatos que, apesar de não filiados na CGTP-IN, deram a sua adesão à greve e assim contribuíram para o seu êxito. É tempo, ainda, de saudar os milhares de militantes comunistas que, quer na sua qualidade de dirigentes ou activistas sindicais e membros de Comissões de Trabalhadores quer enquanto apenas militantes comunistas, dedicaram todo o seu entusiasmo, capacidade, inteligência e determinação à preparação da greve, contribuindo de forma determinante para o seu sucesso.

É tempo, enfim, de analisar os resultados da greve geral à luz das necessidades de luta que a situação que vivemos comporta. De concluir, talvez, que a greve geral, por si só e apesar da enorme adesão alcançada, não derrotou, de imediato, o pacote laboral, mas mostrou de forma clara e concludente a força dos trabalhadores, a sua disponibilidade para a luta, a sua determinação de se baterem pelos seus direitos, interesses e aspirações – e, assim sendo, mostrou que essa força, essa disponibilidade, essa determinação são portadoras das sementes da possibilidade real de derrotar o pacote laboral e as políticas que o acompanham e complementam. E, como foi sublinhado na Conferência de Imprensa do Partido, «é o prosseguimento da luta que determinará o resultado final e o destino deste pacote laboral e das políticas injustas que lhe estão associadas». O que quer dizer que a luta é o caminho. E que, como também foi acentuado, nessa luta, «as trabalhadoras e os trabalhadores podem, como sempre, contar com o PCP».

Actual

Um símbolo maior

• Vitor Dias

Uma lamentável distração quanto ao que identicamente terá acontecido com as anteriores entrevistas a Durão Barroso e a Ferro Rodrigues, fez-nos descobrir apenas há oito dias, aquando da entrevista a Carlos Carvalhas na RTP/1, algo que bem merece ficar como um símbolo maior de desvario, deselegância e perversidade.

Trata-se da peregrina ideia de justapor a uma entrevista política de um dirigente partidário, sem separadores nem publicidade, uma edição do «Contra-informação», transmitida fora do seu horário habitual e com um conteúdo assumidamente de «balanço» da precedente entrevista.

Aqui chegados, se não vivêssemos o tempo que vivemos, não devia ser preciso dizer nem explicar mais nada ou então devia estar legitimado o recurso a palavras como pateticidade e irresponsabilidade.

Mas não vamos por nenhum desses dois caminhos, até porque o segundo

poderia ofender quem, na verdade, não queremos ofender. Antes optamos pelo caminho de explicar que não estamos perante um acidente de programação, mas de uma opção consciente e deliberada dos responsáveis da RTP que, em indispensável articulação com a produtora do «Contra-informação», entenderam criar um novo «formato» televisivo – a entrevista política imediatamente seguida de um programa de humor político que, no caso de quinta-feira passada, assumiu repugnantes contornos de tentativa de «assassinato político».

E, por favor, não nos venham com observações sobre falta de «sentido de humor» ou sobre a «liberdade de criação». Não estamos a discutir nenhuma edição normal do «Contra-informação», estamos a contestar a infeliz invenção de um «formato» televisivo que, ao menos objectivamente, representa uma ostensiva tentativa de condicionar e influenciar, através deste

«Contra-informação» obviamente concebido antes da entrevista, o juízo livre e soberano dos telespectadores sobre a entrevista a que acabaram de assistir.

Pior ainda do que isso: contribui para assimilar a vida política e os discursos políticos reais a «clichés», caricaturas e cortantes navalhadas do «Contra-informação».

Aguarda-se agora que a falta de ponderação dos responsáveis da RTP os leve a encostar à próxima mensagem de Ano Novo do Presidente da República um «Contra-informação» de «balanço» dessa comunicação. E se há quem pense que o exemplo é muito diferente e mesmo absurdo, então faça o favor de explicar por que é que os principais dirigentes partidários e o que dizem não merecem o mesmo respeito que o Presidente da República e o que tem para dizer ao País.

E dito isto, têm a palavra os responsáveis da informação e programação da empresa a quem, embora às vezes não pareça, está confiado o serviço público de televisão.



Jogo de sombras no SIEDM

• Carlos Gonçalves

Nas razões da greve geral e do seu êxito, na perspectiva dos interesses essenciais dos trabalhadores, pesou também a defesa de valores fundamentais do regime democrático, dos direitos, liberdades e garantias, que as políticas de direita sempre visaram destruir.

Nesta matéria, a brutal ofensiva deste Governo releva na crise do SIEDM - Serviços de Informação Estratégicos de Defesa e Militares – onde, em síntese, se vive um momento talvez decisivo do projecto reaccionário de reconfiguração e controlo do Sistema de Informações.

O Governo acaba de nomear uma nova Direcção do SIEDM, em perfil conspirativo e à surrelfia da fiscalização parlamentar e é já evidente que, tal como sucedeu neste serviço em 1999, com a «lista dos espíões» e a queda de Veiga Simão, e no SIS em 2001, com o espião sul-africano e os seus préstimos à Dinfo e ao SIS, estamos num quadro em que o «bloco central» de apoio ao Sistema de Informações (e às suas desconformidades democráticas) cedeu a primazia à guerra pelo poder e ao assalto da ultradireita, que sempre manteve presença larvar e influência na «comunidade de informações».

Só que a situação é hoje mais grave. A ultradireita, por exemplo com Serradas Duarte, tem peso operacional na

Administração Interna, e com Alpoim Calvão e outros revê-se na proximidade ao ministro PPortas e teoriza a «resolução do problema dos serviços», o «controlo das comunicações» e o «corte de certas liberdades».

Dá o «jogo de sombras» que envolve o SIEDM - a hipotética lista de geometria variável de políticos de direita, alguns desafectos a PPortas, «revelada» pelo seu Gabinete e segundo «rumores» referidos pelo ministro, porventura vigiados desde 2000, ou, conforme «fontes» da ex-Direcção, espíadas apenas neste Governo, em nova fase de degradação do SIEDM.

Claro é que escasseiam as provas, mas sobra contra-informação e intriga, conspiração e perversão da Lei.

Claro é que tudo começou em Outubro no Gabinete de PPortas

(num pico da «Moderna»), que a confusão serviu o assalto ao poder no SIEDM pelos boys do ministro, que se carreararam forças para o próximo assalto ao SIS e que se pressionou o PS para ceder na fusão dos Serviços de Informações, para confundir segurança interna e defesa nacional e forjar o «inimigo interno» e novas medidas repressivas e antidemocráticas.

Por isso é urgente a resistência. No caminho aberto pela Greve Geral.



Desculpe lá o incómodo

• Leandro Martins

Uma greve geral resulta de um «incómodo generalizado» que atinge a generalidade dos trabalhadores e, se contarmos com as respectivas famílias, com os reformados, com os jovens à procura de primeiro emprego ou, pelo menos, à procura de emprego certo e seguro, atinge a esmagadora maioria da população.

Incómodo é dizer pouco, se nos recordarmos das muitas e boas razões que presidiram a esta greve que, contra os ventos e marés de uma comunicação social dirigida por gente adversa aos interesses e aspirações de quem trabalha por se revelar todos os dias enfeudada aos interesses do patronato e do Governo, conseguiu a vitória de realizar-se. Apesar de tudo, os trabalhadores, as suas organizações representativas e o seu Partido de classe conseguiram furar as barreiras de silêncio e, por obra militante de sindicalistas e de activistas políticos,

mobilizar esta greve geral que constituiu em si mesma uma grande vitória da unidade, da força e do empenhamento em defender direitos conquistados.

Certamente que a greve geral, ao concretizar-se, constituiu um «incómodo», e por isso mesmo o secretário-geral do PCP saudou, em nome do Partido, todos os que, sofrendo-o, se identificaram com os objectivos desta luta.

Porém, o «incómodo» contra o qual o Primeiro-Ministro se manifestou, é de uma grande hipocrisia. É tentar inverter os termos do problema, esquecendo o verdadeiro assalto aos direitos dos trabalhadores que o Governo tem em mente e se prepara

para desferir, alegando que estes não podem defender-se porque essa defesa «incomoda as pessoas». Claro que incomoda. E, em primeiro lugar o grande patronato e os seus serventes.

A luta vai continuar. Para o lado dos trabalhadores vão certamente inclinar-se com simpatia muitos democratas. Para o lado indefensável dos exploradores, inclinar-se-ão outros, que têm privilégios a manter. E é pena que, em dia

de greve geral, o Presidente da República se tenha «inclinado» para esse lado, homologando uma lei vil que pretende arrasar a Segurança Social. Cada um escolhe o campo que merece.



Frases

“Uma guerra de prevenção sai fora do direito internacional. Aceitar tal princípio significa ao fim e ao cabo justificar todas as iniciativas possíveis e transformar o mundo numa instabilidade total. Qualquer país poderá sempre declarar-se ameaçado.”

(Michèle Alliot-Marie, ministra da Defesa de França, Diário de Notícias, 09.12.02)

“Uma iniciativa bélica [dos EUA contra o Iraque] que não seja autorizada pelas Nações Unidas desencadeará uma crise grave. O mundo árabe veria em tal iniciativa um ataque arbitrário.”

(Idem, ibidem)

“Guerra preventiva ao Iraque é inaceitável.”

(Título, idem, ibidem)

“Existem certos elementos que receberam ordens da Mossad [serviços secretos de Israel] para formar uma célula sob nome da Al-Qaeda na Faixa de Gaza, com o fim de justificar o assalto e as campanhas do exército israelita de ocupação contra Gaza.”

(Yasse Abed Rabbo, ministro da Informação palestino, idem)

“Por mais planos de ordenamento disto e daquilo, planos directores municipais, ministérios do Ambiente, leis e mais leis (...) etc., etc., a triste verdade é que a fúria da construção avança e leva tudo à frente.”

(Francisco Sarsfield Cabral, idem)

“A regra entre os responsáveis políticos, até aqui, tem sido a de exibir um ar sério e preocupado quando os escândalos rebentam e, sob a pressão mediática, prometer mais fiscalização ou uma reestruturação. Depois o tempo tudo lava...”

(Eduardo Dâmaso, Público, 09.12.02)

“Kumba Yalá – A RTP Internacional transmite reportagens embaraçosas para o governo guineense? Pois fecha-se a RTPi. A RTPi transmite o jogo entre o Sporting e o Benfica? Pois reabre-se a RTPi. Viva a Democracia!”

(Rui Baptista, idem)

“Julgando um acusado, um jornal lisboeta sintetizou a filosofia política dos portugueses: “Espera-se que prove a sua inocência” (...) Era a regra da Inquisição.”

(Luís Salgado Matos, idem)

“A democracia cristã é um equívoco. A Igreja não tem que desenhar ou fazer uma acção política.”

(António Alçada Baptista, A Capital, 08.12.02)

“Neste fado vadio em que o Governo se tornou ninguém bate Paulo Portas. Ontem corria para as câmaras de televisão sorridente e demagógico, hoje foge velozmente delas cabisbaixo, escondendo-se atrás da mais estreita formalidade do Estado.”

(Leonel Moura, idem)

“Paulo Portas ouviu “rumor” de ilegalidades no SIEDM [Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares] há dois meses.”

(Título, Público, 09.12.02)

“Da Expo-98 a Timor e de Entre-os-Rios à Casa Pia, a sociedade dos “media” oscila entre a euforia e a depressão. Os especialistas do “surf” cavalgam as ondas mediáticas que, mais tarde, se desfazem no areal de esquecimento gerido pelas televisões.”

(Mário Mesquita, Público, 08.12.02)



PCP destaca elevada adesão à greve geral

Uma resposta notável dos trabalhadores

Ao início da tarde do dia 10, os dados sobre a greve geral eram já bastantes para que o PCP, em conferência de imprensa – na qual participaram Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa e Bernardino Soares –, considerasse a greve como um «sucesso que constitui uma resposta notável dos trabalhadores que, em unidade na acção, condenaram inequivocamente o pacote laboral e a política do Governo». O *Avante!* publica na íntegra a intervenção do secretário-geral.

geral sempre provoca e cuja responsabilidade pertence ao Governo, se identificaram com os seus objectivos.

Uma força de combate

O PCP, que no plano da iniciativa política e institucional, do esclarecimento aos trabalhadores e do empenhamento dos seus militantes, desde a primeira hora tem dado combate à

O PCP saudou a luta dos trabalhadores e juntou-se-lhes no Rossio, no final da tarde de terça-feira



Os dados já conhecidos quanto à adesão à greve geral, abrangendo praticamente todos os sectores, público e privado, com níveis de adesão elevadíssimos, em muitos casos a 100 por cento, permitem afirmar que a greve geral é um sucesso que constitui uma resposta notável dos trabalhadores que, em unidade na acção, condenaram inequivocamente o pacote laboral e a política do Governo PSD-CDS/PP e exigem políticas sociais mais justas.

A dimensão e o impacto da greve geral tem tanto mais significado se se considerar as manobras de intimidação do Governo e do grande patronato: violando o direito à greve ao tentarem nas vésperas, por despacho, fixar ilegalmente os serviços mínimos no sector dos transportes; usando as forças da GNR e da PSP contra grevistas; procedendo à substituição de grevistas, a pressões e ameaças em muitas empresas, particularmente sobre trabalhadores com vínculos precários ou não sindicalizados.

O PCP saúda todos os trabalhadores e trabalhadoras em greve, todos aqueles e aquelas que participam neste grande movimento cívico e de cidadania, pela defesa de direitos e por um Portugal de progresso. Saúda a CGTP-IN, as uniões de sindicatos, federações sindicais, sindicatos e comissões de trabalhadores, o generoso e combativo empenhamento de milhares



de activistas sindicais e em particular as centenas de milhares de trabalhadores que decidiram, organizaram e participaram na greve geral. Nesta saudação o PCP envolve igualmente outros sectores sociais, organizações e associações que assumiram posições solidárias com esta luta. Queremos também envolver nesta saudação todos aque-

Os trabalhadores condenaram inequivocamente o pacote laboral

les trabalhadores que, apoiando a greve geral e os seus objectivos, não tiveram condições para nela se incorporarem designadamente pelos fortes constrangimentos causados pelo carácter precário dos seus vínculos e pelo receio de retaliações patronais. O PCP saúda ainda todos aqueles e aquelas que com grande e compreensível empenhamento de milhares

mais violenta ofensiva política, social e legislativa desencadeada pelo Governo, traduzida na Lei de Bases da Segurança Social, no ataque ao Serviço Nacional de Saúde, na Lei dos Supranumerários e da alteração do Estatuto das Aposentações dos Trabalhadores da Administração Pública e no denominado Código do Trabalho, quer manifestar a sua solidariedade e admiração a todas as trabalhadoras e trabalhadores que hoje em greve deram uma magnífica lição de dignidade, unidade, determinação e luta em legítima defesa dos seus direitos.

O PCP considera que pela doutrina, pelos conteúdos e objectivos nucleares desta proposta não há remendo nem retoque que a possa

transformar em base ou ponto de partida negocial.

Sendo o pacote laboral a questão central desta poderosa manifestação de protesto e luta, para o seu êxito também convergiu o profundo descontentamento que hoje perpassa por diversos sectores de trabalhadores e outras camadas sociais duramente atingidos pela política de direita do Governo PSD-CDS/PP.

O Governo traiu as justas expectativas de milhares de reformados com pensões mínimas que nele confiaram, incluindo pelo seu voto, nas abundantes promessas de Paulo Portas e da direita e anunciou um mísero aumento do salário mínimo nacional. Mantêm-se em aberto as questões cruciais que afectam os trabalhadores da Administração Pública.

Em nome do défice das contas públicas aumentam os

impostos e os preços de bens e serviços essenciais com duros reflexos no poder de compra dos trabalhadores e das famílias com menores recursos, em contraste com os interesses das actividades especulativas e financeiras, que continuam intocáveis e privilegiadas.

Prosseguir a luta

Constituindo uma clara condenação da política retrógrada do Governo, a greve geral, pelo sua relevância, deixa a mensagem que nenhum progresso nacional é possível na base de uma guerra declarada aos trabalhadores e aos seus direitos e coloca a redobrada exigência de um outro rumo político e, consequentemente, a responsabilidade das forças políticas democráticas de extra-

rem as ilações desta condenação e das mais fundas aspirações dos trabalhadores.

Com a consciência de que o Governo quer continuar a persistir nos seus objectivos, comprometido que está com os grandes interesses do grande capital nacional e internacional, mas também com o entendimento que o Governo, por mais autista que queira ser, não vai ficar imune a esta significativa manifestação de vontade, de esperança e de determinação por esta grande causa social que é o direito do trabalho e o futuro do país, o PCP sublinha que é o prosseguimento da luta que determinará o resultado final e o destino deste pacote laboral e das políticas injustas que lhe estão associadas. As trabalhadoras e os trabalhadores podem, como sempre, contar com o PCP.

Intimidações sobre os grevistas revelam a força da greve geral

Quem tem medo do poder dos trabalhadores?



As pressões da polícia chegaram ao ponto de deter um sindicalista em Aveiro

Em várias empresas, as forças policiais permaneceram ou intervieram junto dos trabalhadores e dos piquetes de greve e chegaram a deter dirigentes sindicais. Objectivo: intimidar.

Foi o caso de várias empresas têxteis, electrónicas e rodoviárias no distrito de Braga. E da Corticeira

Amorim e da Ipo-cork Amorim-Revestimentos, em Santa Maria da Feira, onde grandes contingentes da GNR usaram a força contra os piquetes

de greve. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Corticeiros do Distrito de

Aveiro foi detido duas horas dentro de um jipe da GNR e depois foi levado para um posto para identificação.

Os patrões e o Governo tentaram tudo para prejudicar a greve geral

Américo Nunes, dirigente da CGTP, afirmou que estas notícias «são preocupantes» e revelam «ingerência e pressão junto dos piquetes» por parte da PSP e da GNR. «Desde as 22 horas de ontem só vejo forças policiais junto das

empresas onde estão os piquetes de greve», declarou Adão Mendes, membro da União de Sindicatos de Braga. «Até roubam os panos aos piquetes e afastam-nos das entradas das empresas com violência», acrescentou.

Já na véspera da greve se sentiam «intimidações e arbitrariedades que não podem ser permitidos em democracia», como denunciou Carvalho da Silva. «Os trabalhadores portugueses – porque estão conscientes e porque estão mobilizados – estão a ser alvo de todo o tipo de comportamentos trauliteiros e intimidatórios por parte do patronato que visam impedir a sua adesão à greve», afirmou em conferência de imprensa.

Várias empresas emitiram comunicados, fazendo insinuações aos trabalhadores sobre as «consequências» da adesão à greve. Noutros casos, as administrações tentaram substituir os trabalhadores efectivos por trabalhadores contratados a prazo e por outros de fora da empresa.

Na Cimpor, foi emitida uma norma de serviços ilegal tentando impedir a greve. A Joalto, grupo privado de transportes, tentou deslocar centenas de autocarros para o Arco do Cego e Parque das Nações, em Lisboa, e suspender na quarta-feira os trabalhadores que anunciaram que iriam fazer greve. Nos grandes supermercados, o cenário era semelhante: trabalhadores a serem intimidados e a serem substituídos. «Factos inaceitáveis», como classificou Carvalho da Silva.

Bernardino Soares, presidente do Grupo Parlamentar do PCP, enviou um requerimento ao Ministério da Administração Interna questionando sobre a presença e intervenção das forças policiais junto de empresas.



Esconder ilegalidades

As tentativas de dificultar a acção dos sindicatos na preparação da greve geral de anteontem começaram muito antes do próprio dia da paralisação. No sector das grandes superfícies comerciais, e para além do reincidente Carrefour – que na mesma semana procurou impedir sindicalistas de contactar os trabalhadores nas lojas de Aveiro e Telheiras – foi agora a vez do novíssimo Almada Fórum, do grupo Auchan, se iniciar nestas ilegalidades. Tudo se passou no passado dia 4, quando uma delegação do CESP (sindicato do comércio, escritórios e serviços) pretendia contactar com os trabalhadores daquela grande superfície comercial da margem sul e foi impedida de o fazer pela segurança privada, que alegava não ter autorização da administração para permitir a sua entrada. Mesmo após a explicação por parte de uma das sindicalistas de que não era necessária qualquer autorização para a realização de trabalho sindical nas empresas, mas que, mesmo assim, o sindicato havia enviado um fax avisando da sua visita, o segurança manteve a sua posição.

Os passos seguintes foram os de reunir com o chefe da segurança e com a administração, o que não foi fácil. Enquanto que o primeiro mantinha a intransigência em não permitir aquilo que a lei prevê, o administrador estava num reunião e não podia ser interrompido. Resultado: uma hora e meia depois de ter chegado ao centro comercial, a delegação do sindicato do comércio continuava à espera de lhe ser permitido o contacto com os trabalhadores. O conflito só se resolveu com a intervenção da PSP, que foi chamada ao local pelos sindicatos e teve de fazer cumprir a lei. Os sindicalistas foram finalmente «autorizados» a entrar, entre pedidos de desculpas.

No contacto que os sindicalistas mantiveram com os trabalhadores das diversas lojas do centro comercial, era perceptível a razão da pouca vontade da administração em deixar entrar o sindicato: muitos dos trabalhadores contactados – na sua grande maioria jovens – não viam garantidos grande parte dos seus direitos. Trabalho nocturno que não é pago, trabalho suplementar pago como normal, número de folgas insuficientes, são alguns dos atropelos frequentes naquela grande superfície. A delegação sindical prometeu voltar ao Almada Fórum para ajudar a resolver estes e outros problemas.



Obreiros da greve. Foram muitos os que, por todo o País, passaram uma noite e um dia à porta de uma qualquer empresa ou local de trabalho. Vestiam coletes vermelhos e traziam um cartão, ao peito, com uma inscrição: «piquete de greve». A função destes homens e mulheres era esclarecer os trabalhadores mais indecisos a juntarem-se à greve geral, o que muitos fizeram

Serviços mínimos

Despacho do Governo é ilegal

«O Governo está a extrasar as suas competências e a meter-se em caminhos tortuosos e perigosos», afirmou Carvalho da Silva, na tarde de segunda-feira, reagindo ao despacho conjunto do Governo que define os serviços mínimos a prestar durante a greve geral. Para o líder da CGTP, «o despacho não tem qualquer validade e não obriga nenhum trabalhador e pretende antecipar a aplicação do código laboral quanto a esta matéria».

De acordo com a lei da greve, compete às associações sindicais e aos trabalhadores em greve assegurar a prestação de serviços mínimos indispensáveis à satisfação de necessidade

sociais impreteríveis. «Ou seja, serviços que podem pôr em causa a saúde ou a vida das pessoas», explicou Carvalho da Silva. Cabe-lhes ainda decidir o número de trabalhadores e a forma de prestar os serviços, bem como designar quem lhes fique adstrito. O Supremo Tribunal Administrativo confirmou a interpretação da CGTP em 1992, 1996 e 1999.

O único poder atribuído ao Governo é o de determinar a requisição ou mobilização, caso se verifique o incumprimento das obrigações das associações sindicais. A requisição civil só pode ser decretada como reacção a um comportamento omissivo dos trabalha-

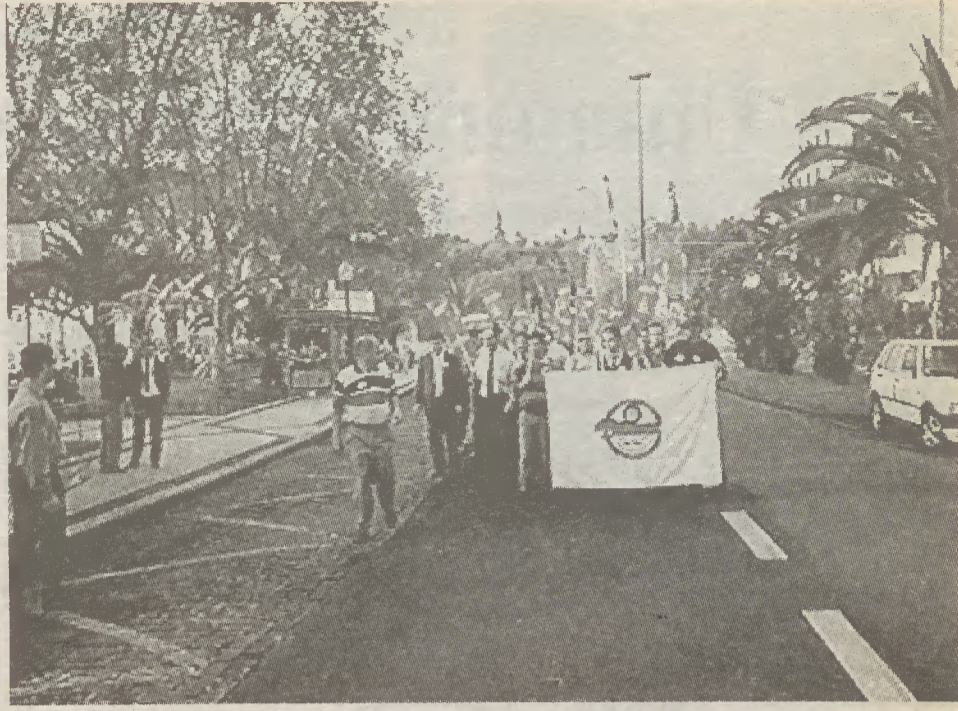
dores durante a greve, não podendo portanto ser invocada antes desta decorrer.

«Orgulhamo-nos de nunca ter havido um problema de ruptura em que se tivesse considerado que em qualquer sector não estavam a ser cumpridas as necessidades sociais impreteríveis», afirmou Carvalho da Silva. «As empresas que seguem estes despachos e que decidam avançar com definições de serviços mínimos estão a actuar ilegalmente», acrescentou.

«Sempre que os governos tentaram impor serviços mínimos, essa actuação foi considerada pela jurisprudência como ilegal. Na França, na Alemanha e

noutros países da União Europeia jamais os transportes são declarados áreas de serviço mínimo. O Governo quer fazer uma forte pressão sobre os trabalhadores e visa criar mecanismos que impeçam o impacto da greve», acusou.

O PCP repudiou «as manobras de intimidação» do Governo. «Esta operação chantagista resulta do receio face à perspectiva de uma grande adesão à greve. Não deixa de ter significado o facto do Governo estar a recorrer a uma medida que está consubstanciada na sua proposta de pacote laboral, procurando aplicá-la antecipadamente à revelia da lei actual», alertou.



Trabalhadores dos principais sectores e empresas participaram em massa na Greve Geral

A Greve que o Governo não quis ver

À hora do fecho desta edição, dados da CGTP/IN revelavam a participação de cerca de um milhão e setecentos mil trabalhadores em cerca de 830 empresas e 718 locais na Administração Pública.

De Norte a Sul do País, e apesar de todas as intimidações, quer governamentais quer patronais, os piquetes de greve organizaram-se e intervieram de forma decidida, no sentido de alertar todos até ao fim do dia 10 para a necessidade de aderir e participar num movimento já imparável, de afirmação da defesa dos direitos fundamentais para quem trabalha, recusando, com esta forma de luta, o servilismo a que todos estariam obrigados, caso fosse aprovado o Código do Trabalho.

Vamos aos verdadeiros dados, sem equívocos:

Empresas: indústrias e sectores produtivos, Administração Local e hotelaria

Nos serviços de recolha de lixo a adesão foi de 100% na quase totalidade nacional e a Administração Local teve uma participação de 90%. Também o ramo da hotelaria e serviços teve uma forte participação, destacando-se as unidades Unitrato-Lisboa, Wagon-lits e o hotel Estoril Sol, todos a 100%.

No sector de empresas, a adesão foi notória pela sua grande proporção. Assim, na totalidade aderiram a Físipe Barreiro, EDA Açores C. Caldeirão, Faial e Corvo, a Covina em Loures, a Prado de Tomar, Casa da Moeda de Lisboa, Unalbor de Odivelas.

A indústria têxtil registou por todo o País uma forte adesão. Foi o caso a 100% da TARF de Braga e da Fiftex de Guimarães, da Fiper e da Sampaio Ferreira, esta última a 98%. Greve total também na Cimpor de Coimbra e Loulé, na Cometina, Valorsul, Resiquímica de Sintra, Crisal da Marinha Grande, Incotex de Braga, Atlantis de Alcobaça, Provini de Aveiro, EDP da Palhavã, Sorgal de Aveiro, FRA, metalúrgica de Abrantes, Saint Gobain de Loures, Merloni de Setúbal, Tudor de Castanheira, CPPE da Régua, Secil de Setúbal, Boollinghaus da Marinha Grande, Portucel Tejo de Vila V. de Rodão, CTT das Caldas da Rainha, Portucel de Vila Velha de Ródão, EPAL, Arca de Lisboa e da Amadora, Portucel de Vila Velha de Ródão, produção da Petrogal Matosinhos e de Sines, todas com paralisação total.

Acima de 95%, a Grunding de Braga, Tomé Feiteira de Vieira de Leiria, Sampaio Ferreira, Fábrica Nacional, Ipcork-cortiça, ECCO de Santa Maria da Feira, IDAL de Peniche, Valpi-bus no Porto, Ilídio Ferreira no Pombal, General Cable na Morelena, Lusosider e Alcoa no Seixal. Com mais de 90%, Alcoa no Seixal, Barbosa Almeida AS da Marinha Grande, Renault de Cacia, Ormis Alcochete, Portalex de Sintra, Vestion de Palmela, OGME, ADP-Barreiro, Lameirinho de Braga e Olivacast de Aveiro.

Com adesões superiores a 85% estiveram a Parmalat de Setúbal, a Santos Barosa da Marinha Grande e a Fiação de Torres Novas, e a Scotturb de Cascais.

A mais de 80% esteve a Yazaki Saltano de Aveiro, Drecomo de Castelo Branco, Paulo de Oliveira da Covilhã, ECCO, calçado de Aveiro, Siemens no Sabugo, OGFE, OGMA, Auto Europa de Palmela e a Siderurgia nacional Longos do Seixal. Mais de 70% esteve a Iglo de Loures, a Somelose a Coelima de Braga, CDP de Vila Pouca, EMEF do Entroncamento, EPCOS de Évora, Manutenção Militar e CTT de Vila Real e a Autosil de Porto Salvo.

Acima de 65%, a Tyco de Évora e com mais de 50%, a EPAL dos Olivais, da Asseiceira e de Vale de Pedra, a Alcanta Açúcares de Loures, Lacto Ibérica de Aveiro, Tabaqueira de Loures, Rical de Santarém e Continental Mabor.

A mais de 40% aderiu a Vítor Guedes de Abrantes e a GDL de Lisboa. A Portucel de Aveiro, a Tanquapor no Barreiro e a Quimiparque pararam a 100%. Na Nestlé de Aveiro a greve rondou os 70%. Nas pirites alentejanas a adesão chegou aos 93,9%. A AutoEuropa, em Palmela, teve uma adesão de 85%.

Na indústria naval, os estaleiros da Lisnave, e de Viana do Castelo estiveram parados.

Transportes

No distrito de Lisboa as transportadoras registaram adesões na ordem dos 100 por cento como no Metropolitano, na Barraqueiro Arruda, Soflusa e Carris. A Auto Modinense de Vila Real, o Metropolitano do Porto, os STCP, os Transportes Públicos de Aveiro, as portagens de Palmela, Plena Via, Barreiro e Coima, a Estação ferroviária da Gare do Oriente, Santa Apolónia, Campanhã, Coimbra B, Coimbra Cidade, Lisboa, Rossio e Barreiro, a linha do Algarve, TAP- assistência aos passageiros e CP da Régua. Acima de 95%, a Rodoviária de Lisboa, Trans-tejo, AVIC Mondego Vimeca Transportes, Moisés Correia Oliveira, Rodoviária da Beira Litoral e Transportes Municipalizados de Coimbra. Em Faro, a EVA Transportes e a Rodoviária do Tejo em Santarém, teve uma adesão de 95%. No distrito de Setúbal, os Transportes Sul do Tejo tiveram uma participação de 98%. Com mais de 85%, participaram a SCOTTURB de Cascais, a Rodoviária da Estremadura, Rodoviária do Alentejo Frota Azul, 50%. Autoviação do Tâmega, 70%. Rodonorte, 70%. Os administrativos da Carris aderiram a 70%. Acima dos 95% aderiram os Transportes Carvalhos, a Rodoviária de Lisboa e Barraqueiro de Vila Franca de Xira.

Os aeroportos de Faro, Funchal, Porto Santo, Horta, Ponta Delgada e Santa Maria estiveram encerrados.

Pescas

A braços com uma profunda crise, o sector das pescas deu a merecida resposta ao Governo PSD/PP, com adesões de 100% na pesca do cerco em Peniche, nas pescas de Olhão e em Faro, onde a luta do arrasto começou na segunda-feira. Totalmente encerrados estiveram os portos de Faro e Portimão. A Pesca-gest de Peniche e a DG de Viação aderiram a 100%.

Hospitais e centros de saúde

100% nos hospitais D. Estefânia, Garcia de Orta, Santa Maria, Capuchos, Pediátrico e S. José, em Lisboa bem como nos pediátricos de Coimbra e do Fundão, os SMAS de Lisboa, os enfermeiros dos hospitais de Serpa, Lagos, S. Brás de Alportel e em Vila Real de Santo António. A 53% esteve o hospital de Beja.

Nos hospitais de Fafe, Famalicão, Beja, os enfermeiros dos hospitais de Faro, Portalegre, Hospital Miguel Bombarda em Lisboa, hospital de Peniche e da Régua, esteve acima de 80%. Mais de 70% dos trabalhadores dos hospitais de Chaves, do Barlavento algarvio, Cova da Beira em Castelo Branco, os administrativos do hospital de Faro, Hospital de Braga. No Curry Cabral de Lisboa funcionaram apenas os serviços mínimos, como nos Capuchos e no São Francisco Xavier. Também os Centros Regionais de Segurança Social de Lisboa no Areeiro e Av. dos EUA estiveram totalmente paralisados. O Centro Nacional de Pensões parou em 98%. Os centros de saúde da

Tábua, Montemor, Condeixa, Miranda do Corvo, Poiares e Penacova estiveram parados a 100%. A nível nacional, a adesão rondou os 94%.

Escolas e universidades de portas fechadas

Segundo a FENPROF, a adesão na zona da grande Lisboa esteve acima dos 70 por cento. Quase todas as escolas dos 2.º e 3.º ciclos, muitas do 1.º e várias universidades tiveram uma forte adesão. No ensino superior, trabalhadores docentes e funcionários deram o seu apoio à luta contra o código do trabalho e a política do Governo. Encerradas estiveram as escolas secundárias Padre António Vieira, Camões, Cidade Universitária, David Mourão Ferreira, Dom João de Castro e Patrício Prazeres e ainda as EB 2,3 Francisco Arruda, Nuno Gonçalves e dos Olivais.

Também em Odivelas, fecharam as secundárias Pedro Alexandrino, E.S. de Sacavém e a EB 2,3 da Póvoa de Santo Adrião. No Seixal foram as António Augusto Louro, José Afonso e da Amora mais as básicas 2.3 da Cruz de Pau e Paulo da Gama, estiveram encerradas.

No Concelho de Almada, de 33 escolas existentes, 27 fecharam, como as EB de Massamá 2 e EB 2,3 Galopim de Carvalho em Sintra. Em Vila Franca de Xira foi a secundária Pedro Jaques Magalhães e a EB 2,3 Soeiro Pereira Gomes que não abriram sequer.

Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa a adesão chagou aos 90%, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 70% e a Faculdade de Letras e a escola superior de educação não houve aulas.

No distrito de Viseu, dos 33 estabelecimentos de ensino, entre jardins de infância, escolas básicas, secundárias e de 1.º ciclo, apenas 5 abriram as portas. Destes, o centro educativo pré-escolar do concelho de Viseu teve 87% de adesão e a pré-escolar de Santa Comba Dão registou uma adesão de 90%.

Comunicação Social

Face à crise que se vai generalizando pelo sector com o anúncio de despedimentos, os profissionais de Comunicação Social aderiram em massa ao protesto nacional contra o pacote laboral e as políticas do Governo. Jornais, rádios, agências noticiosas, por todos os sectores a greve fez-se notar, tendo tido maior incidência nos jornais e nas rádios. Segundo o Sindicato dos Jornalistas, a ofensiva contra os trabalhadores do sector, e a proposta de lei do código do trabalho, vai aumentar a instabilidade no sector.

Com mais de 90% de adesão esteve a revista *Visão*, o *Diário de Notícias*, revista *Guia* e o *Jornal de Notícias*. Muitas foram as rádios que em vez de não emitirem, decidiram dedicar o dia exclusivamente à cobertura da greve geral, como a TSF e da RDP. No jornal *A Capital* só trabalharam 17 por cento dos jornalistas, tendo chegado a estar em perigo a edição do dia 11. A agência *Lusa* teve uma adesão da ordem dos 75% e a *Lusaweb* paralisou totalmente. 45% de adesão na *TV Guia* e 53% no *24 horas*. No diário *Público* pararam 44% e no *Público PT*, 35%. Também em greve estiveram 11 jornalistas do *Diário Económico*, enquanto no *Diário de Notícias*, reunidos em plenário, os trabalhadores aprovaram uma moção de solidariedade com a luta. Na *RTP*, 50 jornalistas aderiram à greve, enquanto no *Correio da Manhã*, entre as 15 e as 17 horas, 23 jornalistas efectuaram uma paragem de apoio à greve geral. Em Setúbal, os profissionais de várias publicações do distrito, em comunicado, manifestaram o apoio ao protesto nacional.

6.ª Assembleia da Organização do Porto

Uma orientação política qualificada

A 6.ª Assembleia da Organização Regional do Porto reuniu no passado domingo cerca de 400 delegados que debateram a intervenção do Partido na região, elegeram a nova direcção e aprovaram as orientações para o futuro da actividade do PCP no distrito do Porto.

O Centro Social de Lavra, em Matosinhos, foi o palco da 6.ª Assembleia que, nas palavras de Sérgio Teixeira, responsável da DORP do PCP e membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, «se realizou num contexto político, social, económico e cultural complexo e exigente, com a maioria de direita a governar com uma política ofensiva dos direitos e de agravamento das condições de vida dos portugueses».

A situação política nacional esteve também no centro da discussão, numa afirmação do valor da luta e da responsabilização do Partido na intervenção junto dos trabalhadores e das populações, «num momento em que se acentua a perda de influência política e económica do distrito, se continuam a verificar flagelos sociais preocupantes», como afirmou Sérgio Teixeira.

Salientando-se do debate a caracterização do Partido e a definição de várias prioridades de trabalho que, conforme a resolução política aprovada, sugerem uma mais aprofundada intervenção junto dos trabalhadores, o reforço da organização, a melhoria de recursos e meios, a concretização de uma intervenção mais qualificada, nesta assembleia fez-se também a avaliação do impacto dos resultados das últimas eleições autárquicas no distrito do Porto.

Pesando elementos con-

traditórios, como a diminuição absoluta do número de eleitores da CDU e a conquista de importantes posições em órgãos municipais e de freguesia, como a subida de um para três vereadores, e a vitória numa importante freguesia da Área Metropolitana, a Assembleia concordou com a necessidade de melhorar a intervenção autárquica dos comunistas, evoluindo no estilo de trabalho próprio da CDU, no contacto directo com as populações, na resolução dos problemas concretos das mesmas.

Linhas de trabalho

Para além do fortalecimento orgânico e da intervenção do Partido junto dos trabalhadores, a Assembleia procedeu à definição de algumas linhas de iniciativa partidária para o distrito do Porto que assentam nas conclusões gerais de um desenvolvimento harmonioso do distrito, mais justiça social, a diminuição das assimetrias, melhor saúde, ensino e protecção social, mais segurança, o favorecimento de um distrito mais justo, mais humano, mais solidário, entre outras questões.

Procurando clarificar algumas questões que têm sido alvo de sistemático e cirúrgico tratamento público, como as acusações de «limpeza» e «exclusão» de alguns membros do Partido,

como são amiúde caracterizadas pela comunicação social dominante, Sérgio Teixeira afirmou que «nas reuniões, nos debates, nos plenários, nos organismos, nas Assembleias, ninguém foi ou será excluído ou marginalizado por opiniões diferentes».

Todavia, o responsável da DORP qualificou como inaceitável que «um militante do Partido que em qualquer organismo ou plenário defende uma opinião que não é aceite, vá depois para a comunicação social, ou outros locais, dizer que foi excluído». «Esta postura não é honesta», concluiu, na sua intervenção, Sérgio Teixeira.

Direcção rejuvenescida

A eleição da DORP foi também um momento central desta Assembleia. A preparação da lista teve diversas preocupações políticas, desde logo a de indicar uma direcção capaz de responder aos desafios do presente e do futuro, capaz de se fazer reconhecer perante os militantes na aplicação das orientações por si definidas. Foram concretizados esforços para unir vontades, diversificar experiências,



É preciso apostar no contacto directo com as populações e a resolução dos problemas concretos

assumir a diversidade social, cultural e intelectual dos seus membros.

A Assembleia corroborou estas preocupações e aprovou a lista proposta, sem alterações, mostrando apreço ao notável esforço de renovação e rejuvenesci-

mento alcançado, de cerca de um terço da direcção cessante.

No essencial, a 6.ª Assembleia da ORP conseguiu ser um passo decisivo na vida do Partido na Região do Porto, estabelecendo metas e calculando possibilidades de

intervenção que se pensa, e se procurará, converter no reforço do PCP no distrito, no aprofundamento da sua luta, na qualificação da sua actividade, sempre na incessante caminhada que guia os comunistas no rumo do socialismo e do comunismo.

Melhorar a intervenção do Partido

No plano do desenvolvimento da luta, e de acordo com as conclusões da Conferência Nacional, de que «a luta de massas é a forma essencial e mais eficaz de fazer frente à política de direita», a Assembleia debruçou-se e salientou a importância do sucesso na greve geral de 10 de Dezembro, que se constitua como um momento alto da luta dos tra-

balhadores e do povo português

Não foram esquecidas as várias e bem sucedidas manifestações e paralisações que sucederam por todo o distrito após a vitória da direita nas eleições legislativas e na resposta à concretização das gravosas medidas sociais que têm caracterizado a sua política de classe ao longo dos passados meses.

A análise sobre a realidade

do Partido no Porto, hoje, das suas carências e insuficiências, a avaliação que os comunistas fazem da intervenção do PCP, onde e como a podem melhorar, foram preocupações presentes durante toda a Assembleia, num registo positivo que revela a vontade da militância comunista em superar dificuldades, em assumir o desafio de melhorar o seu Partido, reforçando-o,

unindo-o, fortalecendo-o na acção comum.

Nesta área, foram assumidas as prioridades de rejuvenescimento partidário, de reforço da democracia interna, melhoria de recursos, o fortalecimento do Partido nas empresas e locais de trabalho, as preocupações de um conhecimento sempre actualizado da realidade partidária.

Carlos Carvalhas nas Assembleias de Lisboa e Porto

Portugal caminha para a recessão

Carlos Carvalhas, nas intervenções nas Assembleias das Organizações de Lisboa e Porto, referiu a «deliberada aposta do actual Governo na criação de uma psicologia de crise, confundindo propositadamente dificuldades orçamentais com «crise económica», que está a levar «o País a passos largos, para uma situação de estagnação e recessão».

«A campanha alarmista do Governo para criar a psicologia de crise, de modo a facilitar o aperto do cinto aos mesmos de sempre, teve também a nefasta consequência de criar a retracção do investimento privado e do consumo popular induzindo factores de receio nos investidores e de travagem económica. Com a estagnação da economia, a receita orçamental, em vez de aumentar, diminuiu, criando novos problemas orçamentais que o Governo procura resolver com as privatizações e com a venda ao desbarato de empresas e património público», sustentou o líder comunista.

Neste sentido, Carvalhas afirmou que «continuaremos a desenvolver esforços para acções comuns e convergentes quer na resistência à política de direita quer na acção propositiva, com todas as forças políticas de oposição».

O secretário-geral do PCP classificou como «graves» e «inquietantes» as notícias sobre alegadas escutas a políticos efectuadas pelo Serviço de Informações Estratégicas da Defesa e Militares e exigiu «um esclarecimento total e cabal e o apuramento das respectivas responsabilidades».

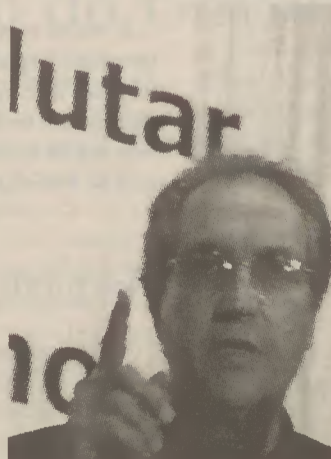
«Queremos saber se nisto não está, também ou exclusiva-

mente, uma manobra de diversão para nesses serviços se substituírem os boys do PS pelos boys do PP e do PSD», acrescentou. «Por isso, é importante saber como é que o gabinete do ministro da Defesa teve conhecimento desses factos, se a notícia veio dos serviços ou se partiu do Gabinete e com que base de sustentação. Nós não podemos esquecer que as manobras de diversão, de desvio de atenções são muito úteis para o Governo.»

Lembram-se?

«Lembram-se quando o Paulo Portas, no seu estilo populista e demagogo, falava nos velhinhos, nos remédios? Pois bem, as actualizações agora anunciadas pelo Governo PSD-CDS/PP, falam por si e constituem a clara confirmação do embuste das promessas que Paulo Portas fez aos pensionistas e reformados», afirmou o líder comunista.

«A insensibilidade perante a situação dos reformados de um ministério confiado ao CDS/PP e ao ministro das seguradoras privadas, está evidente nos aumentos agora divulgados, que vão dos 18 aos 26 cêntimos diários, em relação às pensões mínimas. Isto numa situação em que o aumento dos preços de bens essenciais, transportes e medicamentos superam



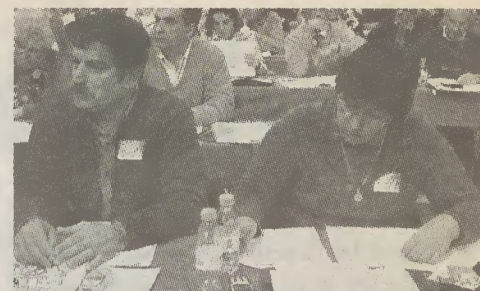
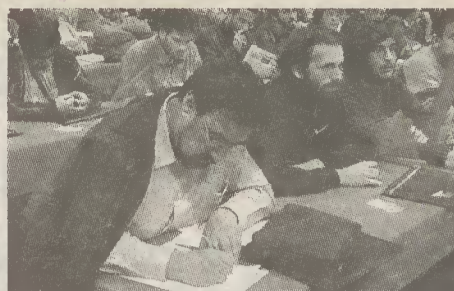
em muito a taxa oficial de inflação. É uma vergonha e uma afronta», considera Carvalhas.

«É uma vergonha que o Governo tenha revogado a Lei de Bases da Segurança Social, que determinava que a pensão mínima do regime geral atingisse, já em Dezembro, 40 por cento do salário mínimo. Com este Governo esse aumento foi adiado para Julho de 2003», sublinhou.

«Vergonhoso é também a actualização do salário mínimo em 2,4 por cento. É um aumento abaixo da taxa de inflação o que significa que, em termos reais o Governo decretou não o aumento, mas a diminuição do salário mínimo em termos reais e efectivos.»

Referindo-se ao desastre ecológico provocado pelo «Prestige» Carlos Carvalhas exigiu medidas urgentes nacionais e internacionais que evitem estas situações, salientando que «um desastre que atingisse a nossa costa seria uma tragédia para a economia de Portugal».

«Se querem dar resposta aos «barcos-sucata» porque é que não se obriga o seu abate antes de eles se tornarem sucata? Os pseudo-armadores vão ficar muito satisfeitos por saberem que, para além das 200 milhas, podem transportar com toda a liberdade toda a espécie de produtos nos seus «navios-sucata».



5.ª Assembleia de Lisboa

Organização, um instrumento fundamental

A 5.ª Assembleia da Organização Regional de Lisboa do PCP procedeu, no sábado passado, a um exaustivo balanço da actividade desenvolvida desde 1999, apontou dificuldades e deficiências e, com base na análise efectuada, definiu linhas de orientação e prioridades de trabalho. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, que acompanhou os trabalhos, interveio no final da Assembleia (ver em separado).

A sala Tejo do Pavilhão Atlântico começou cedo a acolher os cerca de 900 delegados que, em representação das suas organizações, iriam, ao longo do dia, discutir o projecto de Resolução Política

e eleger a nova Direcção Regional.

O documento posto à discussão da Assembleia foi, aliás, referido logo no início dos trabalhos por um delegado que o considerou como

representando um enorme «salto qualitativo» em relação ao da 4.ª Assembleia, pois define claramente o caminho apontado pelo 16.º Congresso e pela Conferência Nacional de Junho, constituindo um sinal de que «o Partido em Lisboa vai ser cada vez mais o PCP».

Coube, no entanto, a Rosa Rabiáis, responsável pela Organização Regional de Lisboa, abrir os trabalhos com uma intervenção que lançou para debate as principais preocupações dos comunistas de Lisboa. O crescimento demográfico no distrito, que se está a fazer no sentido inverso aos pólos de influência do Partido, bem como as mutações sociais que o distrito tem sofrido foram algumas das questões que mereceram a atenção desta dirigente, na medida em que implicam uma distribuição diferente das «forças» do PCP em Lisboa, designadamente ao nível de estruturas organizativas.

Mais de 25% dos trabalhadores do distrito de Lisboa têm vínculo precário, tendo o seu número aumentado, num só ano, em 50 mil. Com mais de 76 mil desempregados registados em Setembro, o distrito tem, ainda, uma das mais altas taxas de desemprego, que afecta sobretudo mulheres e jovens.

Na caracterização que fez do distrito, Rosa Rabiáis lembrou, também, que o distrito concentra 74% dos trabalhadores por conta de outrem - 31% dos quais com menos de 30 anos -, neles assumindo peso crescente os diplomados. Entretanto, só a cidade de Lisboa concentra 43,3% de todas as empresas e 51,8% dos trabalhadores do distrito.

Desta realidade a dirigente comunista extrai, entre outras, a seguinte conclusão: cresce o fosso entre os locais de trabalho e de residência e, consequentemente, o tempo gasto pelos trabalhadores em transportes, com todas as implicações negativas que

Lançado o debate, seguiram-se inúmeras intervenções abordando os mais diversos temas. Da organização e ligação do Partido às empresas e locais de trabalho, até às lutas dos trabalhadores e das populações ou das mulheres em defesa dos seus direitos; à situação de várias empresas; à apreciação do trabalho autárquico.

«O Partido em Lisboa vai ser cada vez mais o PCP»

Uma luta prolongada

Por exemplo, abordando a ofensiva do Governo contra os direitos dos trabalhadores e o movimento social de protesto que todos os dias se engrossa, um delegado lembrou que a luta «vai ser prolongada e dura», não constituindo a greve geral convocada pela CGTP «nem ponto de chegada nem ponto de partida». Aos comunistas cabe, assim, um «papel de vanguarda» na mobilização dos trabalhadores e na «criação

de uma ampla frente unitária» contra a política de direita.

Nesse sentido, a organização do Partido é de extrema importância, já que é «um instrumento fundamental da ligação aos trabalhadores», disse, por sua vez, uma outra delegada.

Depois de privatizados 10 novos hospitais, de constituídas 34 empresas públicas hospitalares e de privatizada a gestão dos Centros de Saúde, «muito pouco restará do actual Serviço Nacional de Saúde», considerou um camarada relativamente à política de saúde seguida pelo actual Governo de direita.

Efectivamente, são medidas «insensatas» e «irresponsáveis» que nada têm a ver com política de saúde mas, apenas, com «razões de natureza orçamental e que têm em vista diminuir o défice do O.E. para satisfazer as condicionantes da União Económica e Monetária».

A preocupação com a integração e acompanhamento dos numerosos jovens que têm vindo a aderir ao Partido foi uma constante das abordagens feitas. Aliás, na sua intervenção, um membro da JCP valorizou a necessidade de «convergência de experiências e esforços» entre o Partido e a JCP.

Enfim, questões tratadas profundamente pela própria Resolução Política, aprovada com apenas um voto contra e seis abstenções. Por sua vez, a nova Direcção Regional, constituída por 121 camaradas, três dos quais introduzidos no decurso da Assembleia, foi aprovada com um voto contra e sete abstenções. De destacar o facto de 42 dos camaradas eleitos integrarem a DORL pela primeira vez.

Aprovadas com um voto contra e uma abstenção foram ainda «Algumas medidas para melhoria da qualidade de vida no distrito».

Queixas multiplicam-se

O reforço da ligação aos trabalhadores, o aprofundamento da influência do Partido no seio destes e a luta em defesa dos seus direitos tiveram, naturalmente, lugar de destaque na Assembleia. Entretanto, os comunistas não descuram a importância de outras camadas sociais.

É o caso das micro, pequenas e médias empresas que representam 95% do universo de empresas e geram no sector privado mais de metade dos postos de trabalho. «Vítimas», no entanto, «da exploração capitalista e monopolista», como frisou um pequeno empresário, delegado à Assembleia, elas são ainda objecto também de crescentes discriminações das políticas governativas, nomeadamente na área fiscal, no acesso ao crédito bancário e III Quadro Comunitário de Apoio.

Também os intelectuais e quadros técnicos foram considerados como uma «das alianças básicas da classe operária». «Camadas fundamentais» do distrito classificou um delegado, lembrando que a Resolução Política inclui, relativamente a elas, temas como o seu peso relativo no conjunto nacional; o seu crescimento relativo, embora com desaceleração nos últimos tempos; o desemprego, sobrequalificação e assalariamento face ao mercado de trabalho; o seu papel na sociedade - arte, cultura, educação e ensino, ciência e tecnologia, saúde, informação, direito e justiça.

Os problemas das mulheres foram, também, abordados. Chamando a atenção para o facto de em cada 100 mulheres que residem na região de Lisboa e Vale do Tejo, 45 fazerem parte da população activa, uma delegada denunciou o facto de elas constituírem a maioria dos trabalhadores precários e 57,2% dos desempregados, auferindo um salário 23% abaixo do dos homens e, no sector terciário, menos 26,3%.

Um quadro que seria «drasticamente agravado» com o Pacote Laboral, já que torna a mão-de-obra feminina mais «adaptável» às exigências das entidades patronais e ao sabor das conjunturas; permite e legaliza a discriminação; penaliza a maternidade/paternidade; institucionaliza a precariedade de trabalho; impõe a mobilidade geográfica; viola o direito à privacidade; alarga o despedimento com justa causa, desresponsabiliza o Estado em áreas como a Saúde.

Fazer face à ofensiva

esse facto tem no plano social e da organização partidária.

Tendo, porém, em conta que o Governo «não dá mostras de querer mudar de política, é necessário que o desenvolvimento da luta de massas seja considerada como uma das tarefas centrais das organizações do Partido e dos militantes que participam nas organizações unitárias.»

Nesse sentido, o reforço do trabalho da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores é uma prioridade do trabalho da ORL que, contudo, tem registado, nos últimos anos, avanços significativos, apesar das dificuldades colocadas pela situação descrita e pelo clima repressivo e intimidatório existente das empresas.

Um Partido revolucionário

Particular atenção deve, também, continuar a mere-

cer o movimento sindical, «pelo papel determinante» que desempenha na organização, unidade e luta dos trabalhadores e no desenvolvimento da frente social de luta.

Outro aspecto do trabalho abordado por Rosa Rabiáis, prende-se com o Poder Local. Para a dirigente comunista, o distrito de Lisboa é testemunho, pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos, de «que o Partido tem um projecto autárquico provado e prestigiado» que, precisando naturalmente de ser «reflectido» em alguns aspectos, se traduz «num trabalho de realizações notáveis ao serviço das populações».

Contudo, das autárquicas de 2001, as posições dos comunistas e seus aliados saíram enfraquecidas, com «graves consequências para os interesses das populações e a influência do Partido», diz Rosa Rabiáis, colocando a importância de reconquistar a influência perdida.

Finalmente, a dirigente comunista salientou a necessidade de um grande empenhamento de todos os militantes no reforço do Partido. «Não partilhamos das teses, nem bebemos da fonte dos que, soçobrando perante as dificuldades ou desconhecendo a realidade, atribuem todas as dificuldades do Partido às suas deficiências e aos erros de orientação», pois sendo certo que o Partido está a intervir num momento marcado por «uma poderosa ofensiva do grande capital e do imperialismo», os comunistas «não vêem apenas dificuldades». Vêem, também, a crescente «determinação dos trabalhadores e dos povos em fazer frente à ofensiva» e «combativas forças revolucionárias que não abdicam da luta por profundas transformações sociais».

Essa luta não se faz, disse, «sem partidos revolucionários» e, no nosso país, «esse Partido chama-se PCP».

Organizações do PCP realizam Assembleias dando cumprimento às orientações definidas pelo 16.º Congresso

Prosseguir a luta

No passado fim-de-semana, inúmeras organizações do PCP realizaram as suas Assembleias de Organização, procedendo à adequação das suas estruturas organizativas à nova realidade. Outras já o haviam feito.

É o caso da Organização Concelhia do Alvito, que realizou, no passado dia 30 de Novembro, a sua 3.ª Assembleia de Organização, onde procedeu ao balanço da actividade desenvolvida desde a última Assembleia, apontou medidas para o trabalho futuro e elegeu a nova Comissão Concelhia.

Do balanço feito, a Assembleia destacou o regular funcionamento da Comissão Concelhia, o recrutamento de 19 novos militantes e uma grande diversidade de iniciativas, designadamente um convívio com a presença de 82 pessoas e diversos encontros da CDU muito participados.

De destacar é, ainda, a grande participação verificada nas iniciativas realizadas durante as campanhas eleitorais para a Presidência da República, a Assembleia de República e as autarquias locais. Como aspecto negati-

Política do Governo causa dificuldades acrescidas às autarquias

vo a Assembleia apontou o facto de a CDU, apesar de uma preparação com grande participação e contacto com a população, ter apenas ganho apenas a Junta de Freguesia de Vila Nova da Baronia, perdendo para o PS a presidência da Câmara e da Junta de Freguesia do Alvito.

Esta perda não tem, aliás, beneficiado em nada a população do concelho, onde são já visíveis «os sinais de uma certa estagnação, por falta de estratégia, de projectos e de competência dos eleitos do PS». Por outro lado, para além de as populações já não serem ouvidas, as propostas da CDU são ignoradas, pois «eles é que sabem e é que mandam», «não são capazes de apreciar outras propostas apresentadas e não querem a colaboração de ninguém que não seja seu».

Desemprego regressa

Também o Movimento Associativo está a atravessar um grave momento: muitas associações e colectividades ainda não elegeram os corpos directivos, a actividade desportiva está a diminuir.

Na apreciação que fazem à situação política e social do concelho, os comunistas denunciam, ainda, a política desenvolvida pelo actual Governo de direita que não só causa dificuldades acresci-

das às autarquias locais como está a desenvolver duros ataques aos direitos dos trabalhadores. Assim, a população do concelho, incluindo algumas micro-empresas, apresentam já sinais de grandes dificuldades, voltando o desemprego a ameaçar os trabalhadores.

A 3.ª Assembleia do Alvito elegeu uma nova Comissão Concelhia composta por 15 camaradas - dos quais 4 são mulheres - e apontou como principais medidas a tomar a

organização da luta contra a política do Governo e da gravosa gestão do PS na Câmara. E salientando a necessidade de um PCP «mais forte, mais enraizado e ligado às populações, decidiu entre outras medidas, algumas linhas organizativas, o recrutamento de mais doze militantes, a cobrança regular de quotas, a criação e dinamização de um núcleo da JCP.

A encerrar os trabalhos, interveio Moreira Rita, da Direcção Regional do Alentejo, que salientou a grave

ofensiva do Governo contra os direitos dos trabalhadores e das massas populares e apontou a necessidade de um forte empenho da população do concelho nas acções de luta em curso, para travar as intenções do Governo.

No final, a inscrição no Partido de um jovem que participou nos trabalhos, constituiu, para a Assembleia, um motivo de alegria e confiança.

Palmela

Reforçar o trabalho



Realizou-se, no sábado passado, nas instalações do Grupo Coral «Os Ausentes do Alentejo», em Palmela, a 7.ª Assembleia da Organização de Freguesia de Palmela.

Com a participação de José Capucho, membro do Comité Central e da Direcção da Organização Regional de Setúbal, os trabalhos da Assembleia iniciaram-se com a aprovação do Regulamento da Assembleia e da Ordem de Trabalhos.

No primeiro ponto da OT, os delegados procederam à discussão da Resolução Política, aprovada por uma maioria com uma abstenção. Esta aponta para o reforço do trabalho orgânico do Partido, nomeadamente através do contacto regular com todos os militantes, para o recrutamento, principalmente de jovens e mulheres, para o aumento da venda do Avante! e do Militante, assim como para a realização das Assembleias de Organização por locais de residência.

A nova Comissão de Freguesia, eleita por unanimida-

de, é constituída por 11 camaradas, quatro dos quais integram-na pela primeira vez.

No segundo ponto, sobre a situação política e social,

José Capucho fez o ponto da situação e, em relação à greve geral convocada pela CGTP, referiu que esta é a resposta dos trabalhadores e dos sindicatos respectivos à

ofensiva do Governo PSD/PP e do patronato contra os direitos dos trabalhadores. Apelou, depois, à participação de todos naquela jornada de luta.

Caminha

Concretizar orientações

A 3.ª Assembleia da Organização Concelhia de Caminha do PCP reuniu no sábado, procedendo ao balanço da actividade desenvolvida nos

últimos três anos, definindo objectivos políticos para os próximos tempos e elegendo uma nova Comissão Concelhia, agora constituída por 15 elementos, dos quais cinco são eleitos autárquicos e três mulheres. Cinco dos elementos da nova Comissão Concelhia integram-na pela primeira vez e destes dois inscreveram-se no Partido no primeiro semestre deste ano.

A Resolução Política aprovada valoriza a eleição e a intervenção dos eleitos da CDU, nomeadamente na Assembleia e Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, nos executivos das Juntas de Freguesia de Caminha e Moledo e em Assembleias de Freguesia como Caminha, Moledo, Vila Praia de Âncora e Vilarelho e, ainda, o facto de a Mesa da Assembleia Municipal de Caminha ser presidida e formada pelos eleitos pela CDU.

A resolução aprovada aponta para a necessidade de a Organização Concelhia trabalhar no sentido de procurar concretizar as orientações e medidas decididas pelo 16.º Congresso e Conferência Nacional de Junho, adaptando-as às condições e realida-

des locais. E, para tanto, define algumas linhas de trabalho.

Reforçar a organização do Partido, procurar rejuvenescer os efectivos partidários, promovendo o recrutamento direccionado e nas camadas mais jovens, intervir mais e melhor sobre as questões locais, laborais e outras de âmbito concelhio ou de freguesia, são algumas das medidas preconizadas pela Assembleia que aponta, ainda, a dinamização da actividade da CDU, a realização de mais debates e conferências de imprensa, e a análise da problemática de camadas sociais e sectores com peso no concelho. Caso dos imigrantes, reformados, pescadores e agricultores.

Para a 3.ª Assembleia de Caminha, são aspectos fundamentais da actividade partidária nos próximos anos, a melhoria da intervenção política e o reforço da organização do Partido, sendo imperioso enfrentar os novos desafios que se irão colocar, designadamente o combate à política de direita do actual Governo e a luta pela criação de condições que permitam a alteração do actual quadro político.

3.ª Assembleia de Amareleja Boas perspectivas de trabalho

Também a 30 de Novembro, reuniu a 3.ª Assembleia de Organização Concelhia da Amareleja, com a participação de 85 camaradas das organizações das oito freguesias do concelho.

A Assembleia foi precedida de seis plenários, onde se apuraram diversas questões que vieram a integrar a Resolução Política posta à discussão e que, aprovada, aponta as linhas de orientação para o trabalho futuro dos comunistas em Amareleja.

No decurso dos trabalhos foi também eleita uma nova Comissão Concelhia constituída por 25 membros - 14 dos quais a integram pela primeira vez -, com uma média etária de 45 anos. De destacar, entretanto, a entrada de jovens.

As conclusões dos trabalhos e os recentes recrutamentos de jovens e mulheres para o Partido e de um número significativo de jovens para a JCP, apresentando-se como um importante e animador contributo para o reforço do Partido no Concelho, permitem a Organização de Amareleja atinentar perspectivas de um grande desenvolvimento no trabalho no futuro.

A Assembleia terminou com um jantar aberto a militantes e simpatizantes, onde participou perto de uma centena de pessoas e, ainda,

Luísa Araújo, membro da Comissão Política do PCP, que fez a intervenção de encerramento.

Alguns camaradas prolongaram o convívio pela noite dentro, agora já no Bar ao lado, onde decorria a noite de solidariedade com Cuba.

Montijo

Organizar e intervir

Realizou-se, no sábado passado, no Salão de Festas na Freguesia de Canha, a 9.ª Assembleia da Organização Concelhia do Montijo do PCP, que contou com a presença de 81 camaradas.

Marcada por um ambiente político de luta contra o Pacote Laboral e pela greve geral agendada para três dias depois, que envolveu muitos comunistas, a Assembleia começou por fazer um minuto de silêncio pela morte de Gabriel Elíseo, mais conhecido por «Ramada», que era membro da Comissão Concelhia desde 1976 e seria reeleito na reunião magna dos comunistas do Montijo.

No decurso dos trabalhos, foram proferidas mais de 20 intervenções, que abordaram diferentes áreas de intervenção e actividade da organiza-

ção local, seja nas organizações de freguesia, nas autarquias, no mundo rural com os pequenos e médios agricultores ou nas empresas.

Foram passados em revista os problemas do concelho, com particular destaque para os problemas surgidos com a mudança do Cais dos Vapores para o Cais do Seixalinho e ainda para a situação da construção do Lar para a Terceira Idade em Canha, que levou a divisões internas no PS local.

A Resolução Política, aprovada por unanimidade, dá particular destaque aos objectivos orgânicos no concreto, definidos pela Conferência Nacional e o Encontro Nacional do Partido no que se refere à campanha organizativa.

No final do debate, Jorge Pires, membro da Comissão

Política, fez referência à importância da realização das Assembleias de Organização para alcançar os objectivos definidos. Mais à frente, referiu em traços largos os vários aspectos da ofensiva política da direita e falou dos motivos e da importância da Greve Geral.

A nova Comissão Concelhia eleita é constituída por 29 elementos, cinco dos quais mulheres.

De destacar, ainda, o facto de 4 daqueles camaradas terem tarefas no movimento sindical, sete serem eleitos nas autarquias, 4 serem dirigentes de colectividades ou de outras estruturas associativas e 10 pela primeira vez integrem a Comissão Concelhia, na perspectiva do reforço do trabalho do Partido nas empresas.

AMARES CT aberto ao fim-de-semana

A Comissão Concelhia de Amares do PCP passou a manter a sua sede aberta às sextas-feiras e sábados à noite entre as 21h30 e as 23h00, a ela podendo aceder, para além dos apoiantes do PCP e da CDU, todos os amarenses que pretendam dialogar com os comunistas ou colocar questões de interesse local. A decisão foi tomada há pouco mais de uma semana, em reunião da Comissão Concelhia que analisou a situação política e apreciou as questões locais a levar à sessão ordinária da Assembleia Municipal.

BEJA Chega de atrasos!

A Direcção da Organização Regional de Beja do PCP voltou, no passado dia 2, a denunciar os atrasos em relação ao projecto do Aeroporto de Beja que podem pôr em causa um investimento que - em articulação com o Alqueva, o Porto de Sines e a construção do IP8 - é fundamental para o desenvolvimento do Alentejo.

Agora, o motivo da denúncia do PCP liga-se ao facto de serem os próprios responsáveis da EDAB que vêm reconhecer publicamente que houve problemas de financiamento, que o projecto está atrasado e, o que é mais grave, que mais atrasos podem significar «vantagens» para o aeroporto de Badajoz. O PCP, que defende a utilização da BA 11 para fins civis, manifesta a intenção de, em articulação com o Grupo Parlamentar e eleitos do poder local, promover no decurso de Janeiro iniciativas que permitam mobilizar a opinião pública em defesa daquele projecto.

AÇORES Por igualdade de tratamento

Uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, integrando José Decq Mota, António Bulcão e Manuel Soares, visitou há dias a empresa faialense fabricante de caixilharias em madeira e alumínio Caixihorta, cujas actuais instalações se situam junto à Central termoelectrica da Horta, em terreno contíguo à zona industrial. No final da visita, José Decq Mota defendeu que o terreno onde a fábrica se situa seja «rapidamente incluído na zona industrial, por forma a que esta indústria essencial e com experiência feita possa ter todas as expectativas legítimas de expansão, aplicáveis a quem labora na referida zona industrial». Até porque a aprovação pela Câmara Municipal, em 1999, do projecto daquela unidade industrial em zona contígua à zona industrial, «fazia pressupor que, na elaboração do Plano de Pormenor para a Zona Industrial do Faial, essa realidade fosse tida em conta».

CASTELO BRANCO PCP solicita esclarecimentos

Notícias vindas a público sobre atrasos, que chegam a atingir cerca de quatro meses, no pagamento de prestações sociais levaram a Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP a solicitar, no dia 3 de Dezembro, uma reunião com o director do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social. Uma reunião, durante a qual o PCP pretende esclarecer esta e outras questões que estão a causar inúmeras dificuldades a muitas pessoas.

Reforçar o Partido prosseguir a luta

O grau e a amplitude da ofensiva da direita no Governo tornou claro, em pouco tempo, ao serviço de quem está este Governo, quais os interesses que serve e quais os objectivos que visa.



Rui
Fernandes
Membro
do Secretariado

A esta ofensiva reagem os trabalhadores e as mais amplas massas. Em redor da sua Central Sindical, a CGTP-IN, os trabalhadores lutam e resistem, trazendo para a rua a exigência de uma outra política. Os níveis de adesão à Greve Geral, apesar dos diversos processos intimidatórios verificados, revelam o profundo descontentamento existente e que é no Governo e nas suas opções que se encontra o foco de desestabilização.

No impulsionar da luta, na batalha do esclarecimento quanto àquilo que está em causa, muitos milhares de militantes comunistas têm sido parte activa e fundamental, cumprindo um seu inalienável papel, transformando o descontentamento em formas concretas de intervenção, combatendo voluntarismos, mas, sobretudo, combatendo as hesitações e os atentismos que enfraquecem e paralisam a intervenção.

Há quem na sua obsessão crítica contra o Partido desvalorize a luta e a inter-

venção social, desvalorize o papel dos comunistas, dissocie a luta social da luta por uma política alternativa, uma política de esquerda.

Importa, pois, dizer que milhares de comunistas, por vontade, escolha e decisão voluntária dos trabalhadores, estão eleitos em estruturas sindicais e nas comissões de trabalhadores e que em ligação estreita aos trabalhadores agem e decidem de acordo com os interesses de quem representam. Importa dizer que aos comunistas cabe um importantíssimo papel no desenvolvimento do movimento sindical unitário, com respeito pela sua natureza de classe, a sua característica unitária, a sua autonomia, a sua democracia interna. Cabe também dizer que a luta e a intervenção social não são, nem podem ser, dissociáveis da procura de uma alternativa de esquerda. Importa ainda dizer que cabe aos comunistas um papel essencial de, na sua acção e ligação aos trabalhadores, se pronunciarem sobre

os seus problemas e lutas, afirmarem o seu projecto político, tornarem credível a concretização de uma nova política alternativa e de uma alternativa política, em que o PCP é força indispensável e insubstituível.

Planificar para avançar

As decisões que tomámos na Conferência Nacional e no

Encontro Nacional sobre a intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho, no quadro daquelas que foram as conclusões do XVI Congresso, são, a par da intensa actividade do Partido nas mais diversas frentes e áreas de intervenção, preocupações que necessitam de particular atenção, nomeadamente as que dizem respeito ao reforço orgânico do Partido.

Nas condições em que actuamos hoje, é fundamental a compreensão dos princípios que dão ao Partido as características de uma força organizada e a capacidade de analisar e decidir, resistindo às pressões que sobre ele são feitas. A realização de assembleias de organização, a integração de cada militante num organismo, uma vasta acção de esclarecimento da situação dos membros do Partido e de actualização de contactos, a formação política e ideológica são, entre outras, preocupações que devem obedecer a uma planificação que permita avançar decididamente. Por outro lado, é necessário trabalhar para um maior enraizamento do Partido junto da classe operária e de todos os trabalhadores, com destaque para o objectivo de garantir a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas com mais de 1000 trabalhadores e/ou importância estratégica, entre outros objectivos, como sejam o do desenvolvimento do trabalho junto dos intelectuais e quadros técnicos, dos micro, pequenos e médios empresários, dos reformados e pensionistas, etc..

Com intervenção fora e dentro da Assembleia da República, resistindo e dinamizando a luta, criticando e opondo-se à política do Governo, mas apresentando um imenso conjunto de propostas, o Partido intervém e luta por um futuro de progresso social, de paz, um mundo mais justo e solidário, dispondo-se a prosseguir a luta em torno dos seus ideais e projecto.

Por isso, a luta continua!

/// Milhares
de militantes
comunistas têm
sido parte activa
e fundamental
na batalha do
esclarecimento ///



Assembleia de Coimbra defende multiplicação de iniciativas a partir dos locais de trabalho

Rejuvenescer e responsabilizar

Realizou-se, no passado dia 7 de Dezembro, num hotel de Coimbra, a 6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Coimbra do PCP, que teve a presença de mais de 100 delegados eleitos nas diversas organizações – freguesias, empresas, sectores profissionais.

A Assembleia analisou o funcionamento e rejuvenescimento das organizações do Partido, que ficaram aquém do pretendido, sublinhando, entretanto, o reforço de posições da CDU nas últimas eleições autárquicas. Reforço que se deve, em sua opinião, ao trabalho militante de muitos membros do Partido e prestígio dos eleitos.

Como objectivos para os próximos dois anos, a Assembleia apontou, entre outros, o aumento do número e qualidade dos debates sobre problemas da actualidade; a eleição de todas as Comissões de Freguesia e organismos dirigentes de células; a multiplicação de iniciativas a partir dos locais de trabalho; o rejuvenescimen-

to dos organismos, com a chamada e responsabilização de novos camaradas por tarefas concretas; o alargamento da difusão da imprensa do Partido.

PCP quer consolidar maiorias nas freguesias de presidência CDU

Relativamente ao trabalho nas autarquias do concelho, a reunião magna dos comunistas de Coimbra considerou levar por diante o programa da CDU na área da habitação; reforçar a iniciativa e intervenção dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal; consolidar as maiorias nas freguesias de presidência CDU; dinamizar as movimentações de moradores em todas as freguesias; divulgar o trabalho dos eleitos da CDU.

Na Resolução Política são, ainda, considerados como

objectivos prioritários a criação de células com funcionamento regular em diversas empresas do concelho, a consolidação do trabalho nas células já existentes e a busca de formas orgânicas que garantam a ligação e funcionamento colectivo dos militantes do Partido nas restantes empresas do concelho.

Decisões para todos

«Dificuldades não são impossibilidades», considerou Armindo Miranda, membro da Comissão Política e responsável desta Organização Regional, no encerramento da Assembleia.

Este membro da Comissão Política referia-se ao muito trabalho que há a desenvolver, com destaque para «a eleição de todas as Comissões de Freguesia e restantes organismos concelhios, para o reforço efectivo da democracia interna do PCP».

«Foi uma bonita Assembleia, à PCP», prosseguiu o



A Assembleia de Coimbra definiu objectivos para os próximos dois anos

dirigente comunista. «Participámos, discutimos, confrontámos opiniões e decidimos». Agora «as decisões tomadas são para todos, não apenas para a Comissão Concelhia eleita».

À noite, com mais de uma centena e meia de presentes, realizou-se um jantar-convívio, no qual participou António Lopes, da Comissão Política.

A sua intervenção centrou-se no momento político que vivemos, com destaque para a Greve Geral de dia 10.

«Estamos, como comunistas, de corpo inteiro nesta luta. Lutamos pela defesa dos direitos dos trabalhadores mas também na defesa do regime democrático, já que este «Código de Trabalho» atenta gravemente contra os direitos,

liberdades e garantias dos portugueses», disse. E concluiu: «Afirmar, como alguns agora o fazem, que o PCP anda a reboque da CGTP, é uma mistificação. O PCP orgulha-se de ter no seu seio milhares de dirigentes e activistas sindicais que dão o seu contributo decisivo para que a CGTP seja, de facto, uma grande central sindical.»

Albufeira e Lagoa

Cumprir objectivos

Organização Concelhia de Albufeira do PCP realizou, no passado dia 1 de Dezembro, na Escola Básica «Diamantina Negrão», a sua 2.ª Assembleia de Organização que decorreu sob a tónica do reforço da ligação do Partido aos trabalhadores.

A Assembleia, que contou com a participação de José Neto, membro da Comissão Concelhia, decorreu de forma participada e com grande dinamismo, tendo aprovado por unanimidade a Resolução Política, que aponta para o reforço da organização partidária, nomeadamente junto dos trabalhadores, e traça

como objectivos imediatos a constituição da célula dos trabalhadores da CMA e dos sectores socioprofissionais da Hotelaria e do Comércio e Serviços.

Eleita por unanimidade foi também a nova Comissão Concelhia, constituída por 14 elementos, cuja composição social procura responder à concretização dos objectivos definidos na Resolução Política.

Na sua intervenção, José Neto abordou a situação política e social, destacando momentos altos da luta dos trabalhadores contra a política do Governo PSD/PP,

nomeadamente as grandes jornadas de 30 de Outubro, de 14 e 30 de Novembro, indicadoras do êxito da greve geral de 10 de Dezembro.

José Neto, para quem a 2.ª Assembleia de Organização de Albufeira se insere no quadro geral do reforço da organização e intervenção do Partido, destacou igualmente a importância de um conjunto de iniciativas congêneres na base do Partido, como elemento essencial na preparação da 5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve e na defesa das características essenciais do PCP, como Partido da classe

operária e de todos os trabalhadores.

Analisar a realidade da região e as propostas do Partido, eleger uma nova DORAL que dinamize a actividade partidária num clima de coesão política, orgânica e ideológica, são objectivos a que os comunistas da região se propõem.

Lagoa

Também com a participação de José Neto, realizou-se, no domingo passado, na Junta de Freguesia de Estômbar, a 2.ª Assembleia da Organização Concelhia de Lagoa.

Com vista a reforçar a organização do PCP junto dos trabalhadores, a Assembleia de Lagoa apontou, entre várias medidas, a criação da célula dos Trabalhadores da CML, a criação do Organismo Sindical e a realização de Assembleia de Freguesia em Ferragudo e Lagoa. Objectivos que constam da Resolução Política, aprovada por unanimidade.

No decurso da Assembleia, ouviram-se vozes críticas relativamente à actividade fraccionária de alguns membros do Partido. E a propósito da campanha promovida contra o Partido e a sua Direcção, os delegados apro-

varam uma moção que condena as afirmações de um ex-membro do PCP num semanário da região.

Ainda por unanimidade foi eleita a nova Comissão Concelhia de Lagoa, constituída por 19 camaradas provenientes de todas as freguesias e de alguns importantes locais de trabalho do concelho.

A mobilização para a greve geral de 10 de Dezembro e a preparação da Assembleia da Organização Regional do Algarve estiveram, igualmente, em destaque na Assembleia e na intervenção de José Neto, que encerrou os trabalhos.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Fernando Pedroso

Faleceu, no dia 1 de Dezembro, com 76 anos de idade, o camarada Fernando Pedroso. Militante do Partido desde 1975, encontrava-se organizado na Freguesia de Almada.

Gabriel Elísio

Faleceu, no dia 6 de Dezembro, com 77 anos de idade, o camarada Gabriel Elísio («Ramada»), barbeiro, natural e residente no Montijo. Antes do 25 de Abril foi eleito pelos trabalhadores corticeiros como seu representante, só mais tarde se tornando barbeiro. Foi dirigente de várias colectividades e fundador da «Tertúlia - Ateneu Popular», de que foi dirigente durante mais de 30 anos. Foi, ainda, músico na Banda Democrática 2 de Janeiro e activista empenhado do Centro de Reformados, Pensionistas e Idosos do Montijo. Era membro da Comissão Concelhia de Montijo do PCP desde 1976.

Guilherme José

Faleceu, no dia 20 de Novembro, o camarada Guilherme José, de 85 anos de idade. Militante do Partido desde 1982, encontrava-se organizado na Freguesia de Almada.

José Correia Nunes

Faleceu no passado dia 6 de Dezembro, com 91 anos de idade, o camarada José Correia Nunes (Zé da Loja), de Vila Franca de Xira. Militava no Partido desde meados dos anos 40.

A sua casa serviu de ponto de apoio aos funcionários do Partido, na clandestinidade. Fez parte dos diversos organismos do Partido na Freguesia de Vila Franca de Xira.

José Sá Monteiro Frias

Faleceu, no dia 29 de Novembro, com 82 anos de idade, o camarada José Sá Monteiro Frias, natural de Vila Nova de Paiva. Licenciado em Direito, foi conservador do Registo Predial de Sintra. Antifascista de longa data, esteve ligado ao Movimento Democrático antes do 25 de Abril, nomeadamente em Beja, onde trabalhava e pertencia ao MDP/CDE. Integrava a organização do Partido em Sintra, freguesia de Santa Maria. Apesar da sua saúde e da sua idade, estava sempre disponível para apoiar o Partido, que ocupava na sua vida um lugar muito importante.

Maria Amélia Fernandes Monteiro

Faleceu, no passado dia 6 de Dezembro, a camarada Maria Amélia Fernandes Monteiro, de 80 anos de idade, professora aposentada. Membro da Organização Concelhia de Carregal do Sal, a camarada foi várias vezes cabeça de lista da CDU aos órgãos municipais e de freguesia do concelho onde residia.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Mafamude

Melhorar o trabalho

A Organização de Mafamude do PCP, reunida em Assembleia no passado dia 1 de Dezembro, elegeu a nova Comissão de Freguesia, constituída por 14 camaradas, sete dos quais são mulheres, e definiu o plano de acção a desenvolver nos próximos tempos.

Entre as principais medidas apontadas, destaca-se a realização de reuniões regulares alargadas a todos os militantes da Freguesia; a continuação do contacto com todos os membros do Partido na freguesia, com vista ao apuramento da sua situação e à sua integração no trabalho do Partido e a atribuição da tarefa de fundos a mais militantes, estimulando novas formas de pagamento da cota.

A Assembleia decidiu, ainda, o recrutamento de 20 novos militantes e a sua integração no trabalho e a criação de células de bairro e de gru-

pos de trabalho. Acompanhar o trabalho junto das empresas e dos trabalhadores; promover o debate político e ideológico na organização; visitar todos os locais da Freguesia, para auscultação dos problemas das populações, levando, depois, as suas reivindicações aos órgãos autárquicos competentes; dinamizar as populações na luta pela resolução dos seus problemas, foram outras decisões que a Assembleia tomou, com vista ao melhoramento do trabalho do Partido na freguesia.

Cruz de Pau

No sábado, foi a vez de a Organização da Cruz de Pau do PCP realizar a sua 1.ª Assembleia, com a participação do camarada Pauleta, membro do Comité Central.

De acordo com a análise efectuada, depois de formada a Comissão Local do Partido, o trabalho tem vindo sempre a melhorar, tendo os comunistas feito chegar mais a sua voz aos trabalhadores e às populações.

A Assembleia, levando à prática as resoluções do 16.º Congresso, traçou, ainda, os objectivos para o ano de 2003, entre eles melhorar a informação e os fundos, vender mais Avantes e Militantes, recrutar novos membros para o Partido, reforçar o movimento associativo e contactar os camaradas dispersos, «para termos um PCP mais forte, para intervir mais, para organizar melhor, para lutar com mais êxito».

No final, a Assembleia elegeu a nova Comissão Local, que integra 40% de mulheres e 25% de jovens com menos de 30 anos.

Unicef divulga estudo comparativo

Educação em Portugal é das piores da OCDE

A educação ministrada nas escolas portuguesas não é eficiente, segundo um estudo comparativo da Unicef. O Ministério da Educação revela que 45 por cento dos alunos saem da escola antes de completarem o 12.º ano.

A eficiência do sistema educativo português é um dos piores entre os 24 países da OCDE, de acordo com um estudo da Unicef divulgado recentemente. A Coreia, o Japão e a Finlândia são considerados os países com melhores resultados, enquanto a Espanha, a Itália, a Grécia e Portugal ocupam os últimos lugares.

Este relatório estabelece uma tabela de eficiência entre os sistemas de educação dos vários países, tendo por base capacidades como a leitura e a aprendizagem das matemáticas. E sublinha que o que determina o êxito esco-

lar das crianças e dos jovens é o nível académico dos pais e o seu estatuto económico.

19 por cento dos europeus abandonam a escola antes de acabarem o 12.º

Como é veiculado pela agência Lusa, a proporção de crianças com menos de 15 anos considerada incapaz de efectuar uma leitura corrente é de sete por cento na Coreia e na Finlândia, de 15 por cento na Áustria e na França, de 16 por cento em Espanha e de 20 por cento em Portugal, na Grécia, na Alemanha e na Suíça. Por outro lado, 45 por cento das crianças portuguesas não são capazes de utilizar os conhecimentos matemáticos. A

Grécia, a Espanha e a Itália apresentam a mesma percentagem.

A Unicef alerta para as consequências práticas desta situação: estes jovens terão dificuldades em actividades correntes, como dosear um medicamento seguindo as instruções da embalagem.

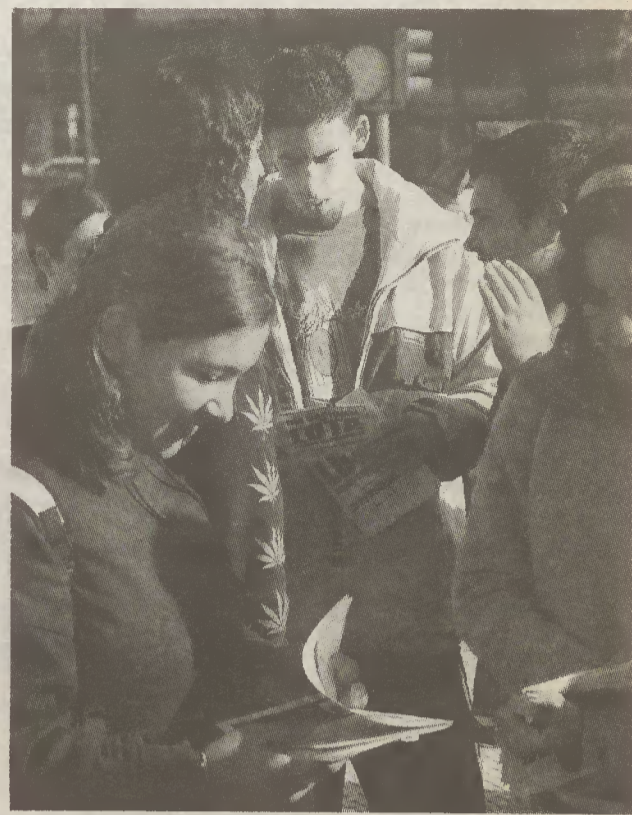
Imigrantes desfavorecidos

A organização das Nações Unidas salienta que nenhum país apresenta resultados totalmente satisfatórios e que em todos existem grandes diferenças escolares. Um outro dado avançado é o facto dos filhos dos imigrantes serem particularmente desfavorecidos no que respeita à escolaridade. É o que acontece, por exemplo, na Alemanha, na Áustria, na Bélgica, na Dinamarca e na Finlândia.

Nesse sentido, a Unicef defende que «todo o país rico deve assegurar-se de que os grupos minoritários residentes no seu território recebem a ajuda necessária para superarem os seus problemas particulares» e insiste na necessidade de serem tomadas medidas que diminuam as desigualdades.

Para a organização, estas devem começar pelos cuidados e educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida. Por isso, apela aos estados que façam maiores investimentos nas creches e no ensino pré-primário.

Entretanto, o Ministério da Educação publicou um estudo que mostra que 45 por cento dos alunos saem da escola antes de completarem o 12.º ano de escolaridade. A média europeia é de 19 por cento, de acordo com o Relatório Conjunto sobre o Emprego na União Europeia, divulgado em Novembro.



A Unicef apela aos governos que invistam nas creches e no ensino pré-primário

Em França e na Grã-Bretanha

Políticas educativas fortemente contestadas

Estudantes, pais, professores e funcionários estão contra a supressão de vagas nas escolas públicas francesas anunciada pelo Governo de direita. No domingo, várias dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se em Paris, num protesto sob o lema «Juventude, educação, investigação: por uma prioridade dos meios e do serviço público».

Convocada por associações estudantis, por sindicatos de professores e funcionários e por organizações de pais, a manifestação visa igualmente o orçamento para 2003 e os cortes nos números de profissionais contratados nas escolas.

No dia 17 de Outubro, realizou-se uma greve de protesto, com adesões entre 60 e 80 por cento, segundo dados dos sindicatos.

Pelo fim das propinas

Na semana passada, foi a vez dos estudantes universitários britânicos protestarem contra a aplicação de propinas suplementares, proposta pelo governo de Tony Blair. Cerca de 20 mil estudantes manifestaram-se em Londres, afirmando que o custo do ensino superior é já insustentável actualmente e que não comporta mais aumentos. Por isso, reivindicam a abolição das propinas e o regresso ao sistema de bolsas.

«Uma educação superior tão cara não é um factor positivo para a sociedade e está a atrofiar o sistema educativo», alertou a presidente da União Nacional de Estudantes, Mandy Telford. «Muitos estudantes desistem de cursos universitários por estarem sobrecarregados com dívidas e problemas financeiros. O

governo diz que quer aumentar o acesso ao ensino superior, mas as propinas suplementares vão limitar o acesso», acrescentou.

«O aumento das propinas resultou num aumento da dívida dos estudantes e numa quebra nas candidaturas de pessoas de meios eco-

nómicos mais baixos», afirmou Will Straw, presidente da União de Estudantes da Universidade de Oxford, à BBC.

Na Grã-Bretanha, as propinas variam consoante os cursos e as universidades, mas custam em média 1700 euros por ano para uma licenciatura. Em cursos de pós-graduação, o custo é em média de 5600 euros por ano para estudantes britânicos e da União Europeia.

Este sistema foi introduzido em 1998, substituindo as bolsas que eram atribuídas conforme a capacidade económica de cada estudante para co-financiar o curso. O novo regime de preços faz parte de um pacote de medidas de reforma do sistema de ensino, a apresentar provavelmente em Janeiro próximo.

A maioria dos estudantes britânicos contrai empréstimos bancários para pagar as propinas e os estudos são normalmente incompatíveis com um emprego. Em geral, o estudante paga o empréstimo bancário quando entra no mercado de trabalho, deixando a universidade com uma dívida média de 19.200 euros.



Tal como os portugueses, os estudantes franceses e britânicos estão contra as políticas educativas

Maioria dos estudantes teme desemprego

Sessenta por cento dos estudantes portugueses temem o desemprego e mais de metade dos alunos do ensino secundário pretende ingressar no ensino superior. Estas são algumas conclusões de um estudo promovido pelo Departamento de Qualificação Profissional da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Alemã, realizado no ano lectivo passado a partir de inquéritos efectuados a cerca de oito mil jovens portugueses, com idades compreendidas entre os 14 e os 22 anos.

Os resultados do estudo mostram ainda que mais de metade dos estudantes do secundário têm medo de não entrar no curso pretendido e que 51 por cento dos alunos do superior decidiram frequentar este sistema na perspectiva de arranjar um emprego melhor. Segundo os autores do estudo, existe «uma contradição entre os planos dos jovens e as oportunidades no mercado de trabalho».

Os jovens têm outras preocupações, como a instabilidade económica (55 por cento) e a falta de humanismo na sociedade (53 por cento).

Já este mês

Escolas podem fechar por falta de dinheiro

Diversas escolas dos ensinos básico e secundário poderão ser encerradas este mês devido à falta de verbas para o seu normal funcionamento. O alerta foi lançado pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, na semana passada, depois do Ministério da Educação emitir uma circular que determina a cativação, em Dezembro, de 4,5 por cento da verba correspondente às despesas correntes prevista no orçamento corrigido.

Não há dinheiro para despesas como a água, a electricidade, os combustíveis, a segurança, o material de limpeza e de secretaria, as reparações, o correio ou as visitas de estudo. «Algumas escolas da Beira Serra serão obrigadas a funcionar sem o aquecimento ligado, outras passarão a cobrar aos professores as fotocópias dos testes e algumas vêem gorada a possibilidade de honrarem compromissos estabelecidos com for-

necessores», adiantou Mário Nogueira, do Sindicato dos Professores.

Segundo o dirigente sindical, «a situação financeira das escolas, mesmo antes de serem efectuados cortes, já era grave, mas agora muitas ficarão próximas da ruptura, que poder obrigar ao seu encerramento».

O sindicato acusa o Governo de «irresponsabilidade política», ao comprometer o «normal funcionamento das

escolas públicas portuguesas, com o objectivo de as tornar mais vulneráveis ao julgamento da opinião pública».

De acordo com as estimativas feitas pela direcção do sindicato, a cativação num só mês de uma verba correspondente a 4,5 por cento do orçamento para todo o ano, traduzir-se-á na retenção, em Dezembro, de 50 a 56 por cento do valor total do último duodécimo de 2002, uma redução entre os 2500 e os 5000 euros.

Protecção das crianças

O Parlamento aprovou, por unanimidade, o diploma do Governo que recomenda a ratificação do protocolo referente à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil. Todas as bancadas parlamentares defenderam o reforço da protecção das crianças, aludindo ao recente escândalo de abuso sexual que envolveu funcionários da Casa Pia de Lisboa. Odete Santos, em nome da bancada comunista, não poupou críticas ao CDS-PP por ter querido em tempos baixar para 14 anos a idade a partir da qual uma criança é imputável, sustentando que para haver eficácia no combate aos crimes contra crianças «é preciso combater a pobreza». «É a pobreza que dá origem à exploração de crianças», afirmou.

Este tema esteve ainda presente no período antes da ordem do dia de uma outra sessão plenária da passada semana, com toda as bancadas a insurgirem-se contra o silêncio dos poderes públicos sobre casos de pedofilia na Casa Pia, ao longo de duas décadas, não deixando de criticar, simultaneamente, o sensacionalismo de alguma comunicação social.

O deputado comunista António Filipe alertou para a necessidade de «não se confundir a árvore com a floresta», considerando que, se não fosse alguma comunicação social, todos ainda estariam na ignorância» relativamente às suspeitas de crimes na Casa Pia. «Mas a dignidade das pessoas não pode ser sacrificada por batalhas de audiências», sublinhou o deputado comunista.

Desacreditação de funcionários

Nos meios ligados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros estão a levantar-se as maiores dúvidas quanto aos critérios que presidem à acreditação e à desacreditação dos funcionários dos serviços externos.

Em causa estão movimentações destes funcionários que têm ocorrido nos últimos tempos, em diferentes países, sem que estejam a ser observadas as regras definidas pela legislação aprovada em 1999 sobre o estatuto do pessoal dos serviços externos do MNE, relativamente à sua nomeação. Com efeito, contrariando a aplicação até agora feita daquelas regras, o Ministério de Martins da Cruz tem procedido à desacreditação de alguns funcionários que há dezenas de anos gozam desse estatuto, beneficiando das facilidades, privilégios e imunidades conferidas aos funcionários consulares pela Convenção de Viena. Situação esta que levou já a deputada comunista Luísa Mesquita, em requerimento recentemente dirigido ao Governo, a inquirir este sobre quais os critérios que estão a ser utilizados e sobre as razões dos recentes casos de desacreditação de funcionários sem aparente justificação legal.

Em causa atropelos às mais elementares regras das relações jurídico-laborais

Fertagus à margem da lei

Na Fertagus campeia a violação das leis de trabalho e o atropelo às mais elementares e básicas regras das relações jurídico-laborais.

A denúncia partiu do Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, que acusa a administração da empresa de tomar atitude abusivas que põem em causa o próprio Estado de Direito.

Os exemplos são muitos e da mais variada ordem e levaram já a bancada comunista, através do deputado Jerónimo de Sousa, por duas vezes, em requerimentos ao Governo, a questionar sobre as razões que levam este a manter-se de braços cruzados e a não adoptar medidas no sentido de «fazer cumprir o estritamente estipulado na lei».

Entre os diversos casos de violação aos direitos dos trabalhadores contam-se restrições ao livre exercício da actividade sindical, consubstanciadas em manobras dila-

tórias destinadas a impedir trabalhadores e dirigentes sindicais quer de publicitarem as suas actividades sindicais quer de realizarem reuniões na empresa.

Ora sucede que tais actos, como lembra o deputado comunista, são «inconstitucionais e ilegais», sendo, por isso, em consequência, objecto de sanções de acordo com a legislação vigente.

Outra das práticas correntes da empresa, por sua decisão unilateral, é a de negar aos trabalhadores, nomeadamente aos maquinistas, o acesso ao seu local de trabalho, chegando mesmo a dispensá-los das suas tarefas laborais, sem qualquer tipo de justificação.

Sob a administração da Fertagus recaí simultaneamente a acusação de violar as

normas legais relativas à protecção da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, impedindo, nomeadamente, o recurso destas ao próprio médico da empresa.

Violadas com inusitada frequência pela administração da Fertagus são ainda as regras de prestação de trabalho. Referido por Jerónimo de Sousa, que cita o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários, é, entre outros casos atentatórios de direitos laborais, o incumprimento da atribuição do subsídio compensatório pela prestação de trabalho em regime de turnos.

Outro exemplo de violação da lei, que colide inclusivamente com o princípio constitucional de a «trabalho igual salário igual», prende-se com a discriminação no âmbito da



A violação das leis de trabalho tem sido uma constante na Fertagus e o Governo nada faz

evolução das carreiras. Trata-se, neste caso, de atribuir aumentos nos vencimentos a alguns trabalhadores em detrimento de outros exactamente com as mesmas tarefas.

Denunciada é também a violação dos direitos a pausas

e descansos, bem como o não cumprimento do pagamento de retribuições por exercício de trabalho suplementar e direito a um descanso compensatório remunerado correspondente a 25 por cento das horas de trabalho suplementar efectuada.

Acidente nas obras do Metro

Maioria desvirtua conclusões

O Grupo Parlamentar do PCP acusou a maioria PSD/CDS de «insensatez política» ao aprovar conclusões finais que desvirtuam aquilo que foi o apuramento de factos na Comissão de Inquérito ao acidente do Metro no Terreiro do Paço.

Os deputados comunistas que integraram a comissão parlamentar, em declaração de voto, afirmam que os partidos que sustentam o Governo incluíram como «pseudo-conclusões objectivas» aquilo que entenderam por «conveniente aos seus interesses estritamente partidários».

Diversamente da conclusão tirada por PSD e CDS de que

a responsabilidade total do acidente que originou a derrocada das obras pertence ao grupo de empresas construtoras, o PCP entende que a «verdade cristalina que qualquer pessoa poderia retirar da uma simples leitura das actas conduz à conclusão de que houve certamente responsabilidades do empreiteiro, como também as houve do dono a obra (o Metropolitano de Lisboa), do projectista da obra e de quem a fiscalizava».

Consideram ainda os deputados comunistas que uma análise com preocupações de «imparcialidade e de rigor» imporia concluir que o(s) projecto(s) «estavam insuficien-

temente apresentados, que havia lacunas, que alguns perigos e riscos tinham sido desvalorizados por todos aqueles intervenientes» e que «não havia meios suficientes e adequados para obstar a um acidente da envergadura do que ocorreu em Junho de 2000».

Para a bancada comunista resulta ainda claro que a maioria PSD/CDS, ao redigir as suas conclusões, optou por «esquecer depoimentos e omitir declarações», fazendo de conta «que não existem inúmeros documentos onde de forma clara se repartem responsabilidades pelo sucedido».

Acesso à informação

O deputado comunista Bruno Dias defendeu a necessidade de generalizar a todo o território e a toda a população o acesso à informação e ao conhecimento disponibilizado pelas novas tecnologias da informação e comunicação. Esta questão esteve em debate, na passada semana, a propósito de um projecto de lei do BE sobre o acesso universal à internet em banda larga.

Em causa está a criação de uma infra-estrutura básica para a transmissão e armazenamento de informação – alvo do apetite de interesses empresariais -, investimento que por ser de interesse nacional, como sublinhou Bruno Dias, deve ser «duradouro e tecnicamente evolutível», independentemente das soluções técnicas.

Mas verdadeiramente importante, para a bancada comunista, é que se adoptem «medidas políticas de fundo» para que a «sociedade de informação» não se transforme numa «espécie de código binário da exclusão social».

Em projecto de lei do PCP Elevação de Custóias a vila

O Grupo Parlamentar do PCP propôs, em projecto de lei, há dias entregue na Assembleia da República, a elevação de Custóias, no concelho de Matosinhos, à categoria de vila.

Trata-se de uma povoação cujas origens remontam aos primórdios da Idade Média (embora registos documentais permitam concluir pela existência de ocupação pré-histórica) e que foi no período da presença romana ponto de passagem na ligação entre o Porto e Vila do Conde.

Na base desta promoção administrativa de Custóias à categoria de vila, segundo a bancada comunista, está o reconhecimento da sua dimensão histórica e socioeconómica, ao longo dos tempos, e a sua consolidação enquanto «unidade urbana de significativa importância, coesão e actualidade».

Outro dos fundamentos que presidiram a esta iniciativa legislativa, como é explicado na nota preambular do diploma, tem a ver com a expectativa de crescimento e desenvolvimento que anima o seu povo, «consubstanciado nas suas várias organizações e associações populares, que assume a sua condição vanguardista, com frontalidade, ao longo dos tempos, no verdadeiro enriquecimento da sua terra e no respeito integral pela sua identidade».

Para os comunistas trata-se, em síntese, de contribuir para a «preservação de todos os aspectos culturais, ambientais, arquitectónicos e patrimoniais que Custóias foi sabendo albergar no correr dos séculos, assegurando que a memória do passado fará parte do presente e do futuro dos custoienses».

Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto Por mais meios e poderes

O modelo das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto fracassou. Um novo modelo poderá em breve ver a luz do dia, contando para isso com o contributo decisivo do PCP.

O tema esteve em debate, na passada semana, em torno de dois diplomas: um, do Governo, prevendo a criação de novas áreas metropolitanas; o outro, da formação comunista, com incidência nas actuais áreas de Lisboa e Porto. Ambos passaram em votação na generalidade (o PCP absteve-se na proposta de lei do Governo e as bancadas da maioria abstiveram-se no projecto de lei comunista), baixando à comissão para debate na especialidade.

O facto de o actual modelo, criado há onze anos, ter revelado uma total incapacidade para intervir eficazmente no quotidiano das populações constitui a principal razão, do ponto de vista do PCP, para esta necessidade de introduzir profundas alterações quer

ao nível da forma de constituição dos órgãos das áreas metropolitanas quer dos seus meios, poderes e forma de funcionamento.

E se esta necessidade de mudança parece ser hoje reconhecida, perante um modelo que fracassou, a verdade é que há onze anos a situação foi diversa e a solução encontrada esteve longe de recolher o apoio do PCP.

Entre outras razões, como recordou o deputado Honório Novo, porque o modelo aprovado impediu que às novas instituições metropolitanas fosse conferida «plena legitimação democrática e lhes fossem facultados meios, poderes e competências correspondentes a um exercício pleno e eficaz das respectivas funções».

Fundamentos e objectivos que, na altura (como agora), a bancada comunista materializou em projecto de lei no qual eram atribuídos às áreas metropolitanas poderes pró-

prios, retirados à administração central, na área dos transportes, do ambiente, do planeamento do território, tal como era proposta a legitimação dos órgãos metropolitanos através do sufrágio popular.

Solução esta que não foi considerada, na ocasião, por estritas razões de «calculismo político», tendo prevalecido, como lembrou o deputado do PCP, um «modelo híbrido» que deu corpo a «uma visão redutora» impeditiva de que às novas instituições metropolitanas fosse conferida a plena legitimação democrática e os adequados meios, poderes e competências.

A prática evidenciou, com efeito, que o poder das áreas metropolitanas foi sempre meramente político e nunca o resultado de atribuições e competências claras e muito menos de recursos humanos e financeiros. É isso que o PCP quer mudar com a iniciativa legislativa por si apresentada.

PCP avança com medidas concretas

Combate à violência doméstica

A elaboração de um novo Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica constitui uma das propostas defendidas pelo Grupo Parlamentar do PCP em projecto de resolução recentemente entregue na Assembleia da República.

Entre as medidas concretas a incrementar no âmbito da acção do Plano (que deve previamente ver assegurada a definição ampla dos objectivos e recursos técnicos e financeiros necessários à sua realização), prevista está, desde já, a criação de serviços de apoio e casas de abrigo públicos, dotados dos necessários

recursos no Continente e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, acompanhada pela complementaridade de intervenção nesta área de ONG's e/ou IPSS.

O envolvimento multidisciplinar de vários sectores governamentais e ministérios, em conjugação com a acção da Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres (CIDM) e das organizações em defesa dos direitos das mulheres, é igualmente apontado como uma direcção de trabalho no projecto de resolução onde a Assembleia da República recomenda ao Governo, por outro lado, a generalização das secções de atendimento às mulheres vítimas de violência junto das forças de segurança.

No documento, cuja discussão em plenário ainda não está agendada, recomendada é ainda a elaboração de um relatório anual que caracterize a situação em Portugal no que se refere à violência doméstica.

Faltam estruturas de apoio

Na base desta iniciativa da bancada do PCP está a consideração de que, não obstante a repetida e pública intenção do Primeiro-Ministro em dar combate à violência doméstica, este é um problema que carece de mais firmes e determinadas

acções e medidas. No texto, os deputados comunistas consideram mesmo que a «evolução no combate à violência contra a mulher em Portugal tem sido lenta» e salientam que a questão não reside tanto no plano legislativo – existem já os mecanismos de protecção legal às mulheres vítimas de violência em legislação específica –, mas sim no plano das estruturas de apoio, cuja criação tem sido escassa e nem sequer cobre todo o território nacional.

Lembrada, a este propósito, é a inexistência de quaisquer estruturas nas Regiões Autónomas, bem como o facto de nenhuma das estruturas ser pública e estarem dependentes de IPSS ou geridas por ONG's, sem que o Estado tenha investido na criação de estruturas próprias.

Também as Campanhas Públicas «têm sido pontuais», no entender da bancada comunista, que recorda ainda que nas escolas «esta abordagem depende, exclusivamente, da sensibilidade dos docentes».

Problema transversal

Sublinhada no projecto de resolução é ainda a circunstância de o nosso país deter «um número bastante significativo» de casos de violência doméstica. A prová-lo estão as estatísticas disponíveis (apesar de serem uma pequena amostra, pois correspondem apenas aos casos em que a vítima procurou apoio), a partir das quais é possível afirmar com «segurança que a violência intrafamiliar é um problema transversal às classes sociais, afectando mulheres de todos os níveis sociais, de todas as idades e com diferentes graus de escolaridade».

Recordados, a este respeito, são alguns números: no ano 2000 foram atendidas pela CIDM mais de 5500 chamadas, a que se somaram 2991 chamadas atendidas pela APAV; no primeiro semestre de 2001 foram atendidas 2951 chamadas pela CIDM e 2122 pela APAV.

Ainda no ano 2000, seis mulheres por semana foram vítimas de crimes contra a vida praticados por homens, não deixando igualmente de ser relevante o facto de a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) ter apoiado, em 2001, cerca de dez mil pessoas, das quais 83,6% eram vítimas de violência doméstica.

Nota de realce merecem também os registos neste âmbito efectuados em 2001 pela GNR e a PSP, no âmbito do Projecto INOVAR, que totalizaram 11 765 ocorrências, o que representa uma média de 32 casos por dia, sendo 84% do sexo feminino.

Tributação das mais-valias

Pôr fim ao escândalo

Baixou à comissão de economia, sem votação, o pedido de apreciação parlamentar do PCP e respectivas propostas de alteração ao decreto-lei (N.º 228/2002) com que o Governo pôs fim à tributação das mais-valias em IRS anteriormente prevista na reforma fiscal. Depois desta tributação ter sido suspensa ainda em 2001 pelo governo do PS, adiando-a para 2003, numa cedência à chantagem dos grandes interesses, este diploma agora chamado a ratificação pela bancada comunista representou a machadada final do Governo de direita na componente da tributação das mais-valias incluída na reforma fiscal.

Esta, recorde-se, pela primeira vez, ainda que muito

moderadamente, tribudou as mais-valias de ganhos bolsistas em resultado da venda de acções, obrigações e outros títulos. Como tributou em IRC as mais-valias realizadas pelas SGPS na venda do seu património, medida entretanto revogada pelo Governo no Orçamento do Estado para 2003.

Ora foi aquela tributação das mais-valias que o Governo enterrou, voltando à situação existente antes da reforma fiscal. Ou seja, as mais-valias deixaram de ser tributadas e nem sequer contam para efeitos de determinação da taxa.

Por isso este pedido de apreciação parlamentar do PCP cujo sentido fundamental é repor as normas de tributação previstas na reforma

fiscal de 2000. Porque, como afirmou o deputado comunista Honório Novo, «constitui um escândalo que os rendimentos obtidos na bolsa continuem a estar isentos de qualquer tributação».

«Mas por que razão, mas com base em que conceito de justiça fiscal, é que se alguém ganhar 500 mil escudos a trabalhar paga 34 por cento de IRS mas se obtiver o mesmo rendimento jogando na bolsa não paga, de facto, nada, zero», questionou o parlamentar comunista, antes de lembrar que a Alemanha decidiu muito recentemente decretar a introdução de uma taxa de 15 por cento sobre as mais-valias obtidas em bolsa para fazer face às suas dificuldades orçamentais.

Abaixo-assinado alerta para crise

Em defesa do cinema nacional

Está a circular um abaixo-assinado em defesa do cinema português. Dirigido ao Ministério da Cultura e ao Governo, o documento conta já com mais de seis dezenas de destacadas figuras ligadas ao meio.

Entendendo que a discussão sobre o futuro do cinema em Portugal passa necessariamente pelos agentes cinematográficos, os subscritores do abaixo-assinado concluem só poder

tável qualquer pretensão de continuidade de produção de cinema em Portugal», os subscritores do abaixo-assinado concluem só poder manifestar-se «pela manutenção do ICAM sob a tutela do Ministério da Cultura e, a curto prazo, pela implementação de um plano de emergência financeiro que assegure a produção dos projectos em curso e que afaste o cenário de falências e crise generalizada que afecta o sector».

Entendendo que a discussão sobre o futuro do cinema em Portugal passa necessariamente pelos agentes cinematográficos, os subscritores do abaixo-assinado concluem só poder manifestar-se «pela manutenção do ICAM sob a tutela do Ministério da Cultura e, a curto prazo, pela implementação de um plano de emergência financeiro que assegure a produção dos projectos em curso e que afaste o cenário de falências e crise generalizada que afecta o sector».

Depois de afirmarem a sua convicção de que «sem este entendimento será insustentável

Rico na sua diversidade e representatividade, o abaixo-assinado, como primeiros subscritores, conta com os seguintes nomes: Acácio de Almeida, Alberto Seixas Santos, António Ferreira, Anabela Moutinho, Carlos Braga, Carlos Ramos, Edgar Feldman, Edgar Pêra, Eduardo

Condorcet, Elsa Bruxelas, Fátima Ribeiro, Fernando Lopes, Fernando Matos Silva, Fernando Vendrell, Francisco Villa-Lobos, Ivo M. Ferreira, Jeanne Waltz, João Botelho, João Canijo, João Carriho, João Figueiras, João Mário Grilo, João Paulo Macedo, João Trubula, Joaquim Leitão, Joaquim Pinto, Jorge António, Jorge Cramez, Jorge Paixão da Costa, Jorge Silva Melo,

José Álvaro de Morais, José Barahona, José Nascimento, Karen Boswall, Leonel Vieira, Luís Alvarães, Luís Correia, Luís Fonseca, Luís Gaivão Teles, Manuel Mozos, Margarida Gil, Maria João Mayer, Mário Barroso, Markus Heltsch, Miguel Gomes, Nuno Artur Silva, Nuno Leonel, Olga Ramos, Paulo Branco, Paulo Guilherme Santos, Paulo Rocha, Paulo Trancoso, Pedro Costa, Pedro Fortes, Pedro Sabino, Pedro Sena Nunes, Pierre-Maric Goulet, Raquel Freire, Rita Azevedo Gomes, Rodrigo Areias, Sandro Aguiar, Teresa Garcia, Tiago Guedes, Vasco Pimentel.

Por injustos e desajustados

Não ao aumento da electricidade

«Injustos e desajustados, logo penalizadores para os respectivos consumidores», assim classifica a Comissão Dinamizadora do Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos o recente anúncio de um aumento de 2,8 por cento nas tarifas de energia eléctrica para o próximo ano.

Esta decisão anunciada pela Entidade Reguladora do Sector Eléctrico (ERSE), a pretexto dos aumentos do fuel-óleo e do gás natural, é tanto mais injusta e inaceitável, no entender da Comissão de Utentes, quanto é certo que surge no momento em que é notória a degradação da qualidade da prestação dos serviços de electricidade, motivada não só pela falta de investimentos em áreas fundamentais como também pelo carácter «inadequado e ultrapassado» do regulamen-

to que tutela os referidos serviços.

Lembrado pela Comissão de Utentes, em nota à imprensa, é ainda o facto de os portugueses serem já hoje os que pagam no âmbito da União Europeia as tarifas mais caras pelo consumo de energia, embora sejam os que auferem os salários e as pensões de reforma mais baixas.

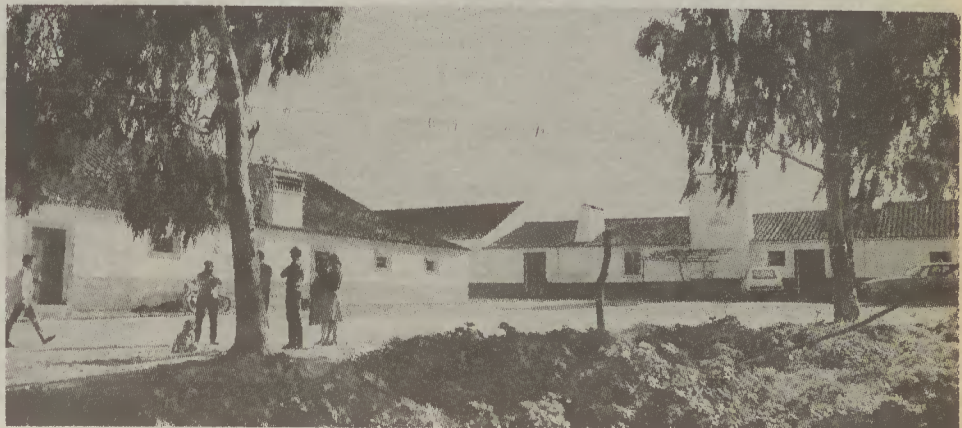
E também não à portagem

A justificar um outro protesto – este da Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril – está também a informação de que o Governo se prepara para proceder a novos aumentos nas portagens que, segundo noticiadas vindas a público, poderão cifrar-se em 3,5 por cento.

Afirmando a «sua oposição

frontal» a qualquer decisão de agravar o preço das portagens, «disfarçada ou justificada (ou não) pelo famigerado défice orçamental, subida de inflação ou cumprimento de qualquer acordo», aquela Associação considera que, a verificarmos, tais aumentos «agravarão a já inadmissível porque injusta discriminação» que recai sobre as pessoas que têm de pagar para atravessar o Tejo, numa ponte já mais que paga, sem qualquer outra alternativa rodoviária.

Lembrado, em documento, é ainda o facto de os utentes da Ponte 25 de Abril continuarem a ser os cidadãos que mais pagam uma ponte que não utilizam – a Ponte Vasco da Gama – o que consideram ser uma discriminação que dizem não poder nem querer aceitar «porque moral e constitucionalmente injusta».



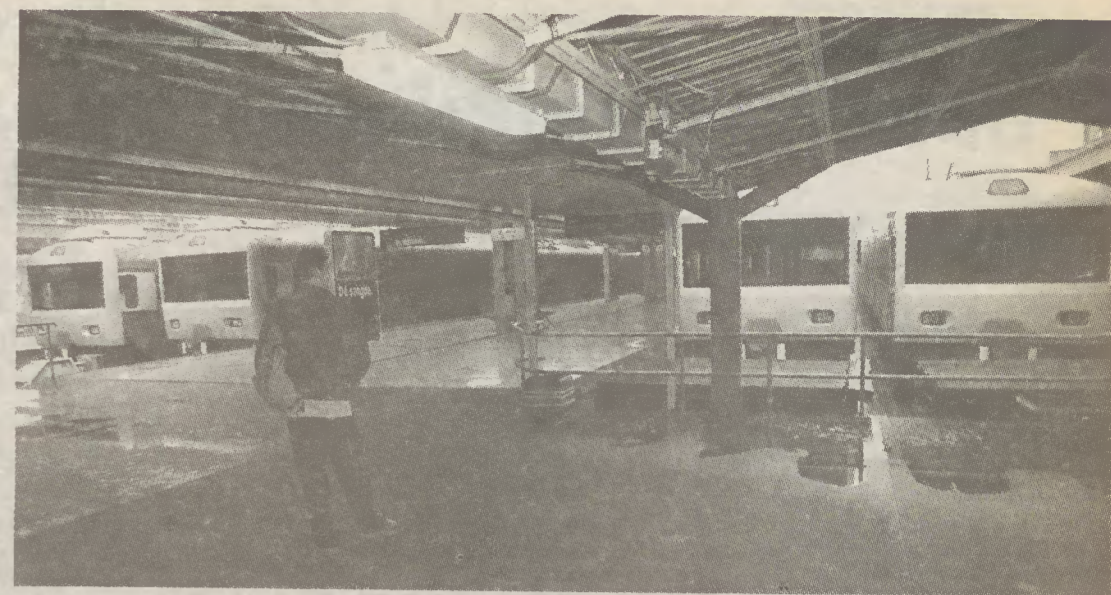
Os portugueses já pagam as tarifas mais caras de energia eléctrica no quadro da União Europeia



Os piquetes de greve foram incansáveis no esclarecimento dos trabalhadores mais indecisos



Ao contrário do que o Governo afirma, grandes unidades industriais estiveram com a produção parada



O sector dos transportes foi um dos mais afectados. Muitas estações de comboios fecharam, o mesmo acontecendo com alguns aeroportos



Professores e auxiliares juntaram-se à greve. Muitas escolas fecharam

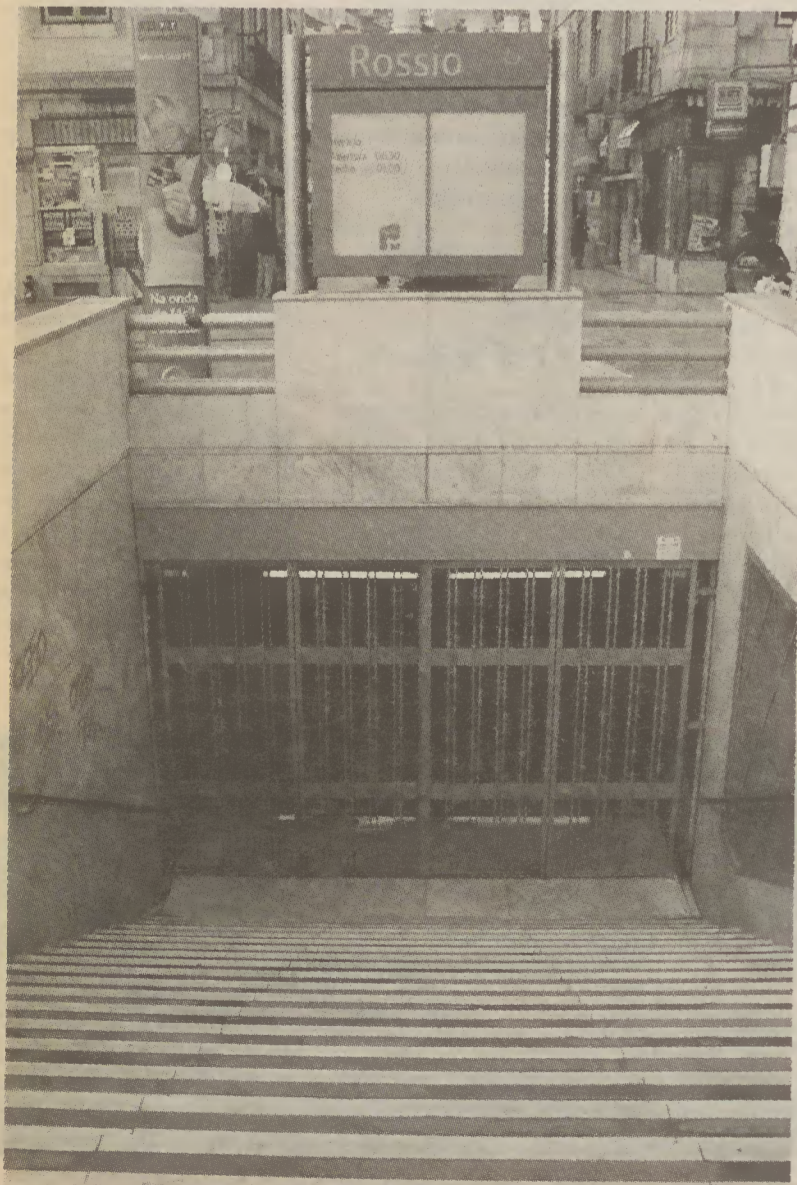
Segundo a CGTP, participaram na greve geral de anteontem 1 milhão e setecentos mil trabalhadores de praticamente todos os sectores de actividade. Esta paralisação teve «um enorme impacto no sector produtivo, por todo o País, com expressão num elevado número de empresas estratégicas e de dimensão significativa da nossa economia», tendo algumas chegado mesmo a parar, afirma a CGTP. Os dados divulgados na página 7 confirmam.

Um milhão e setecentos mil trabalhadores em greve

Andar dentro das cidades foi quase impossível. Autocarros e metropolitanos, incluindo o novíssimo metro do Porto, não circularam

Algumas das empresas responsáveis por grande parte das exportações nacionais paralisaram. No sector automóvel, a Autoeuropa, a Opel e a Toyota são alguns exemplos

De norte a sul, do sector eléctrico ao metalúrgico passando pelos têxteis e pelo calçado, a greve fez-se sentir por todo o lado



Vários serviços não funcionaram devido à greve dos seus trabalhadores



O barco não foi alternativa para atravessar o Tejo. A Soflusa parou e a Trans-tejo cumpriu apenas duvidosos serviços mínimos



Com uma adesão global de 90 por cento, os trabalhadores das autarquias voltaram a travar uma grande luta



Na maioria dos hospitais apenas se cumpriu os serviços mínimos. Os centros de saúde também foram afectados

● Fátima Garcia

Saúde reprodutiva e sexual

Há algumas pessoas da nossa praça que ainda me conseguem deixar de «boca aberta». Como sabem, o camarada Joaquim Miranda é presidente da Comissão para o Desenvolvimento e Cooperação do Parlamento Europeu (DEV). Pois, nestes últimos dias temos sido «bombardeados», por fax e correio electrónico, com uma série de mensagens, que não variam muito entre si, onde os autores nos pedem que votemos contra as normas que visam o financiamento do aborto nos países em desenvolvimento, por parte da UE. Alguns até alegam o resultado do referendo que se realizou em Portugal. Como não estava a perceber a que se referiam e não me tinha apercebido que estivesse na ordem do dia uma proposta com o objectivo anunciado fui à procura. Procurei e voltei a procurar e, finalmente, percebi o que tanto estava a incomodar os/as subscritores/as das missivas. Trata-se de uma proposta de regulamento relativo à «ajuda para políticas e acções em matéria de saúde reprodutiva e sexual e direitos conexos nos países em desenvolvimento», que a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento e ao Conselho e sobre a qual a Comissão DEV se deverá pronunciar. Já sabíamos que o ensino em Portugal vai mal. Os «apelos» que recebemos mostram que uma elevada percentagem

a prevenção e diagnóstico das infecções sexualmente transmissíveis; a luta contra a mutilação genital feminina; a promoção de programas globais de saúde materna para fornecer cuidados de saúde pré-natais e criar um corpo profissional de assistentes qualificados para os partos. Este apoio traduzir-se-á no financiamento de actividades de investigação e programas de acção; assistência técnica e formação; fornecimento de equipamento médico.

Eles sabem ler

Afinal o que faz mover esta «gente» é o mesmo que a continua a fazer mover contra a despenalização do aborto em Portugal. Eles/elas estão pouco preocupados que, anualmente, 600.000 mulheres morram em resultado directo da gravidez e que 99% dessas mortes ocorram nos países em desenvolvimento. Eles/elas pouco se ralam que cerca de 50 milhões de mulheres fiquem a sofrer de complicações graves, apesar de 75% de todas as mortes e lesões maternas poderem e deverem ser evitadas através de programas de saúde reprodutiva. Eles/elas não querem saber que 13% de todas as mortes ligadas à maternidade (78.000 por ano) resultem de abortos praticados em condições de risco. Eles/elas fingem ignorar que equipamentos utilizados no domínio da



dos portugueses tem uma grande dificuldade em compreender o que lêem e o resultado da falta de integração no programa de ensino da disciplina de «educação sexual» está bem patente - para muitos, saúde sexual e reprodutiva é sinónimo de aborto. É, no mínimo, deplorável.

Afinal, o que diz a proposta?

Ela tem por objectivo apoiar acções destinadas a melhorar a saúde reprodutiva e sexual nos países em desenvolvimento fornecendo assistência financeira e know-how tendo em vista garantir o direito das mulheres, dos homens e dos adolescentes a uma boa saúde reprodutiva e sexual, permitir-lhes uma gama completa de serviços seguros e fiáveis e reduzir os índices de mortalidade materna, em especial nos países e grupos populacionais onde são mais elevados.

O apoio financeiro da UE será concedido a operações que visem, especialmente, assegurar que os pobres beneficiem de um melhor acesso a serviços de saúde, oferecendo-lhes em especial, informação e a escolha de meios de contracepção de modo a evitar gravidezes não desejadas;

saúde reprodutiva são necessários na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, e que mais de 90% das pessoas infectadas com SIDA (40 milhões à escala mundial) vivem nos países em desenvolvimento. Não creio que esta «gente» esteja incluída no rol dos que têm dificuldades com o português. Pelo contrário. O problema é outro. É o de quem está indiferente aos problemas de milhões de pessoas que vivem em condições mínimas, é o de quem é indiferente à dor de milhões de mulheres e homens que sabem que os seus filhos estão condenados devido a situações de extrema carência ou por lhes terem transmitido o vírus do SIDA. É, pois, pura hipocrisia virem dizer-nos que defendem a vida quando, perante esta situação catastrófica, têm o desprante de se oporem a este programa da UE.

Onde param eles/elas quando se reivindicam um maior apoio dos países ricos ao desenvolvimento dos países mais pobres, quando se pede a anulação da dívida ou a intervenção pacífica para a resolução dos conflitos? Penso que onde estão sempre, num sítio confortável a olhar o seu umbigo. É caso para dizer: deixem-nos trabalhar.

Projecto de estatuto do deputado europeu prevê 1700 contos de remunerações

Um salário à europeia

Com a aprovação de uma resolução comum, o Parlamento Europeu considera que deverá ser acelerado o processo de adopção de um novo Estatuto para os Deputados. O PCP votou contra.

Entre as alterações mais relevantes, está a proposta de criação de um subsídio parlamentar mensal, igual para todos os deputados, independentemente dos países que representam. Hoje, o salário do eurodeputado tem como referência os vencimentos dos deputados dos parlamentos nacionais.

A nova modalidade irá criar em diversos países uma enorme desigualdade entre as remunerações de eleitos e titu-

lares cargos públicos em instituições nacionais e o chamado «subsídio parlamentar» proposto para os eurodeputados, nada menos do que de 8.500 euros mensais, cerca de 1700 contos, ou seja, o dobro do que recebe um deputado na Assembleia da República.

Porém, embora sublinhando a «imoralidade» deste montante face aos baixos salários que auferem os trabalhadores portugueses, para o PCP este projecto de novo esta-

tuto do deputado inscreve-se também «numa concepção federalista do mandato do deputado», visando transformar o actual representante nacional no Parlamento Europeu no futuro «deputado europeu».

Como recordou Ilda Figueiredo, «os deputados são eleitos em círculos nacionais. Logo estão e devem continuar a estar vinculados a esses círculos», bem como à respectiva realidade social.

Neste sentido, o PCP, «reafirmando o compromisso de continuar a pugnar pela transparência e rigor na utilização dos meios postos à disposição dos deputados ao PE», desafia as restantes forças políticas portuguesas representadas no hemisfério de Estrasburgo a tornarem públicas as suas posições sobre esta matéria.

Cimeira de Copenhaga

Afirmar o interesse nacional

«Portugal é o país com maiores fragilidades na estrutura produtiva e maiores carências socioeconómicas, pelo que poderá sofrer consequências muito negativas se não forem devidamente acautelados os seus interesses nas negociações em curso», alertou a deputada Ilda Figueiredo, na terça-feira, a propósito da Cimeira de Copenhaga, cujos trabalhos se iniciam hoje, quinta-feira, na capital da Dinamarca.

Com salienta a eurodeputada do PCP, pela primeira vez, o alargamento da União Europeia da União Europeia não é acompanhado de um aumento do orçamento, o que significa que as actuais verbas dos Quinze terão de ser divididas por 25 estados-membros.

Por isso, indica, «perspectiva-se, a médio prazo, a redução dos fundos estruturais e das ajudas agrícolas para Portugal, num cenário em que todos os estudos conhecidos afirmam que será o país que mais perde (e a Alemanha o que mais ganha), tendo em conta a nossa perifericidade e a concorrência acrescida de países com mais baixos salários e trabalho mais qualificado».

Esta Cimeira é assim «o momento em que cada país deve colocar as suas necessidades e afirmar a defesa dos seus interesses (...) Portugal

deve exigir a revisão das perspectivas financeiras e assegurar, desde já, que após 2006 continuará a dispor pelo menos do mesmo nível de fundos estruturais e de coesão».

Para além disso, a deputada considera que o governo português «deve exigir um programa específico de compensação e apoio ao seu tecido produtivo, que minimize os impactos socioeconómicos do alargamento» à semelhança dos que ocorreu em anteriores alargamentos (caso dos programas de apoio à Grécia aquando da entrada de Portugal e Espanha na CEE).

Agricultura e pescas

O PCP manifesta ainda a sua oposição às propostas de revisão da política agrícola, lembrando que Portugal «durante muitos anos foi contribuinte líquido da PAC e continua a ser um dos que menos recebe». Rejeitando «a desvinculação das ajudas da produção e a introdução velada do co-financiamento da despesa agrícola», os comunistas portugueses exigem que seja garantido «o princípio da soberania e da segurança alimentar, distribuição mais justa das ajudas entre países, produções e produtores e o aumento das quotas

nacionais de produção, designadamente no leite, açúcar, entre outras.

Na área das pescas, Ilda Figueiredo chama a atenção para a necessidade de assegurar a derrogação permanente das 12 milhas, cujo prazo expira em Dezembro, e a confirmação pelo Conselho da proposta de extensão até às 50 milhas marítimas para as regiões ultraperiféricas (ver peça na página ao lado), bem como da manutenção das ajudas à renovação da frota, ambas aprovadas pelo PE.

No entender do PCP, esta cimeira deve ser ainda aproveitada para suspender o Pacto de Estabilidade e efectuar uma profunda revisão das orientações económicas e monetárias na UE. Ilda Figueiredo avisa que «as recentes propostas da Comissão incluem novos factores de rigidez, designadamente a possibilidade de aplicação do procedimento de défice excessivo à dívida pública e a limitação de uma política expansionista em períodos de crescimento económico».

A deputada apela ainda aos chefes de Estado e de governo para que antecipem a aplicação da directiva dos cascos duplos e tomem várias outras medidas de prevenção das tragédias ecológicas como a que ocorreu na Galiza.

Luta intensifica-se na Fiat

Os sindicatos da Fiat intensificaram as acções de luta contra o plano de reestruturação que começou a ser aplicado e prevê o despedimento de 8100 trabalhadores. Na segunda-feira, começaram as paragens de trabalho abrangendo 5600 trabalhadores. Milhares concentraram-se em Turim, em frente à sede da empresa, partindo para uma

manifestação que bloqueou durante meia hora os acessos à cidade.

Na fábrica de Termini Imerese, na Sicília, assim como nas de Cassino, entre Roma e Nápoles, e em Arese, em Milão, registaram-se igualmente acções de protesto.

Quinta-feira da passada semana, os sindicatos rompe-

ram as negociações com a direcção do grupo e o governo, qualificando de inaceitável o plano proposto para reestruturar a divisão automóvel.

Para ontem, quarta-feira, os sectores metalomecânico e metalúrgico das três principais confederações sindicais italianas tinham convocado uma greve em Turim.

Dinamarca fecha fronteiras

Os controlos nas fronteiras no Reino da Dinamarca foram repostos desde a passada sexta-feira, para impedir a entrada no país de elementos considerados perigosos, nas vésperas da cimeira europeia, que hoje, quinta-feira, se inicia em Copenhaga. Segundo um porta-voz da polícia, a suspensão do acordo de Schengen é necessária «para garantirmos que não haverá elementos violentos entre o grande número de manifestantes, pacíficos na maioria, esperado em Copenhaga». Trata-se, portanto, de «proibir o acesso à Dinamarca unicamente aos profissionais da desordem e da violência», precisou o porta-voz, informando que estão mobilizados cerca de quatro mil polícias (40 por cento dos efectivos) para garantir a segurança da cimeira. Os controlos foram também repostos durante o mesmo período nas fronteiras da região sul da Suécia, que pega com a Dinamarca.

Independentistas vencem na Gronelândia

A maioria dos gronelandeses votou nos partidos Siumut e Inuit Ataaqatigiit (IA), favoráveis à independência desta ilha dinamarquesa do Atlântico norte, segundo os resultados finais das eleições parlamentares locais de terça-feira da passada semana.

O Partido Siumut (social-democrata), no poder há 23 anos, continua a ser a maior formação do Landsting (Parlamento local), com 29,3 por cento dos votos, menos 5,8 por cento que nas eleições anteriores de 1999. O partido IA (situado à esquerda) registou um avanço de 3,8 por cento, obtendo 25,8 dos sufrágios. Estas duas formações pró-independentistas recolheram 55,1 por cento dos votos, derrotando a formação liberal, Atassut, que defende a manutenção dos laços com o reino.

Quinze aprovam ceú único

Os ministros dos transportes aprovaram na passada semana, em Bruxelas, o pacote legislativo que configura o chamado «ceú único», no âmbito do qual se pretende integrar a organização do controlo aéreo em toda a União Europeia já a partir de 2005. O projecto foi apresentado em 1999 pela Comissão Europeia mas muitos estados-membros mostraram-se avessos à ideia. Também os sindicatos, em particular dos controladores aéreos, contestam o projecto, contra o qual convocaram greves e acções de protesto, denunciando as intenções liberalizadoras da Comissão e as ameaças para a segurança aérea.

Proposta do PCP beneficia Açores e Madeira Conquistar as 50 milhas

O PCP congratula-se com várias alterações aprovadas na passada semana pelo Parlamento Europeu que melhoram os aspectos mais negativos da reforma da política comum de pescas apresentada pela Comissão.

Particularmente importante foi a aprovação de uma proposta apresentada pelo PCP com vista estender a zona das 12 milhas para 50 milhas marítimas nas regiões ultraperiféricas. Desta medida, que deverá ser agora confirmada pelo Conselho, beneficiarão em particular as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, cujos recursos ficam agora melhor protegidos das embarcações estrangeiras, apesar das modificações introduzidas em plenário excluam as espécies migratórias.

Mais recuada foi a posição do Parlamento em relação ao carácter permanente da derrogação do acesso à zona das 12 milhas, aspecto considerado indispensável «para preservar as actividades de pesca tradicionais e o tecido socioeconómico das regiões dependentes da pesca, a pequena pesca costeira e artesanal e para proteger os recursos e a parte mais sensível da orla costeira», referiu a deputada do PCP, Ilda Figueiredo durante o debate parlamentar.

Contudo, apesar das propostas dos comunistas portugueses para a defesa do mar territorial (que previam inclusivamente a sua extensão para as 24 milhas), o PE ficou aquém da própria posição da Comissão, suscitando dúvidas jurídicas sobre o cariz definitivo da derrogação e introduzindo um período de validade de 15 anos, após o qual deverá ser revista caso não seja juridicamente possível dar-lhe carácter permanente.

Gestão de stocks

Outro objectivo da Comissão Europeia era a introdução de «planos de gestão plurianuais» para a gestão dos stocks, especialmente para aqueles que se encontram actualmente abaixo do patamar de segurança biológico.

Estes planos substituiriam o actual sistema, em que o Conselho fixa os totais admissíveis de captura (TACs) e quotas para cada espécie uma vez por ano. A Comissão pretende que o Conselho fixe os TACs e quotas, válidos para um período plurianual, enquanto chama a si a responsabilidade pela sua fixação ao fim do primeiro ano.

Todavia, o PE rejeitou a ideia de transferir para o executivo comunitário poderes

para fixar objectivos em matéria de TACs e de esforço de pesca, sublinhando a necessidade de recuperar os stocks gradualmente, de forma a minimizar o impacto económico e social destes planos.

O Parlamento insiste também em que os planos sejam «multiespecíficos», ou seja, que abranjam mais de uma espécie quando estas são pescadas conjuntamente. Caso contrário, os pescadores são obrigados a recorrer a «rejeições», ou seja, a atirar para o mar os peixes mortos não abrangidos pelo direito a TAC.

Foram igualmente aprovadas uma série de medidas de reforço do controlo das normas vigentes que visam nomeadamente a introdução de um sistema de sanções

mínimas a nível comunitário para as infracções mais graves.

Ao invés, os deputados do PCP consideram que o controlo, a inspecção e execução das regras da Política Comum de Pescas é da competência dos Estados-membros, discordando com as propostas que põem em causa este princípio.

A maioria dos eurodeputados acolheu ainda favoravelmente a ideia de se criarem «conselhos consultivos regionais», integrando pescadores, cientistas e outros interessados, cujo objectivo será aconselhar a Comissão sobre a gestão dos recursos em determinadas zonas. Cada conselho deverá integrar representantes de pelo menos dois estados-membros.

Conselho Europeu deverá confirmar a recomendação dos eurodeputados



O financiamento de abates com os meios previstos para renovação da frota foi rejeitado pelos eurodeputados

Modernizar em vez de abater

O plenário de Estrasburgo pronunciou-se a favor da manutenção das ajudas públicas para a renovação da frota, contrariando a proposta da Comissão que pretendia reorientar estes fundos para incentivar o abate de embarcações.

A Comissão Europeia justificava esta controversa proposta com o argumento de que a frota comunitária se encontra sobredimensionada face aos recursos haliêuticos disponíveis. Porém, o plenário assumiu uma posição diferente, em consonância, aliás, com o relatório

parecer da Comissão de Pescas do PE, elaborado pela deputada Ilda Figueiredo, e deliberou que a frota pode ser reduzida mesmo com a manutenção das ajudas públicas.

De resto, os deputados pretendem manter as ajudas não só para a renovação da frota, mas também para a transferência de navios para países terceiros no âmbito de *joint ventures*. A decisão final cabe agora ao Conselho, onde sete Estados-membros já indicaram que se opõem ao fim das ajudas públicas para estes fins.

Governo aceita fim do veto

Os representantes portugueses na Convenção sobre o futuro da Europa acolheram favoravelmente o projecto da Comissão Europeia que, entre outros aspectos prevê a eliminação do direito de veto nas decisões comunitárias.

Para o representante do Governo, Hernâni Lopes, «o documento não está mau, pode ser melhorado e é um

contributo», disse, realçando a manutenção do actual sistema de presidências rotativas e do método comunitário de decisão baseado no triângulo institucional formado pela Comissão Europeia (direito de iniciativa), Parlamento e Conselho Europeu (a quem cabe a decisão final).

Porém, o projecto de Bruxelas prevê ainda que todas as decisões passem a ser

tomadas e aprovadas por maioria (dupla maioria, maioria dos Estados-membros e da população da UE), método que dá mais poder aos estados-membros maiores, arredando o direito que hoje assiste a um pequeno país de alegar o interesse nacional para vetar uma decisão.

O comissário português, António Vitorino, minimizou a questão, afirmando que «o

veto é hoje em dia, em larga medida, uma ilusão. Ninguém sozinho pode sustentar um veto no processo decisório europeu».

Para além do seu peso político, esta «ilusão», como lhe chamou o comissário, é, no entanto, o último mecanismo que resta a um estado-membro para defender interesses nacionais vitais. E nada o substituirá.

Agricultores checos protestam

Milhares de camponeses checos protestaram junto do Ministério da Agricultura em Praga contra as condições de adesão propostas pela União Europeia, exigindo que o governo negocie mais apoios. Os manifestantes atiraram ovos e tomate contra as janelas e bloquearam a entrada do Ministério com estrume, batatas e milho, ao mesmo tempo que faziam soar ruidosas sirenes.

Os agricultores checos consideram inaceitável o nível de pagamentos directos para compensar a paulatina redução dos preços garantidos no seio da UE, assim como as ajudas governamentais a um sector em crise, devido nomeadamente às inundações catastróficas do Verão passado.

A proposta da Comissão Europeia estabelece que os pagamentos directos aos agricultores dos países candidatos corresponderão apenas a 25 por cento do que receberam os actuais membros da comunidade.

Sindicatos rejeitam transição

No domingo, representantes de 25 organizações de agricultores dos dez países candidatos à União Europeia recusaram as modalidades de ajudas directas oferecidas pela comunidade, reclamando um período máximo de transição de três anos.

Em comunicado divulgado no final de uma reunião em Varsóvia, os sindicatos dos países candidatos (Estónia, Lituânia, Letónia, Hungria, Eslovénia, Eslováquia, Polónia, República Checa, Chipre e Malta) rejeitaram o período de transição de dez anos proposto pela UE, reivindicando os mesmos apoios dados aos Quinze três anos após a adesão à comunidade.

EUA forçam UE a aceitar a Turquia

Os Estados Unidos estão a pressionar a União Europeia para que aceite rapidamente o pedido de adesão da Turquia. Na passada sexta-feira, o porta-voz do Departamento de Estado, Richard Boucher, deixou claro que os Estados Unidos desejam que «as conversações se iniciem o mais rapidamente possível». Dias antes, o número dois do Departamento de Defesa dos EUA, Paul Wolfowitz, pediu à UE para aceitar a Turquia já na Cimeira de Copenhaga, assegurando que «os turcos fazem todos os possíveis para desenvolver uma sociedade democrática, livre e tolerante, que poderá servir de modelo a outros no mundo muçulmano». A entrada da Turquia na UE é vista com maior urgência em Washington podendo ser a moeda de troca para o apoio daquele país na sua campanha contra o Iraque.

Eleições anuladas na Sérvia

As eleições presidenciais na Sérvia foram adiadas devido à insuficiente participação do eleitorado.

De acordo com o Centro para as Eleições Livres e Democracia, a uma hora do encerramento das assembleias de voto, apenas tinham votado 41,6 por cento dos 6,5 milhões dos eleitores inscritos. Nesta eleição, que se realizaram pela terceira vez, os eleitores podiam escolher entre o actual presidente jugoslavo, Vojislav Kostunica, um nacionalista moderado, Vojislav Seselj e Borislav Pelevic, presidente do Partido Sérvio da Unidade.

MPLA e UNITA assinam acordo

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) chegaram a um acordo sobre a criação de uma nova Constituição, anunciaram, sexta-feira, os seus dirigentes em Luanda. Segundo o jornal angolano EboNet, o acordo foi assinado pelos secretários-gerais dos dois partidos, João Lourenço (MPLA) e Paulo Lukamba «Gato» (UNITA) depois de uma semana de conversações entre as duas partes. De acordo com a nova Constituição, o Parlamento terá uma câmara única e os governadores das 17 províncias do país serão nomeados pelo chefe de Estado. Os governadores designados deverão pertencer ao partido que seja mais votado nas eleições locais.

Gregos em greve

Os controladores aéreos gregos aderiram, na passada quinta-feira, a uma greve de 24 horas convocada pela União dos Trabalhadores Públicos para protestar contra a política económica do governo. A paralisação afectou ainda os serviços públicos, hospitais, bancos, tribunais e escolas.

Jakarta e separatistas chegam a acordo

O Governo indonésio e os separatistas da província da Aceh assinaram, segunda-feira, um acordo para pôr termo a 26 anos de guerra na ilha de Sumatra. No entanto, ambos os lados deixaram a questão do desarmamento para posteriores negociações. O documento, assinado em Genebra, Suíça, garante a Aceh uma vasta autonomia, mas não concede independência à província.

Desemprego aumenta nos EUA

A taxa de desemprego nos Estados Unidos avançou mais do que o esperado no mês de Novembro, traduzindo-se numa perda de 40 mil empregos. De acordo com os dados divulgados pelo Departamento do Trabalho, a taxa de desemprego ascendeu a 5,7 por cento. Os mesmos dados apontam para o despedimento de 1,6 milhões de trabalhadores desde Março do ano passado.

Os manifestantes convocaram o povo venezuelano para a luta pelo diálogo e alertaram para existência de um plano golpista no país

Dois milhões em Caracas

A «Marcha pela Paz», convocada pelas forças democráticas, reuniu, no sábado, em Caracas, mais de dois milhões de pessoas. A marcha começou nos bairros pobres e percorreu toda a capital.

As palavras mais aclamadas durante a manifestação foram de condenação à violência fascista que, na véspera, fizera três mortos na Praça Altamira. Os manifestantes repudiaram igualmente a greve que há mais de 10 dias perturba o país, alimentada pela federação patronal Fedecâmeras e a corrupta central CTV.

Durante o protesto, exortaram-se os cidadãos de todo o país à luta pelo diálogo e pela paz e alertou-se para a existência de um plano golpista que procura abrir caminho a uma intervenção militar, vinda do exterior do país.

«Aqui está o povo que apoia maioritariamente o governo constitucional de Chávez», afirmou o vice-presidente José Vicente Rangel, no final da manifestação. A seu pedido, os manifestantes fizeram um minuto de silêncio em memória das pessoas que morreram, sexta-feira, na Praça Altamira.

Embora os mortos fossem simpatizantes da oposição, que fez daquela praça o seu quartel-general, os simpatizantes de Hugo Chávez estão convencidos, segundo a edição digital do Vermelho (órgão central do PCdob), que a violência partiu dos sectores de direita, procurando uma razão para um golpe de

Estado. Entre outros indícios, os partidários do presidente citam dois.

O primeiro, é que no dia 20 de Novembro um capitão do exército, Sánchez Bolívar, se retirou da assembleia permanente da oposição na Praça Altamira denunciando ter sido enganado, quando (os militares) lhe disseram que procuravam uma

saída democrática. «Só depois vi que a real intenção derivava de um pacto entre Carlos Ortega (da CTV) e o general Medina Gómez, para uma greve geral, que independentemente do seu êxito, pretende gerar a desordem, violência e morte».

O segundo indício ocorreu três dias depois, quando um jornalista de uma rádio venezuelana denunciou: «um amigo infiltrado em Altamira disse que os militares pensam realizar atentados em escolas, centros comerciais, criar o pânico geral e realizar auto-atentados na praça, possivelmente este fim-de-semana».

Entretanto, após vários dias de protestos da direita, a Associação Nacional dos Banqueiros da Venezuela aderiu, anteontem, à greve. Em comunicado, a pediu que os bancos membros fechassem as portas, embora mantendo as caixas automáticas em funcionamento.

PCP no Fórum de São Paulo

O XI Encontro do Fórum de São Paulo realizou-se de 2 a 4 de Dezembro, na cidade de Antígua, Guatemala, com a participação de mais de 700 delegados e convidados, representando 142 organizações de 45 países.

O Encontro confirmou o Fórum de S. Paulo como um amplo espaço de debate de ideias e troca de experiências de forças políticas da esquerda latino-americana, e como expressão da sua cooperação e solidariedade na busca e construção de alternativas às políticas neoliberais que tão nefastas consequências têm tido para os povos da região.

O êxito eleitoral de Lula, no Brasil, e também o de Lúcio Gutierrez, no Equador, tiveram grande peso e influência em todo o debate. Simultaneamente, as atenções das forças latino-americanas estiveram focalizadas, como não podia deixar de ser, no projecto de domínio norte-americano neocolonial designado por ALCA.

Aprovaram-se várias resoluções, nomeadamente de condenação dos objectivos belicistas dos EUA face ao Iraque, de solidariedade com a luta do povo palestino, de apoio ao processo venezuelano, de condenação do Plano Colômbia, pela libertação dos 5 patriotas cubanos presos nos EUA, pela descolonização de Porto Rico e pelo fim das actividades militares norte-americanas na ilha porto-riquenha de Vieques.

O Encontro contou com uma significativa participação de forças de esquerda e progressistas de outros continentes, que testemunharam a sua solidariedade ao Fórum de São Paulo.

O PCP esteve representado por Manuela Bernardino, membro do Comité Central e da Secção Internacional. Esteve também presente Joaquim Miranda, deputado do PCP no PE, que interveio em representação do GUE. Em nome do PCP, Manuela Bernardino saudou os participantes no Fórum e realçou a importância da «solidariedade entre as forças de esquerda e progressistas de todo o mundo que lutam por alternativas de progresso social, pela paz e o bem-estar de todos os povos». Em relação à situação em Portugal, denunciou a «violenta ofensiva do Governo de direita contra os direitos dos trabalhadores», destacando a intensa luta em desenvolvimento e a greve geral. Por outro lado, referiu a «vergonhosa posição de subserviência aos EUA do 1.º Ministro Durão Barroso que, na recente Cimeira da NATO, colocou a Base das Lajes nos Açores à disposição das tropas norte-americanas para a agressão ao Iraque».

No final do Encontro foi aprovado o Documento Final do Fórum de São Paulo e decidido que o próximo Encontro se realizará no Equador.



A manifestação partiu dos bairros pobres de Caracas, passou pelas avenidas Intercomunal de El Valle, Nueva Granada, Fuerzas Armadas e Urdaneta, sob fortes aplausos dos moradores

«Presidente Chávez: Medidas urgentes já!»

Vinte organizações divulgaram um manifesto, no início da semana, em que se apela ao presidente Chávez para que tome medidas em defesa da democracia. No texto, que a seguir se reproduz, garante-se que o povo apoiará na rua o processo revolucionário.

«Cidadão Hugo Chávez Frias, presidente da República.

Nós, representantes de organizações populares, sociedade civil, classe média, movimentos estudantis, entre outros sectores que apoiam o processo revolucionário, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela e o governo a que o senhor preside legitimamente, pela vontade popular, efectuamos hoje

uma reunião extraordinária, com a participação de representantes da Força Armada Nacional, na qual analisámos cuidadosamente a conjuntura nacional, caracterizada por uma aberta e premeditada ofensiva da conspiração. Desta análise surgiram algumas conclusões fundamentais que transmitimos a seguir.

Diante da paralisação golpista-terrorista desfechada pela oposição em combinação com sabotagens e acções violentas, chamamos à mobilização conjunta e massiva, nas ruas, do povo e da Força Armada Nacional, para defender a Constituição, o governo e a revolução bolivariana. Exigimos, senhor presidente, que tome, entre outras, as seguintes medidas urgentes que este momento crucial requer:

* Destituição dos gerentes golpistas da directoria da PDVSA (a estatal petrolífera venezuelana) e total controlo da indústria petrolífera pelo Estado, a Força Armada e o povo mobilizado.

* Intervenção, com apoio popular, nos meios de comunicação privados ao serviço do terrorismo-golpista, para neutralizar essa máquina insurreccional e incitadora do fascismo e devolver ao povo o seu direito de expressão, sequestrado pelos donos das TVs e da imprensa.

Pedimos que convoque imediatamente a mobilização de rua com todos os recursos de que o governo nacional dispõe. E ao mesmo tempo chamamos a uma grande manifestação popular na PDVSA de La Campiña, em defesa da nossa democracia e do nosso petróleo.

Presidente, convoque seu povo a impulsionar um novo e definitivo 13 de Abril contra o golpismo. Recordemos as lições da perda da Primeira República e do golpe de 11 de Abril. O povo, consciente de sua responsabilidade histórica, assumirá seu papel de protagonista e atenderá ao chamado. Sem mais, conte com o apoio do povo na rua.»

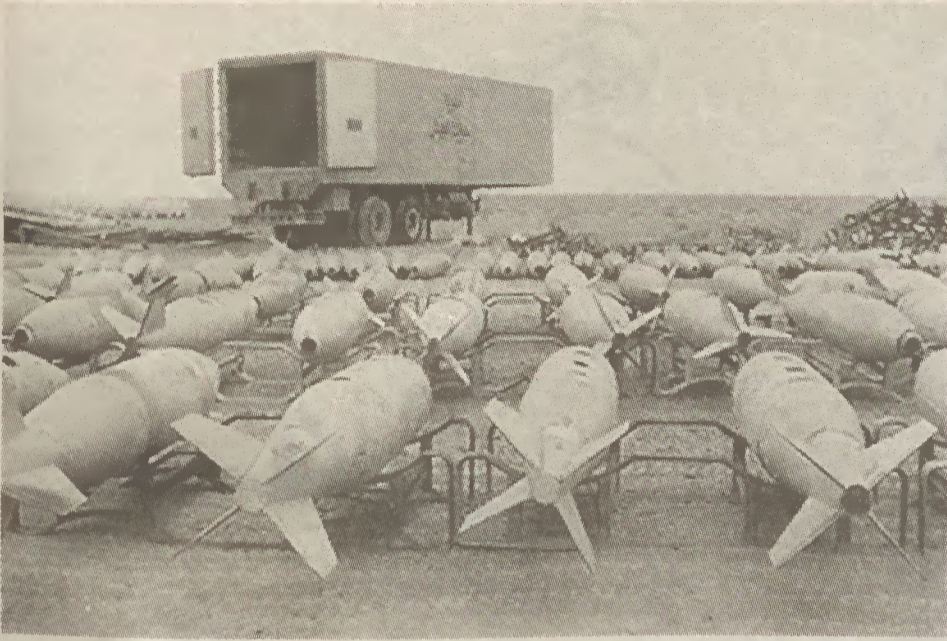
Comunista assassinado na Argentina

O militante comunista Ramón Rodríguez foi assassinado, no primeiro dia do mês de Dezembro, na localidade de Villa 21, em Buenos Aires, Argentina. Este crime insere-se numa escalada contra membros do Bloco Piqueteiro Nacional, do qual Rodríguez fazia parte.

Segundo informações do PC da Argentina, o juiz Hector Yrímia teria ordenado a prisão de Ramón Giménez, conhecido como «El Mexi-

cano», suspeito de ser instigador do assassinato. Por seu lado o MTL (braço piqueteiro do PC da Argentina) denunciou que o verdadeiro autor do assassinato seria Ramon Alvarez conhecido como «Yarará».

O PC da Argentina denunciou, entretanto, que Giménez e Alvarez e Guillermo Villar, que dirige a localidade de Villa 21, estão sob as ordens do perfeito de Buenos Aires, Aníbal Ibarra.



Os EUA já terão no Golfo as tropas e meios suficientes para lançar um ataque em breve

EUA preparados para a guerra Iraque apresenta armamento

Doze CD-Rom e mais de 12 mil páginas sobre o programa de armamento foi o que o Iraque entregou aos inspectores da ONU para provar que «não há armas de destruição maciça» no país.

O relatório, com formato informático e cerca de 12 mil páginas, sobre o armamento iraquiano, reafirma que o Iraque já não possui armas de destruição maciça.

Os documentos foram entregues, sábado, na sede da Organização Iraquiana de Coordenação aos inspectores da ONU, pelo presidente, Hosam Muhamed Amin. Segundo este, no relatório pormenorizam-se todas as armas que o regime de Bagdad possui, além das suas actividades civis com energia nuclear e com culturas químicas e biológicas.

Entretanto, a Agência Internacional de Energia Atómica anunciou que entregará «dentro de 10 dias» ao Conselho de Segurança da ONU uma «análise preliminar» da declaração do Iraque recebida, segunda-feira, na sua sede, em Viena.

«O relatório levará muito tempo a analisar, nomeadamente devido à tradução de 300 páginas do árabe para o inglês», declarou o director-geral da AIEA, Mohammed El Baradei, num comunicado divulgado na capital austríaca. «Todavia, a AIEA pensa

que pode entregar uma análise preliminar do documento ao Conselho de Segurança dentro de 10 dias e fazer-lhe um documento completo até ao final de Janeiro, prosseguiu El Baradei. O documento iraquiano vai ainda ser estudado pelo Conselho de Segurança da ONU, em Nova Iorque, e pela Comissão de Controlo, Verificação e Inspeção da ONU, cujos os inspectores se encontram no Iraque.

A entrega destes documentos surge no seguimento da Resolução 1441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que estipulava que Bagdad teria de entregar um relatório sobre os seus arsenais de armas.

Ataque para breve

Após o governo iraquiano ter apresentado provas concretas, como não possuía armas de destruição maciça, o jornal «New York Times», que cita altos responsáveis militares norte-americanos, informou os EUA já terão no Golfo as tropas e meios suficientes para lançar um ataque em breve.

O jornal dá ainda conta do destacamento de 60 mil militares, entre membros do exército, da marinha e da força aérea, e de 200 aviões no Golfo Pérsico ou perto da região.

Nos próximos dias, segundo a mesma fonte, os EUA vão enviar mais quatro porta-aviões. «As coisas começam a compor-se», afirmou ao jornal o senador John Warner.

Entretanto, o prémio Nobel da Paz deste ano e antigo presidente norte-americano Jimmy Carter, considerou, no início da semana, que uma intervenção no Iraque será desnecessária, já que Bagdad «continua a respeitar totalmente» a Resolução 1441 da ONU.

Já a Rússia reagiu com mais prudência à entrega do relatório sobre o armamento iraquiano às Nações Unidas. «Moscovo estima que o estudo e análise da declaração do Iraque carece de tempo», sublinhou, em comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, embora tenha saudado o Iraque «por ter cumprido as exigências da ONU».

O ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Jack Straw, grande aliado dos EUA, mostrou-se mais céptico quanto às reais intenções de Saddam Hussein, recordando que o presidente iraquiano «nunca foi constante, excepto num ponto, nas mentiras», afirmou Straw à cadeia de televisão BBC.

Arafat adia eleições na Palestina

As eleições gerais na Palestina, marcadas para 20 de Janeiro, foram canceladas pelo presidente da Autoridade Palestiniana (AP), Yasser Arafat, anunciou, segunda-feira, a rádio israelita. Na origem da decisão está a ocupação das zonas autónomas por Israel.

Para Arafat, a campanha eleitoral não pode decorrer com a presença de tropas israelitas nos territórios autónomos, por isso, o presidente palestino afirmou que as eleições gerais terão de ser agendadas para outra altura caso não se efectue a retirada

do exército, pelo menos um mês antes da data das eleições.

Para o presidente da AP, a presença de tropas e carros de combate israelitas - que entretanto reocuparam grande parte da Cisjordânia - torna impossível manter a data inicial das eleições.

«Pelo menos um mês (antes das eleições), eles têm que retirar das nossas aldeias e cidades para que o nosso povo possa iniciar as suas campanhas políticas», afirmou Arafat, durante uma entrevista no quartel-general da Cisjordânia.

Recorde-se que o escrutínio foi marcado através de um decreto presidencial emitido por Arafat em Setembro, depois de uma enorme pressão da União Europeia e dos Estados Unidos, para a realização de «reformas democráticas» na Palestina.

Esta notícia coincide com as declarações do porta-voz do primeiro-ministro israelita Ariel Sharon, Raanan Gnesin, que afirmou que Arafat «não teria» que participar nas celebrações de Natal em Belém, sob ocupação israelita, pois «não é um homem de paz».

Um importantíssimo pequeno passo

• Manuel Gouveia

Começo por citar Reinaldo Carvalho, do PC do Brasil, a propósito das eleições no Brasil e Equador: «É certo que a tendência de mudanças na América Latina precisa de tempo para se firmar e ainda é marcada pelo carácter intermediário das forças políticas mais destacadas. Na forma e nos caminhos concretos é variegada, seu ritmo é desigual nos diferentes países e sua intensidade corresponde ainda a um quadro de forças condicionado pela derrota do socialismo como sistema mundial e pelo exercício do hegemonismo pela superpotência norte-americana. Mas o sentido de fundo do fenómeno em desenvolvimento é revolucionário.» Centremo-nos agora no Equador e recuemos à década de 90. Privatizações, destruição dos serviços públicos, aumento da dívida externa, pauperização massiva. E o correspondente crescimento das desigualdades sociais e da corrupção. No plano político, sucediam-se os

A ordem «institucional» está restabelecida, a oligarquia respira fundo, o movimento popular recua para não destroçar, o Departamento de Estado sorri e o coronel Lucio Gutierrez entra na prisão com um novo estatuto: o homem que não traiu.

A luta continua

A oligarquia aprofunda ainda mais a sua política «entreguista», o país é dolarizado e a moeda nacional abolida, as privatizações continuam, a crise económica e social aprofunda-se à velocidade com que crescem os privilégios das classes dominantes. Do outro lado da barricada, o movimento popular amadurece, as suas expressões mais consequentes reforçam-se, a luta de massas cresce. Ao fim de 8 meses de prisão a oligarquia é forçada a libertar Lúcio Gutierrez. O movimento popular conhece o capital de respeito e credibilidade que este militar ganhou

naquelas 24 horas de Janeiro e lança a sua candidatura à Presidência da República com um programa marcadamente anti-imperialista e assente nas justas aspirações das amplas massas expropriadas. Perante o perigo, as expressões políticas tradicionais da oligarquia saem de cena, e surgem duas alternativas: o populismo do milionário que vai



projectos da oligarquia, numa rotação entre o populismo de direita e as «esquerdas» neoliberais, sem uma clara alternativa política no horizonte, perspectiva que no entanto não desmobilizou as forças mais consequentes do país. E o final da década de 90 é já marcado pelo importante ascenso das lutas sociais, que levam ao afastamento de Bucharan da Presidência, e vão continuar a crescer até ao final do século, que termina com uma importante Greve Geral.

Em Janeiro de 2000, a luta de massas alastra por todo o país: a classe operária, os professores, os estudantes, o movimento indígena. A crise aprofunda-se, atinge duramente as próprias camadas médias, e na sequência de uma grande mobilização nacional convocada para 21 de Janeiro, e perante a recusa do Exército de cumprir o papel repressivo que lhe estava destinado, o presidente da República demite-se. Por breves horas o Equador é governado por uma Junta de Salvação Nacional de três elementos (2 civis e um coronel). Mas a reacção da embaixada norte-americana e da oligarquia é pronta. Através da mentira e da chantagem, e aproveitando-se da falta de maturidade da direcção do movimento popular, substituiu-se primeiro o coronel na Junta por um general, para de imediato a dissolver e entregar o poder político ao arripio da Constituição ao vice-presidente.

dar trabalho a toda a gente (Noboa, com uma campanha igualmente milionária) e diversas tentativas de candidatos da «esquerda» mais simpática às classes dominantes. Já na segunda volta, o slogan chega a ser «Deus ou os Comunistas».

Lucio Gutierrez vence e por ampla margem. A oligarquia e os EUA sofreram uma importante derrota. Mas a correlação de forças não se alterou significativamente: a economia está destruída ou nas mãos do grande capital; a dívida externa é sufocante; o Parlamento, o poder judicial e a comunicação social são dominados pela oligarquia; o exército norte-americano dispõe de importantes forças militares no país e já ameaçou o novo governo; a situação de miséria de 80% da população exige medidas urgentes que reforcem e solidifiquem o seu apoio; o movimento popular está mais maduro do que em Janeiro de 2000, mas evado de importantes contradições que só os próximos meses ajudarão a melhor perceber. É certo que o Equador é um país com amplas riquezas - mas de acordo com o «quadro institucional» estão legalmente expropriadas pela oligarquia.

As forças mais consequentes do Equador - os comunistas - definiram a vitória como um importantíssimo pequeno passo. A luta continua e vai endurecer. Com a nossa firme solidariedade.

Ao serviço da paz

e do desarmamento

Nos finais de Novembro, realizou-se em Praga, capital da República Checa, uma importante reunião de partidos comunistas e de outras forças de esquerda contra a Nato e contra a guerra. Na iniciativa, promovida pelo Partido Comunista da Boémia e Morávia, a intervenção do PCP esteve a cargo de Rui Fernandes, membro do Secretariado do Comité Central. Pela sua importância, reproduzimos hoje excertos dessa intervenção, bem como o Apelo de Praga aprovado durante o encontro.

(...) «O PCP inscreve como objectivo a dissolução da NATO e opõe-se ao actual rumo prosseguido ao nível da União Europeia de crescente militarização, da sua transformação em Pilar Europeu da NATO, dinâmica esta que visa acompanhar no plano militar os objectivos traçados no plano político, económico e social.

«O Mundo vive tempos perigosos e repletos de contradições. Desde logo, pela crescente disparidade de rendimentos, com um pequeno pólo a nível mundial a concentrar uma imensa massa de riqueza e capacidades de desenvolvimento, mas também pelas crescentes disparidades dentro dos próprios países.

«Na verdade, o que esta realidade põe a nu é a crise do sistema de regulação capitalista e, consequentemente, a crise das políticas e receitas do neoliberalismo.

«Vão-se, em paralelo, verificando crescentes ataques aos direitos dos trabalhadores; uma fúria privatizadora de empresas e sectores estratégicos sob o lema de "menos estado, melhor estado"; ataques à democracia política com alterações, entre outros aspectos, das leis eleitorais; à concentração em poucos grupos económicos e refinamento da acção ideológica por parte dos mais influentes órgãos de comunicação social.

«Trata-se de um poder em que cada vez é maior a submissão aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, em que a fusão do poder económico e do poder político, característica do capitalismo monopolista de Estado, se tem vindo a tornar crescentemente mais acentuada.

«Esta é, em síntese, a situação que se vive em Portugal de há anos a esta parte e que está a ter do actual Governo de direita, que tem no seu seio um determinado peso da extrema-direita, um novo e acrescido impulso e, a ter também, a resposta do nosso Partido e do movimento sindical.

«E qual a razão destas palavras? «No nosso entendimento, a evolução no plano militar acompanha o desenvolvimento desta globalização capitalista.

«A alteração do conceito Estratégico da NATO por altura dos seus 50 anos e a aprovação da iniciativa de capacidades de defesa na mesma ocasião, são por de mais claros quanto à natureza, objectivos e intenções dos EUA como potência liderante da Organização e passou a conferir à NATO um papel que

no plano formal não possuía - a de política mundial tendo como superintendente-chefe os EUA.

«E o processo de reestruturação em curso no seio da NATO, outra coisa não visa do que reforçar os mecanismos de controlo por parte dos EUA sobre aquilo que realmente importa. Por outro lado, através de "acordos", "parcerias" e "cooperação", a NATO e especialmente os EUA, têm vindo a ver aumentado o seu papel na formação, treino e doutrinação de militares de vários países, no quadro de um processo de padronização de procedimentos, postos, especializações, armas e doutrina fundamental.»

O domínio norte-americano

«Os acontecimentos de 11 de Setembro, que sem dúvidas condenamos e condenamos, ocorreram num momento de crescentes dificuldades económicas e políticas para o imperialismo norte-americano, abrindo as portas ao acentuar de um conjunto de medidas restritivas de direitos, liberdades e garantias não só no plano interno mas também internacional. Após o 11 de Setembro, com o pretexto do "combate ao terrorismo", os EUA relançaram o seu domínio.

«A tal ponto assim é, que há quem expresse a opinião de que o projecto em curso por parte dos EUA é conferir à NATO competências que são da ONU, conseguindo com isto três objectivos imediatos: eliminar uma estrutura que apesar do seu grau de instrumentalização actual, não encaixa nos objectivos de domínio planetário dos EUA; deter sem engulhos o controlo do processo de decisão mantendo a capa de processo democrático não unilateral e, por fim, ver consagrado o seu papel de braço armado planetário da "ordem capitalista" para século XXI.

«Sendo verdade que ao nível da União Europeia se expressam visões diferenciadas, os factos são que, no essencial, os EUA contam e contam com o seu apoio dos seus governos.

«As teses que perfilham da visão de que é importante uma dinâmica europeia em matéria de política externa e segurança comum como contraponto ao domínio norte-americano esquecem ou não valorizam, entre vários outros aspectos, cinco questões centrais.

«O primeiro, é a natureza exploradora e dominadora do capitalismo, os seus idênticos objectivos, natureza e prática, independentemente da sua nacionalidade.

«O segundo, é que essa dinâmica, pela sua própria natureza, corresponde a uma lógica de bloco. Ora, esta é a lógica da corrida aos armamentos, do aumento das tensões, de intervencionismo e não uma lógica para a paz e a cooperação.

«O terceiro, é a enorme disparidade militar existente entre o conjunto dos países da União Europeia e os EUA, disparidade esta só possível reduzir à custa de pesados sacrifícios dos povos e de uma militarização da economia.

«O quarto, é que essa lógica tenderá a subalternizar e a ignorar ainda mais o



papel da ONU e da OSCE, papel esse, hoje, já de si muito débil.

«Por último, é uma lógica que tem por objectivo aprofundar uma dinâmica federalizante da União Europeia, com vista a que passe a existir no plano externo um interlocutor, com o consequente apagamento das diversas afirmações nacionais.

«Para o PCP, o que verdadeiramente se impõe é que a União Europeia e, antes de mais, os governos dos respectivos países, ponham o seu peso político e diplomático ao serviço da paz e do desarmamento. Isto é, em vez de uma lógica de competição e despiques com os EUA, uma lógica de demarcação e não-alinhamento naqueles que são os seus objectivos. E não se trata somente de uma lógica aplicável às questões militares, mas também às de carácter social e cultural. Valorizar os trabalhadores da União Europeia; valorizar os seus direitos; reforçar os mecanismos para uma democracia participativa, enfim, como defendemos, aprofundar a democracia política, económica, social, cultural e a assegurar a manutenção das condições a uma afirmação nacional no concerto das nações.»

Uma política de desastre

«Como sabeis, com a revolução de 25 de Abril de 74 foi superado o problema da identificação do povo com as suas Forças Armadas. Esse laço de gratidão, perdurando ainda hoje, tem vindo no entanto a ser sistematicamente atacado e sujeito a quebras à medida que se vai impondo o modelo económico dominante e à medida em que as Forças Armadas foram sendo dadas como missões principais a sua acção externa ao serviço dos interesses da NATO e dos EUA, e foram sendo relegadas para plano secundário aquelas que são as suas missões fundamentais. Tudo isto acompanhado de uma degradação geral das condições materiais, sociais e de prestígio dos militares e, também, à medida em que se foram degradando os equipamentos.

«O princípio que tem guiado a política de direita dos sucessivos governos assenta no primado de que "Portugal quando defende a NATO e/ou os EUA defende os seus próprios interesses". Esta tem sido uma política de desastre. «Hoje, discute-se em Portugal a necessidade de um novo Conceito

Estratégico. O PCP também considera que de facto se impõe um novo Conceito Estratégico e foi a única força política, até ao momento, a apresentar um projecto.

«Por parte do Governo, a tendência vai no sentido de um maior aprofundamento do princípio atrás referido e a introdução de um perigoso conceito de alargamento do papel das Forças Armadas não só contra agressões ou ameaças externas, mas também no combate ao inimigo interno. Trata-se, portanto, de um caminho perigoso, que a consumir-se significaria uma regressão em princípios fundadores do Estado democrático português e iria aprofundar a separação entre as Forças Armadas e o povo.

«O Conceito Estratégico de Defesa Nacional do PCP parte de outra concepção. Desde logo, parte da concepção de que as questões da defesa nacional não se reduzem às questões militares, mas antes ao desenvolvimento económico, à acção político-diplomática, à melhoria das condições de bem-estar e garantias sociais dos trabalhadores, etc. Portanto, para o PCP, o vector militar é isto mesmo, um vector.

«Por outro lado, e no plano estritamente militar, recusamos qualquer ideia de militares polícias e de polícias militares, e damos grande importância ao desenvolvimento de associações de carácter socioprofissional no seio das forças armadas e das forças de segurança.

«É um Conceito que recusa a lógica de blocos político-militares. Que afirma que a participação das Forças Armadas portuguesas em missões de carácter externo deve ser feita no quadro da ONU. Que propõe a revitalização da OSCE sem os EUA e o Canadá. Que propõe o reforço da ligação do povo às Forças Armadas e vice-versa.

«Desde a guerra à Jugoslávia que de forma mais sistemática se tem vindo a procurar reforçar dinâmicas unitárias de intervenção pela paz e o desarmamento, de que são exemplo as várias acções conjuntas entre portuguesas e espanhóis, por uma Península Ibérica livre de armas nucleares e de bases estrangeiras. É esta linha de trabalho que importa, a nosso ver, aprofundar, seja no plano nacional, seja no plano internacional.

«Confiamos na luta dos povos, e pela

Apelo de Praga

Escalada da NATO, riscos de segurança e tratados de paz

A existência da NATO foi sempre defendida pelos seus fundadores no contexto de que era uma «aliança defensiva» contra «o tratado soviético». No entanto, esta organização foi criada em 1949 e o Pacto de Varsóvia em 1955. Logicamente, a derrocada da União Soviética e o desmantelamento do Pacto de Varsóvia deveriam ter levado à sua dissolução. Mas aconteceu o contrário. A NATO está a fortalecer-se, não a ser desmantelada. Contra o que refere o Tratado da sua fundação, o Tratado de Washington, a Organização do Tratado do Atlântico Norte assumiu oficialmente o direito de intervir militarmente contra qualquer país, em qualquer parte do mundo, sempre que entenda que o deva fazer. Isto não só viola os seus próprios estatutos como abertamente desafia a lei internacional, retirando autoridade à comunidade internacional - a Organização das Nações Unidas e o seu Conselho de Segurança.

A guerra contra a Jugoslávia, em 1999, foi empreendida sem um mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, contra a carta da ONU e as convenções de Genebra, sendo a prova cabal de uma nova estratégia agressiva e intervencionista que pela primeira vez, desde 1945, trouxe a guerra à Europa. Os governos dos países da NATO, nomeadamente os Estados Unidos da América, criaram uma escalada de tensão e instigaram uma guerra civil com o propósito de desagregar a Jugoslávia. São os principais responsáveis pela tragédia dos Balcãs. Estão a usar o tribunal de Haia para acertarem as contas com os seus adversários e com o presidente legítimo da Jugoslávia, Slobodan Milosevic.

Outro grande exemplo é o ataque anglo-americano ao Afeganistão, como parte da chamada «guerra contra o terrorismo», liderada e apoiada por países da NATO. O ataque não respeitou os direitos humanos fundamentais, não poupou a população civil, infra-estruturas, vidas, nem os direitos dos prisioneiros de guerra. Nem sequer a mudança da elite governante, que foi imposta, resolveu os problemas básicos do povo afegão.

Os preparativos para um ataque ao Iraque e os esforços para realizar alterações geopolíticas no Médio Oriente como parte da nova estratégia norte-americana de ataques preventivos, são uma tentativa de expansão e uma forma de procurar resolver os problemas económicos e políticos dos EUA à custa de outras nações.

Decisivamente influenciada pelos EUA, a NATO é vista cada vez mais claramente como um pacto político-militar preocupado com algo mais do que a defesa. Está a tornar-se num instrumento para a expansão e consolidação da influência dos seus mais poderosos estados membros. A NATO, bem como a Parceria para a Paz, é o maior instrumento para a prossecução dos planos norte-americanos no mundo e para garantir a sua influência e os seus interesses no continente Europeu. A hegemonia dos EUA na composição do pacto militar assenta no estatuto privilegiado e na autoridade dos seus dirigentes, no seu controlo das forças armadas, no aparato de segurança e militar, na indústria de «defesa» e na tecnologia dos países membros

ligados à organização. As estruturas militares internas da NATO estão fora de qualquer controlo e, em períodos críticos, não estão sujeitas à opinião interna dos estados membros, especialmente dos estados membros europeus ou da ONU. Por estes motivos, devemos opor-nos à estratégia de ataques preventivos e à criação das forças de reacção rápida da NATO.

As armas nucleares, cujo uso é contrário às constituições dos países e na prática está sujeito à decisão e controlo das autoridades político-militares dos EUA, foram distribuídas pelas bases militares norte-americanas e da NATO. Isto significa que há um perigo crescente de os países se envolverem individualmente em cenários militares que não são submetidos à consideração e controlo das autoridades nacionais legítimas. Sob a pressão dos Estados Unidos, existe o perigo crescente para nós de que a Europa e o mundo sejam arrastados para uma nova corrida aos armamentos, levando à depauperação não apenas os EUA como também os restantes estados da NATO.

A civilização humana vive confrontada com a militarização das relações internacionais e a militarização do Espaço, bem como com o crescente intervencionismo militar que domina cada vez mais a política norte-americana. Como instrumento hegemónico da política dos EUA, a NATO dá prioridade à escalada da tensão e ao uso da força, em vez da solução pacífica de disputas internacionais e de métodos civilizados para ultrapassar os problemas sociais e económicos que são cada vez mais intensos no mundo contemporâneo. A NATO não está vocacionada para a tarefa de resolver estes problemas politicamente, com a implementação de planos e forças militares no centro do desenvolvimento das suas actividades.

Para assegurar a paz no continente e para o estabelecimento de relações pacíficas com as outras nações do mundo, a Europa não precisa de uma aliança agressiva que vá minar, e na prática desafiar, o papel da ONU. A NATO é inaceitável na sua presente forma, sendo altamente relevante a exigência da sua abolição. Vemos membros de estados europeus serem suspensos das estruturas militares da NATO, como se fosse uma forma realista de alcançar os seus propósitos. É de importância vital para a Europa e para os seus estados e nações manterem um grau apropriado de soberania quando tomarem decisões e evitar que sejam arrastados para novas aventuras militares. A Europa necessita de um sistema de segurança diferente do que representa a NATO, defensivo e não agressivo, que na base de estatutos e dignidades iguais inclua todos os estados do continente, de Portugal à Rússia e ao Cáucaso, da Escandinávia aos Balcãs. Um sistema que se baseie não apenas na necessidade da sua existência como na reforma da ONU, que corresponda à nova realidade do mundo e crie estruturas efectivas para a manutenção da paz, prevenção e resolução de conflitos.

Um sistema que mantenha e respeite totalmente a carta das Nações Unidas e o espírito do tratado de Helsínquia, que possa impor-se e pressionar os EUA e os interesses de outras potências que actuem de forma contrária à lei internacional. Deve basear-se na cooperação e soberania de todas as nações e no respeito por relações de cooperação pacíficas. Propomos que se implemente este conceito, usando a experiência da OSCE.

A Europa sempre foi uma das partes do Globo mais ligada à política de corrida aos armamentos e ao desenvolvimento de armas nucleares, químicas, biológicas e cósmicas, de destruição maciça. Tem a sua quota parte de responsabilidade num gradual e equilibrado desarmamento até que essas armas sejam completamente eliminadas, começando pelas grandes potências, que devem permitir que os enormes recursos gastos em despesas militares sejam usados para resolver os graves problemas sociais, económicos e ambientais que assolam o mundo.

O pacto agressivo da NATO é incapaz de contribuir para a fundação da segurança Europeia. O futuro está no processo de desenvolvimento da integração política e económica de todos os países do Continente com base na igualdade e soberania de todos, que se oponha a que países mais ricos ou grupos sociais dominem os outros, e por consequência tenha bases totalmente diferentes das do liberalismo internacional e da subordinação Atlântica.

Por ocasião da Cimeira da NATO em Praga, onde se espera que a Aliança se alargue a Este ao aceitar novos países, os subscretores deste apelo, que pertencem a várias correntes ideológicas mas estão unidos no comum desejo pela paz, apelam a todas as nações europeias e a todos os estados membros da ONU para se unirem e mobilizarem contra a política belicista e para que se deem passos, de forma concreta, pela paz e justiça na Europa e em todo o mundo.

«Podereis contar com o PCP.»

• Miguel Urbano Rodrigues

A América Latina levanta-se!

— o brado da OCLAE em Guadalajara

Não há memória na América de um Congresso juvenil comparável ao que a Organização Continental de Estudantes da América Latina e Caribe promoveu em Guadalajara, no México, de 28 de Novembro a 2 de Dezembro.

Durante quatro dias, 1300 delegados, representando 26 países do hemisfério, debateram uma grande variedade de temas, conscientes de que a complexidade e gravidade dos desafios que a globalização neoliberal e a escalada agressiva do imperialismo norte-americano colocam hoje à humanidade, implicam para a juventude estudantil latino-americana a assunção de responsabilidades que transcendem as questões directamente ligadas à vida nas escolas e universidades.

O lema do Congresso - Outra América é possível - marcou a atmosfera que o envolveu e o rumo dos debates. A maré da contestação ao projecto de nova ordem imperial dos EUA está a subir e a consciência dessa realidade ficou bem expressa nas aclamações que saudavam cada referência à Venezuela bolivariana e às vitórias eleitorais alcançadas por Lula no Brasil e por Lucio Gutierrez no Equador. Essas vitórias traduziram a dimensão do descontentamento popular provocado por uma década de políticas neoliberais. No quadro de uma nova relação de forças os estudantes da América Latina demonstram que também eles avançaram muito. A actual geração é mais preparada do que as anteriores, mais combativa, mais amadurecida politicamente, mais participante.

ALCA e militarização

O Congresso abriu com uma intervenção em que Yanelis Martínez, presidente da OCLAE, situou o trabalho desenvolvido pela Organização no contexto histórico e geográfico de uma região imperializada, estabelecendo pontes entre as tarefas realizadas e as do presente e os novos objectivos fixados no quadro de desafios que anunciam grandes lutas para os estudantes e os povos do Continente.

Nas duas primeiras sessões plenárias os temas foram a luta contra a ALCA e a torrencial presença militar dos EUA na América Latina e no Caribe.

Nas sessões temáticas funcionaram oito comissões: educação, movimentos

sociais, novas tecnologias da comunicação, movimento dos estudantes secundários, políticas juvenis de integração, ambiente, género e identidade, e cultura.

Os debates, muito interessantes, em que participaram também estudantes dos EUA e do Canadá, permitiram uma troca de experiências diversificadas, que encontraram expressão em resoluções que reflectiram o espírito internacionalista do congresso. Aclamadas pelo plenário, elas incidiram sobre temas como a solidariedade com as lutas sociais em curso em muitos países da América Latina, a condenação do bloqueio a Cuba e a exigência de libertação dos cinco patriotas cubanos presos nos EUA, apelos à mobilização contra a ALCA, luta pela Paz, e política de terrorismo de estado dos EUA, etc.

Nas sessões plenárias, como convidados especiais, intervieram sobre o tema «Outra América é Possível», o comandante Daniel Ortega e os professores Enrique Semo, secretário da Cultura do Governo do Distrito Federal; Pablo Gentili, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Orietta Capone, da Universidad Simon Rodriguez, de Caracas, e o autor destas linhas.

O presidente da Frente Sandinista colocou ênfase especial na crítica da estratégia intervencionista do imperialismo, analisou aspectos do combate que o seu povo trava em condições muito desfavoráveis, saudou o exemplo de firmeza da Revolução Cubana e as grandes vitórias alcançadas pelos povos do Brasil e do Equador, manifestando confiança no desenvolvimento das grandes lutas sociais em curso na América Latina.

A desmontagem dos mecanismos do projecto recolonizador da ALCA e a avaliação das trágicas consequências que da sua implantação resultariam para a América Latina foram o tema central das comunicações apresentadas por Pablo Gentili e Orietta Capone.

O representante do governo do Distrito Federal (governado pelo PRD de Cuauhtemoc Cardenas) pronunciou um discurso humanista, exortando os estudantes a lutarem por uma América Latina mais democrática e menos injusta. Na sua apologia de uma ampla unidade orientada para objectivos atingíveis através de reformas graduais, demarcou-se daqueles que conferem prioridade ao problema do Poder e ao debate ideológico.

Coube-me apresentar uma comuni-



cação em que, sublinhando o significado da nova relação de forças na América Latina, hoje mais favorável à esquerda, foiquei de modo especial as situações criadas na Argentina, no Brasil, no Equador, na Venezuela e na Colômbia. No contexto de uma reflexão sobre a problemática da luta pelo Poder, abordei o tema da complementaridade entre a acção dos movimentos sociais e dos partidos revolucionários, expressando a convicção de que sem a contribuição decisiva destes o capitalismo não poderá ser eficazmente combatido e a escalada imperialista não poderá ser enfrentada de maneira organizada. A concluir, manifestei a opinião de que a actual geração de jovens latino-americanos, cuja combatividade, sentido de responsabilidade e nível de consciência política estavam presentes no Congresso, reúne condições para ser, como parcela de uma futura vanguarda, uma geração de construtores da história, na senda de outras que foram sujeito de grandes revoluções que mudaram o rumo da humanidade.

Representantes de organizações de duas dezenas de países participaram no

debate que se seguiu numa atmosfera de entusiasmo e confiança no futuro.

Guadalajara, o cenário

O cenário do Congresso da OCLAE - viabilizado por valiosas ajudas da Universidade de Guadalajara e da República de Cuba - contribuiu para o êxito da iniciativa.

Por um lado os estudantes da grande metrópole e a reitoria da Universidade (180 000 alunos) e a maioria dos professores souberam criar um clima de hospitalidade autenticamente fraterno. Simultaneamente, a cidade, como corpo vivo, irradia uma personalidade fascinante, encantatória.

A Feira do Livro de Guadalajara - a quarta do mundo pela dimensão e prestígio -, este ano consagrada a Cuba, coincidiu com o Congresso da OCLAE. Essa festa da cultura mexicana e internacional foi um presente oferecido aos delegados estrangeiros. O programa incluiu uma tarde na Feira, ou seja, um passeio de muitas horas pelas grandes alamedas da cultura e encontros inesperados e gratíssimos para muitos dos participantes.

Representantes de organizações de duas dezenas de países participaram no

• Sebastião Salgado
foto

A carta de Guadalajara

O Congresso utilizou múltiplos espaços, desde salões de hotel ao Teatro Municipal, com passagens por recintos onde a música mexicana tradicional alternou com o rock.

O encerramento, na grande esplanada fronteira ao palácio do Paraninfo da Reitoria da Universidade, decorado com maravilhosos frescos de Orozco, foi outra festa. Os presidentes das Federações de Estudantes Universitários de Guadalajara e de Cuba, Ricardo Villanueva e Hassan Perez, foram os oradores da noite. A leitura da Declaração Final, por Filipe Maia, da União Nacional dos Estudantes do Brasil, assinalou o fecho do Congresso, mas a jornada festiva prosseguiu com fogo de artifício, exibição em ecrã gigante de uma curta metragem sobre a eterna e sempre difícil luta do homem em busca da fraternidade e da unidade, e apresentação de um ballet da própria Universidade.

Por si só, o casco histórico de Guadalajara, no centro da cidade, é um deslumbramento para qualquer forasteiro com um mínimo de sensibilidade. O contraste entre a megalopolis do século XXI - 3,5 milhões de habitantes no

município e 7 milhões no conjunto da área metropolitana - e o que resta da Guadalajara fundada no século XVI desencadeia um choque emocional e estético.

A catedral, os majestáticos e austeros palácios que a envolvem, as múltiplas igrejas barrocas e neoclássicas transmitem uma lição de história que não figura nos livros. Na sobreposição de estilos daqueles templos e mansões coloniais, no trabalho da pedra, na criatividade e finura dos motivos ornamentais é possível identificar as dolorosas e inacabadas fusões das culturas do México pré-colombiano e da Espanha renascentista. Num amanhecer límpido, quando o sol ainda não havia subido no horizonte, contemplando a catedral, enorme comparada com a Sé de Lisboa, meditava num absurdo aparente: o México, como mostruário de contradições não resolvidas, é também um lugar ideal para reflectirmos sobre grandes, e não raro, angustiantes, desafios do mundo contemporâneo.

Para o Congresso da OCLAE, Guadalajara foi como cenário um apelo permanente à imaginação e à reflexão sobre o passado e o presente.

Aclamada como a Carta de Guadalajara, a Declaração Final do XIII Congresso da OCLAE é um documento que condensa em seis parágrafos o espírito do grande encontro dos estudantes da América Latina.

O brado «A América Latina levanta-se!», ouvido no encerramento, abre o texto da Carta, síntese de muitos clamores de solidariedade com jovens de muitos países, que da Colômbia a Porto Rico, da Patagónia à Bolívia se batem pela liberdade dos seus povos contra a tirania e o obscurantismo.

São vozes - transcrevemos - «que se opõem à criação da ALCA, iniciativa que submeteria as debilitadas economias dos nossos países aos interesses norte-americanos, promovendo a anexação e não a integração».

(...) «Assim, durante todo este tempo essas vozes souberam construir a unidade, tanto a nível continental como em cada um dos nossos países, e é por isso que hoje podemos escutar as vozes alegres e combativas dos estudantes brasileiros e equatorianos que, de cabeça erguida, derrotaram o neoliberalismo, elegendo Lula e Lucio Gutierrez presidentes dos seus países, fazendo soprar um vento

novo de esperança pelo continente de Bolívar. Esperança que está presente nas vozes dos estudantes do Haiti e de El Salvador que nestes dias do Congresso organizaram grandes lutas nos respectivos países.

«Podemos ainda escutar as vozes do povo cubano, tenaz e resistente na defesa da sua revolução e construtor de uma nova sociedade. E também as vozes venezuelanas que insistem em dizer que os golpistas não voltarão e que o seu país encontrará de forma soberana um caminho para o desenvolvimento, livre da tutela norte-americana.

«É por isso que hoje, em Guadalajara, expressamos a convicção de que o sonho da unidade latino-americana se concretizará. Empreendendo várias lutas contra a Alca e a mercantilização da educação, pela paz e contra a guerra, pela soberania e a autodeterminação dos povos, a partir da integração solidária e respeitosa da cultura de cada povo e das suas necessidades. Com um forte espírito de unidade, o XIII da OCLAE tem a certeza de que «Outra América é possível» e a OCLAE por ela lutará.»

• Clara Belo*

Um olhar sobre a situação das mulheres com deficiência

Há desgostos que não passam

As mulheres com deficiência começam por ter a maior das barreiras, que é da sua intimidade, na relação que estabelecem com o seu corpo: uma vez que o seu corpo não corresponde ao estereótipo da mulher imposto pela sociedade, sentem-se muitas vezes inferiorizadas em relação às mulheres ditas normais. Lembro-me que quando era adolescente tinha uma fantasia: a de ter um corpo como o da Claudia Schiffer para poder passar nas *passerelles* mas com uma diferença: ter exactamente a mesma deficiência que tenho. E isto porquê? Porque me irritava a ideia estereotipada que as pessoas têm de que os deficientes têm que ser todos feios. E porque queria mexer com as mentalidades.

As pessoas sentem como um desperdício uma pessoa que seja deficiente e que tenha um corpo ou uma cara bonita e reagem mal quando vêem uma cara bonita com uma deficiência. As mulheres com

de subsistência só por ter casado com alguém que também tenha o seu ordenado. Caso consigam arranjar um emprego e depois venham a perder o seu emprego deixam de ter direito a voltar a receber a sua pensão de invalidez que antes recebiam. Por isso muitas mulheres (e homens) com deficiência preferem não trabalhar e garantir que recebem pelo menos a pensão de invalidez a não receber nada. São pessoas que potencialmente podiam ser membros activos e produtores para a sociedade (o que seria economicamente mais favorável) e não meros agentes passivos. Segundo dados recentes do Eurostat enquanto 62% de pessoas sem deficiência em idade activa têm emprego, apenas 24% das pessoas com deficiência estão a trabalhar. Enquanto 18% das pessoas sem deficiência alcançaram o terceiro nível de ensino, apenas 9% das pessoas com deficiência o conseguiram. Dos 24% e 9% referidos, 50% são mulheres. Significa que a grande maioria das mulheres com deficiência são pessoas bastante pobres e com pouca educação. Isso já para não

aproveitam da sua deficiência para abusarem delas (numa atitude de violência gratuita, sem qualquer razão de ser) já que algumas delas depois não sabem defender-se e dizer nem o que fizeram nem com quem estiveram. A seguir estas mulheres são muitas vezes esterilizadas (a pedido das famílias, por vezes em clínicas privadas) para não engravidarem. Outras têm que recorrer a psicólogos ou psiquiatras para se defenderem, quando quem devia ir ao psicólogo tratar-se deviam ser os agressores. Há mesmo quem chegue a receber ameaças. Como se as mulheres com deficiência fossem uma ameaça, para quem quer que seja, pela simples razão de serem portadoras de uma deficiência. Este tipo de violência acaba por ser uma certa forma de poder exercido sobre estas mulheres. Como em todo o lado, por vezes há abusos de poder.

O violador fica impune e depois da esterilização até tem o campo livre porque pode fazer o que quiser, sem correr qualquer perigo. As mulheres, essas, ficam ainda mais desprotegidas. É curioso verificar que ninguém pensa fazer uma esterilização a um homem, mesmo que seja deficiente mental. Em Dezembro de 1999 participei num Encontro Europeu Contra a Violência aos Cidadãos Com Deficiência em Bruxelas, onde foi relatado um caso de uma mulher em cadeira de rodas que foi obrigada pela família a fazer uma esterilização, pela simples razão de querer casar com um homem também ele em cadeira de rodas. A família alegou que eles não tinham condições para ter filhos. Esta mulher foi vítima de uma violência brutal pelas pessoas em quem ela mais acreditava: a família. Foi duplamente atingida na sua intimidade, não só no seu desejo de ser mãe, como pelo facto de ter sido chantageada pela própria família. A maternidade é um acto único, de criação, não se pode impedir ninguém (nem obrigar) a exercer esse direito. A mulher confessou não ter cometido o suicídio graças ao companheiro, que sempre a apoiou. Como disse o Miguel Lobo Antunes numa entrevista à Ana Sousa Dias, «há desgostos que não passam». Difícilmente esta mulher vai voltar a ter a paz interior que tinha antes. É um fenómeno análogo à perda de um filho, mas no sentido inverso, uma vez que esta mulher foi impedida de ter filhos. Só quem não conhece o imaginário de uma mulher é que poderá vir a fazer uma brutalidade destas. Todás as mulheres sonham com os filhos que virão a ter.

Mas com que direito é que se mexe assim no corpo de alguém? Muitos pais fazem isso pensando que estão a fazer o melhor para as suas filhas, mas no fundo estão é a proteger-se a si próprios e a exercer um direito de propriedade sobre os filhos que não têm. Fazem às filhas aquilo que seriam incapazes de fazer a si próprios. Sacrificam as filhas em função do colectivo familiar. Tudo isto acontece porque os pais nunca foram capazes de assumir a deficiência das filhas e acabam por descarregar nas filhas as suas frustrações. Há muitos pais que acreditam que ter um filho com deficiência é um castigo de Deus. Ora, isto não tem nada a ver com Deus. Existem razões científicas que explicam a ocorrência de uma deficiência. Há também muitas mães que se culpabilizam pelo facto de terem um filho com deficiência. E pior que isso é que a

própria sociedade as culpabiliza, só porque são elas que geraram o/a filho/a, o que é também uma forma de discriminação da mulher.

Um estigma

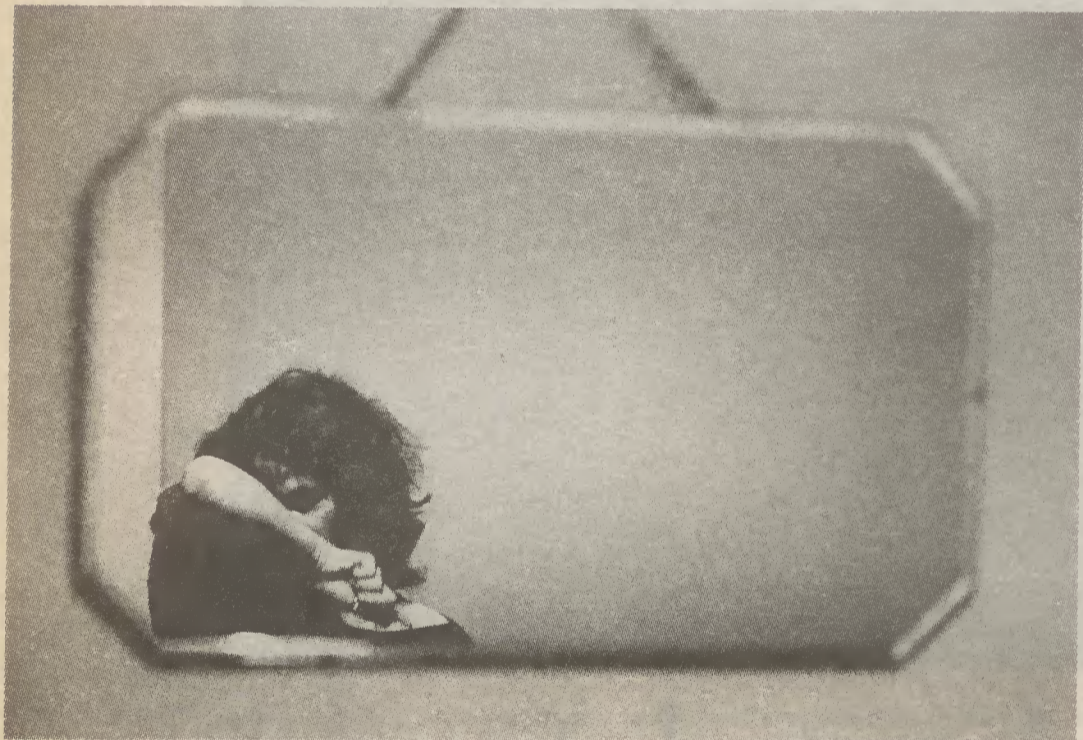
Por tudo isto, é compreensível que alguém não queira assumir uma deficiência. O estigma imposto pela sociedade é enorme e ninguém gosta de se sentir diferente e, sobretudo, inferior. O que já é mais difícil de compreender é que descarreguem esse fardo todo sobre as filhas. A vida de um cidadão com deficiência já é muito mais dura do que a dos restantes cidadãos. Para quê complicá-la ainda mais? Penso que isso também acontece porque estes pais privilegiam mais a componente intelectual e normativa do que a componente afectiva. Quem esquece a componente afectiva, esquece tudo, esquece o lado humano das pessoas. Outros porque, provavelmente, têm medo de perder as filhas. As filhas, essas, deixam de ter uma vida própria e passam a ter uma vida artificial, orquestrada pela família. Ora, ninguém aguenta ter uma vida artificial durante muito tempo. Isto pode vir a ter consequências muito graves para a mulher com deficiência.

Como disse o casal referido, há casos em que as pessoas são tratadas como animais, como se fossem cobaias humanas. Por que é que um casal em cadeira de rodas não há-de poder ter filhos? Ou pelo menos ter o direito de decidir se quer ou não ou se pode ou não ter filhos. Há exemplos de casais cegos que têm filhos e os educam normalmente, apesar de haver médicos que aconselham estes casais a não o fazer.

Mas não se pense que são só as pessoas «normais» que agredem. Há histórias de grandes agressões entre pessoas com deficiência, como é o caso dos surdos que começam ao tiro uns aos outros, uma vez que não têm medo dos tiros (porque não os ouvem), ou de cegos que se agredem com as bengalas, ferindo-se mutuamente.

A história das mulheres com deficiência não é só feita de tristezas: há também exemplos de mulheres que conseguiram singrar na vida, como é o caso da Emmanuelle Labourit autora do livro "O Grito da Gaivota" editado pela Editorial Caminho, uma surda-muda francesa que conseguiu ser actriz. Há ainda o caso da intérprete do filme "Filhos de um Deus Menor" que também se notificou como actriz. Isto só demonstra uma coisa: o problema não está em ter uma deficiência, o problema está no que as pessoas fazem disso - empolam a questão de tal maneira que se transforma num problema monstruoso. Fazem uma tempestade num copo de água. É aí que está o grande desafio: na mudança de mentalidades. Convém não esquecer que os deficientes são a maior das minorias entre as minorias e os mais discriminados de entre os discriminados. É preciso dizer às pessoas que as pessoas com deficiência são pessoas muito capazes. É preciso alterar os discursos miserabilistas em torno das pessoas com deficiência e das mulheres com deficiência em particular. É possível ter um mundo muito melhor do que este. Temos que fazer alguma coisa por nós. Nada sobre nós sem nós!

* Dirigente da Associação Portuguesa de Deficientes.



deficiência têm que conviver com estes estereótipos todos. É por isso muito mais fácil que um homem com deficiência se aproxime de uma mulher com deficiência do que um homem dito normal. Daí que existem muitos deficientes que casam entre si. Ora, embora eu defenda que existe de facto uma cultura da deficiência que pode aproximar as pessoas, não tem que ser necessariamente assim. As pessoas devem gostar umas das outras por aquilo que são, por aquilo em que acreditam, pelos seus gostos, pelas cumplicidades que estabelecem e não apenas por serem deficientes ou não. Isso sim, seria a plena integração.

As mulheres com deficiência sentem-se envolvidas em duas fontes de discriminação: por serem mulheres e por serem deficientes. Têm mais dificuldade no acesso ao emprego, à educação e são, juntamente com as crianças, as principais vítimas de violência. Para além das dificuldades inerentes à sua própria deficiência caso estejam a receber a pensão social de invalidez (que é de cerca de 150 Euros) e queiram casar com alguém assalariado, perdem o direito à sua pensão. Ora, ninguém perde o direito ao seu meio

falar dos deficientes profundos, completamente dependentes e sem qualquer tipo de autonomia. As deficiências são muitas e variadas, mas penso que aquelas que enfrentam maiores dificuldades de integração são os surdos-mudos e os cidadãos com deficiência mental. Os primeiros porque têm uma barreira muito forte que é a barreira da linguagem e da comunicação, uma vez que têm uma linguagem própria que só eles conhecem. Os segundos porque a sua deficiência é um forte *handicap* a um pleno desenvolvimento e porque é sobre quem recai o estigma maior. Eu sei que não posso dizer a muita gente que tive uma paralisia cerebral, porque há pessoas que vão logo pensar que eu sou deficiente mental. Porque tudo o que tenha a ver com o cérebro faz muita confusão às pessoas.

As maiores vítimas

São justamente as mulheres com deficiência mental que são as maiores vítimas de violência. Muitas são violadas e/ou violentadas psicologicamente - às vezes durante anos - por homens que se

Gastronomias

• Francisco Mota

Vais ver, é fácil

Catarina Bastos Mota
Madrid
Querida Catarina:

Vais ver, é fácil. Arranja um copo de pé, preferentemente barrigudo, e deita-lhe o vinho dentro. Não muito, só até à barriga.

Seguras o copo pelo pé e tentas ver a cor. Se for um branco, vais ver que nenhum é branco: vão desde a quase transparência até tons muito bonitos de verde ou amarelo. Se for rosado, as combinações são quase sempre de amarelo com rosa pálido. Muita gente chama a isso «pele de cebola».

Mas vamos pensar que estamos a provar um tinto. Era bom ter uma toalha branca mas, se não tiveres, vês contra a parede ou contra o céu, à janela. Que cor tem? Não sabes? Aqui começa tudo. É preciso saber: cor-de-rosa deslavado (não estou a falar de política)? Violeta? Cardeal na Sé (perdão, queria dizer púrpura)? Castanho claro? Castanho com toques de dourado? É preciso saber, porque as cores do vinho dão-te a primeira ideia do que vais beber.

Depois vais fazer a cena mais fácil, a que aparece em todos os filmes e que causa mais impacto: cheirar o vinho.

Afixas a tua expressão mais séria e olhas de novo o vinho. Baixas o copo até à altura do nariz e cheiras. Lenta mas firmemente, dás duas ou três voltas ao vinho dentro do copo e voltas a cheirar. A que cheira? Pois tem de cheirar a umas coisas se é mau (carne, enxofre, acetileno, drogaria) e a outras, mais agradáveis, se é bom (frutas maduras, compotas, madeiras nobres, especiarias) ou pode acontecer o que acontece tantas vezes: não cheira a nada ou a quase nada em cujo caso a conclusão seria: não é bom nem mau nem antes pelo contrário.

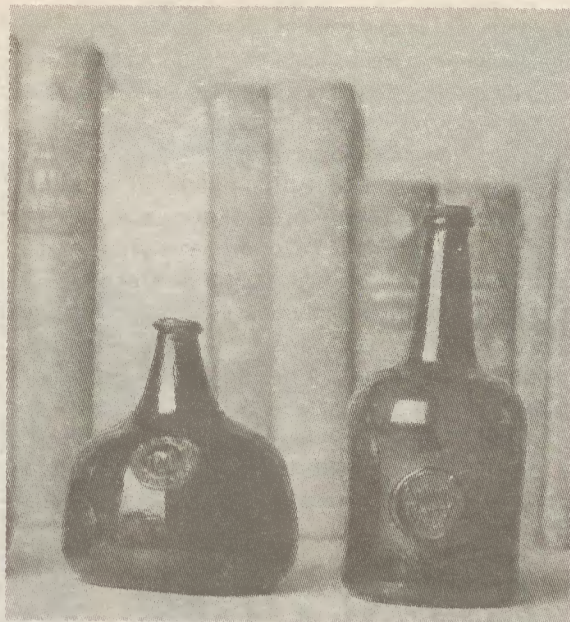
E agora? Agora vem o terceiro passo, o definitivo, para muitos o mais importante: o sabor.

Com a suavidade necessária, toma um pouco de vinho mas não o bebas. Não podes, neste momento aparentar ignorância, provincianismo ou deselegância, engolir estupidamente um gole e dizer: «Tá bom!» ou, ainda pior: «Ganda tintol!». Nada disso, mantém o vinho na boca. É preciso estares atenta: a que sabe?

Já sei que são muitas perguntas mas isto de beber vinho é um assunto sério, não é uma coisa de bêbados. O bêbado é o pornógrafo do vinho.

É doce, amargo, ácido, salgado? Talvez não saibas mas são as únicas coisas que a boca humana e, mais concretamente, a língua podem distinguir.

A que sabe? Pois, ao que a tua boca diga mas tem de dizer. Umhas pistas: se o vinho é jovem, não pode saber a cabedal ou madeira velha, se é velho não pode recordar prados, fruta fresca, mares ou a acidez de um morango acabado de colher.



Não se trata de estabelecer regras ou dogmas mas é preciso saber que o que não pode ser, não pode ser e, além disso, é impossível. Portanto, em nome da verdade, tens de procurar dentro de ti as palavras do que sentes e do que achas. É um pouco como definir o amor mas, claro, sem chegar a nenhuma maluquice.

Feito isto, é sempre bom voltar a ver, a cheirar e provar o vinho em questão e tentar reunir mentalmente o conjunto. Poucas vezes um vinho é harmonico, elegante, equilibrado, redondo e, por isso, se diz, demasiadas vezes, que o vinho «se bebe» ou, pior ainda, «se deixa beber». Isto é a constatação da mediocridade ou, no melhor dos casos, da mediania. Só educando o gosto, fazendo perguntas, pensando, sendo exigente, nisto como no resto, poderemos conseguir que os teus filhos, e depois os meus bisnetos, sejam livres e cultos, nisto como no resto.

Querida Catarina, querida filha:

A tua mãe e eu fizemos tudo para que pudesses estudar, ter um curso e um trabalho digno. Já tens tudo isso.

Hoje, e pedindo desculpa aos leitores por trazer para aqui os nossos problemas familiares, queremos, publicamente pedir-te, com a solenidade e a emoção indispensáveis, um grande favor:

Catarina, bebe vinho!

Tem coragem e deixa esses líquidos castanhos escuros carregados de edulcorantes, cafeína, E-150, E-952, E-338, E-211 e sei lá que mais.

Abandona essas borbulhas de gás carbónico que só aumentam o perímetro das ancas, incham as tripas e aumentam os níveis de colesterol, glicémia e de outras palavras que vêm nas análises médicas e que não se sabe bem o que são, mas boas não são de certeza.

Catarina: vais ver que é fácil. Estender a mão, ver, cheirar, provar, pensar, pensar, pensar. E, de vez em quando, em silêncio, vais sentir, num vinho, harmonia, equilíbrio, beleza.

É disso que se trata: de encontrar beleza. E quando a encontrares, verás que uma suave alegria cresce dentro de ti. Partilha-a com quem quiseres. Faz com que os outros entendam o que tu já sabes. Por outras palavras: traz outro amigo também.

Cheio de esperança de te ver com amigos brancos, rosados ou tintos, todos diferentes, todos iguais, mandote um grande beijo.

Datas da História

As fugas Peniche e Caxias

A palavra «fuga» encontra-se geralmente associada a um acto de pouca coragem e de desistência. Nem que seja «fuga para a frente», quando o desespero impele os sentidos a um avanço frenético em lugar de se recolher o sujeito a uma prudente expectativa. Então, como pode uma fuga ser ao mesmo tempo um acto de coragem e manifestação de resistência e de capacidade de luta?

Há muitos exemplos. E, desta vez, escolhemos as heróicas fugas de Peniche e de Caxias em que participaram destacados militantes do Partido encarcerados nas fortalezas que o fascismo mantinha para privar da liberdade os antifascistas, muitas vezes por longos anos.

A primeira destas grandes fugas teve lugar em Peniche, em 3 de Janeiro de 1960. Dez dirigentes comunistas conseguiram, após um elaborado plano, evadir-se com êxito de uma das cadeias mais seguras do regime de Salazar. Foram eles Álvaro Cunhal, Carlos Costa, Francisco Miguel, Guilherme Carvalho, Jaime Serra, José Carlos, Pedro Soares, Rogério de Car-



valho e, também, Francisco Martins Rodrigues, que posteriormente abandonou o PCP. Todos os outros retomaram, na clandestinidade, o seu posto na luta contra o fascismo e pela liberdade, o seu lugar nas batalhas de classe contra a opressão. As importantes lutas de massas que tiveram lugar em 1961 e 1962 já contaram com eles.

A segunda grande fuga realizou-se quase dois anos após a de Peniche. Evadiram-se de Caxias, a 4 de Dezembro de 1961, os camaradas Francisco Miguel, José Magro, Guilherme Carvalho, António Gervásio, Ilídio Esteves, Domingos Abrantes e António Tereso. Também aqui - e muito mais grave - se registou uma defecção, a de Rolando Verdial, que veio a trair o Partido.

Ambas as fugas foram longa e cuidadosamente planeadas e exigiram uma grande coragem. Em Peniche, os camaradas conseguiram aliciar um guarda da GNR que, após um carcereiro ter sido cloroformizado, os passou, um a um, ao piso superior da fortaleza, de onde desceram para o exterior, separando-se em três grupos, tomando lugar em carros que os aguardavam para os levarem a lugares previamente determinados. Em Caxias, António Tereso, fingindo-se traidor, conseguiu as «boas graças» da direcção da cadeia e assim preparar um carro blindado, que fora usado por Salazar, para, com os fúgitivos dentro, rebentar os portões da prisão e, de baixo do fogo das sentinelas, alcançar a liberdade.

Para quase todos, essa liberdade foi usada para lutar. Em condições extremamente difíceis e árduas. A determiná-la estava a esperança da liberdade para todos. Que nem todos puderam ver concretizada numa manhã de Abril.

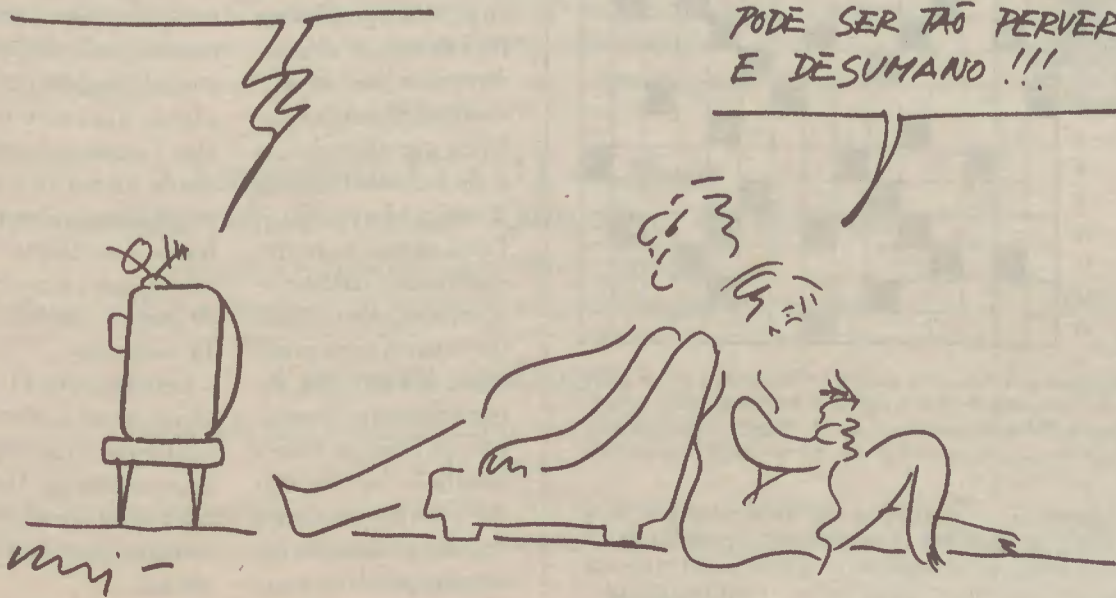


Cartoon

• Monginho

JORGE SAMPAIO
EM DIA DE CREVE GERAL
PROMULGA LEI DE BASES
DA SEGURANÇA SOCIAL...

SÃO MOMENTOS DESTES
QUE ME FAZEM LEMBRAR
QUE O MEU SEMELHANTE
PODE SER TÃO PERVERSO
E DESUMANO !!!



Religiões

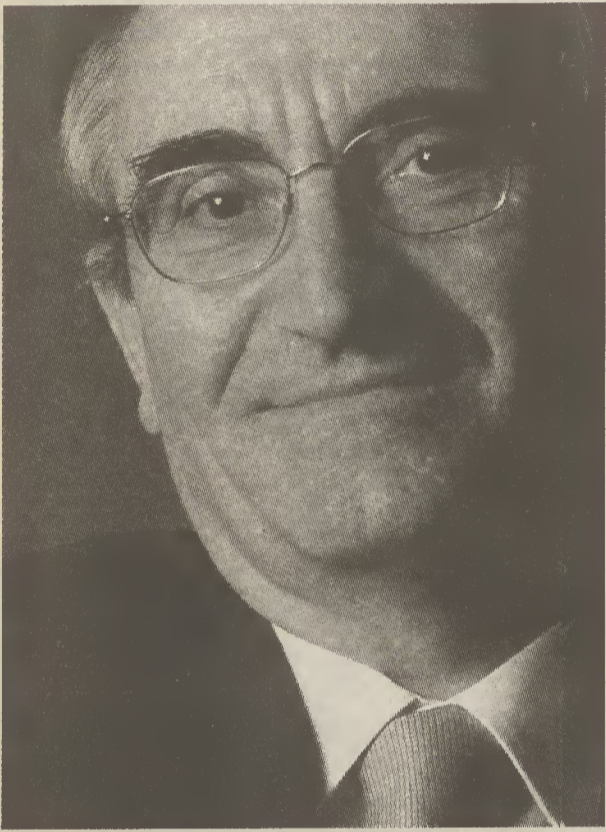
• Jorge Messias

Como é evidente, não podemos distrair a nossa atenção da situação (quase impensável) que se vive em Portugal. A força esmagadora do dinheiro dita um sentido único ao poder político. Com desfaçatez, invoca-se a legitimidade do sufrágio enquanto se erguem as muralhas da nova ditadura. A impunidade é reconhecida àqueles que manipulam as escalas de valores. As ideologias são descaracterizadas sem qualquer disfarce. A igreja hipoteca-se ao lucro. A ambi-

ção entre a opção preferencial pelos pobres - expressa e insistentemente reafirmada nos textos da doutrina social da igreja - e as heresias do capitalismo selvagem traduzido no «Código do Trabalho». É um crime assinado. Não nos esqueçamos que Bagão Félix ainda há sete meses detinha, entre outros altos cargos da igreja, os de presidente da poderosa Comissão de Justiça e Paz, porta-voz officioso da Conferência Episcopal, figura destacada do Secretariado Diocesano das Comunicações Sociais e Consultor da CEP para os Temas Ético-Políticos, áreas de interesse vital para a hierarquia católica que viriam a integrar o actual texto de violação dos direitos laborais. Os bispos subscreveram-no.

Como é evidente, o Código fascizante do Trabalho não foi estruturado em meia dúzia de meses. Arti-

A Conferência Episcopal e o Código do Trabalho



culados impositivos deste tipo exigem uma longa maturação, alinhamento de posições, redefinição de relações de forças, contactos difíceis entre direcções político-económicas e harmonização de interesses contraditórios. Impõem relações intensas com aparelhos políticos de outros países, confederações multinacionais e gigantescos centros de decisão, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Opus Dei, a Trilateral, o Banco Mundial, etc. Este «Código do Trabalho» passou, assim, por um longo incubamento que impôs negociações intensas entre as partes verdadeiramente interessadas na redução dos direitos e liberdades do povo português: a direita reaccionária, os detentores do grande capital, os tecnocratas do capitalismo mundial e a igreja católica institucional. São dados que saltam à vista e que os trabalhadores não virão a esquecer. Atente-se nos malabarismos do episcopado. Declara: «A evolução económico-social exige um Código de Trabalho adaptado às novas circunstâncias, com uma concepção que tenha verdadeiramente presentes as dimensões éticas e sociais inerentes ao mundo do trabalho. A legislação faz parte de um corpo vivo da sociedade no sentido de regular as normais relações de trabalho, num conjunto de direitos e deveres que impliquem todos os intervenientes.» Acrescenta, procurando a impunidade da sombra: «Seja qual for a evolução efectiva, o que importa reconhecermos é que o período que o país atravessa coloca exigências que a todos dizem respeito e terão de ser satisfeitas na perspectiva da paz social alicerçada na justiça e construída através do diálogo...» Bispos e banqueiros parecem engordar como bons abades. Não lhes custou muito terem chegado onde chegaram. Bastou-lhes trocarem o sentido das palavras. «Uma vez que mediante o trabalho o homem deve ganhar o pão de cada dia, a ordem social do trabalho é indissociável da ordem económica», declaram. Os trabalhadores católicos, esmagados como os seus camaradas pela exploração e pelo desemprego, saberão responder aos bispos-patrões.

Como é evidente, o aviltante contraste entre o que se proclama e o que se faz atinge, em particular, a ortodoxia oficial da igreja católica portuguesa. A hierarquia afirma-se como entidade espiritual mas assiste-se ao triste espectáculo dos bispos se afadarem em inventar fórmulas hipotéticas de concilia-

ção desmedida dos poderosos, o império dos corruptos, a passividade oficial perante o crime que compensa, o esmagamento social, a mentira assumida sem mais consequências, a conspiração contra os pobres e os mais indefesos, são práticas normais. Como é evidente, nada disto surge por geração espontânea. Há responsáveis, há alianças ocultas, há investimentos milionários, há centrais onde se planificam e comandam os ataques demolidores aos direitos conquistados pelas massas populares. Tudo a coberto de um cinismo delirante.

Como é evidente, o aviltante contraste entre o que se proclama e o que se faz atinge, em particular, a ortodoxia oficial da igreja católica portuguesa. A hierarquia afirma-se como entidade espiritual mas assiste-se ao triste espectáculo dos bispos se afadarem em inventar fórmulas hipotéticas de concilia-

Pontos Cardeais

À justa

Segundo o último inquérito mensal de conjuntura do Instituto Nacional de Estatística (INE), quase 90% dos residentes em Portugal Continental acham que a situação económica do País piorou relativamente a um ano atrás, e cerca de 70% prevêem que o futuro seja ainda pior. Neste quadro, dois terços dos inquiridos asseguram que os seus rendimentos dão «à justa» para aquilo que gastam...

Retenhamos este viver «à justa» confessado por dois terços dos inquiridos, e recordemos que, certamente, não entram nestas contas (e confissões) os já 5% de desempregados (ou cerca de 400 mil trabalhadores sem emprego...), pois esses nem «à justa» conseguirão viver.

Mas há outra questão. Considerando que o consumo é o motor da nossa economia (nos últimos anos foi responsável por 75% do Produto Interno Bruto) e vendo-se, por este inquérito, como está por baixo não apenas esse consumo como a vontade em o reatar, as perspectivas do País apresentam-se francamente negras.

Tudo ajudado (ou, melhor dizendo, agravado) pela política de desinvestimento generalizado que o actual Governo prossegue, muito contente consigo próprio...

Bonecos

Um boneco representando o presidente dos EUA, George W. Bush, que se limita a repetir 17 frases tipo asneirada ditas pelo actual presidente nos seus discursos em dois dias, oito mil réplicas, havendo já 20 mil pedidos em lista de espera. O autor do boneco (e da ideia) é um republicano da Califórnia que não cabe em si de contente com este inesperado sucesso. Pelos vistos, os norte-americanos também se apercebem do ridículo que é terem como presidente alguém que diz (por exemplo) «Poremos comida sobre as vossas famílias» ou «Os ataques terroristas podem destruir os alicerces dos nossos prédios mais

altos, mas não podem destruir os alicerces dos Estados Unidos».

Com olho para o negócio, o autor da ideia e do boneco já está a pensar em lançar, dentro de três meses, outra criação do género, estando apenas indeciso entre Richard Nixon, John F. Kennedy, Ronald Reagan ou Bill Clinton.

Que não tenha problemas! Qualquer deles pode fornecer um abundante chorriho de asneiras, aliás todas devidamente gravadas e guardadas, como os americanos se pelam por fazer com as suas figuras e figurões!

Mísseis

Mísseis portáteis «Stinger» de fabrico norte-americano e foguetes - armas que podem abater aviões - estão livremente à venda no Afeganistão, respectivamente por 200 mil e cinco mil dólares, informaram, esta semana, fontes oficiais do corpo de manutenção de paz em Cabul. Afegãos não identificados (provavelmente os mesmos que dispararam vários foguetes sobre Cabul na semana passada...) ofereceram recentemente a venda dessas armas a oficiais da Força Internacional de Assistência à Segurança (ISAF, na sigla inglesa), um contingente multinacional de 4800 efectivos que se encontra no Afeganistão, sob a égide dos EUA, para «manter a paz» após os EUA terem «erradicado» os talibãs e o terrorismo. Vê-se que o terrorismo está perfeitamente «erradicado» no Afeganistão, após o arrasamento a ferro e fogo feito pelos EUA. Está «erradicado» a tal ponto, que os honestos «comerciantes» afegãos negociam tranquilamente as armas norte-americanas, procurando também ganhar algum dinheiro com elas. Certamente porque desde há muito - nomeadamente desde o tempo dos talibãs - se habituaram a recebê-las de graça e com fartura. Tal como hoje...

Entretanto, os EUA e vários países ocidentais continuam com tropas estacionadas no Afeganistão para «combater o terrorismo» com total eficácia...

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Abertura pela qual o vulcão expela as lavas; desaparecimento aparente de um astro pela interposição de outro, entre ele e o observador. 2 - O ponto mais alto; apertar com nó; tapeçaria antiga que adornava as paredes, portas galerias, etc. 3 - Progenitor; acerear. 4 - Ósmio (s. q.); Índio (s. q.); interj. designativa de espanto, alegria, dor, repugnância, etc.; fruto carnudo, mais ou menos esférico ou ovóide. 5 - Barulho; oferecer; fazer chaga. 6 - Pêlo fino antes do aparecimento da barba; sinal gráfico que serve para nasalar a vogal a que se sobrepõe; avenida (abrev.). 7 - Gravidade inerente aos corpos; irascível; fêmea do urso. 8 - Medida itinerária chinesa; serenidade de espírito; folhagem. 9 - Acontecimento; desloca-se para fora; nome genérico dos elementos sólidos (à excepção do mercúrio), geralmente dúcteis e maleáveis, electropositivos, bons condutores do calor e da electricidade, e que têm tendência a formar compostos iónicos. 10 - Denominação; a minha pessoa; que não está vestido; molibdénio (s. q.). 11 - Empreendimento; grande massa de água salgada. 12 - Relativo ao campo ou à vida campestre; conjunto de cerimónias que se praticam numa religião; contr. da prep. de com o art. def. o. 13 - Planta poliglática de sabor amargo; alegria intensa e expansiva.

VERTICAIS: 1 - Nome de várias plantas gramíneas e quase sempre forraginosas; planície. 2 - Caminho orlado de casas, muros, ou árvores, numa povoação; diz-se do ácido orgânico que existe em alguns óleos; a unidade. 3 - Usurários; desejara. 4 - A ti; epítome; atmosfera. 5 - Mulo; contr. da prep. a com o art. def. o. 6 - Rabino; variedade de carbonato de cálcio, usando especialmente para escrever em ardósia ou quadro preto nas aulas, para riscar, etc.; prep. que indica lugar, tempo, modo, causa fim e outras relações. 7 - Dar atenção a; pref. de origem latina que exprime a noção de superioridade. 8 - Crito alfitivo; fruto da amoreira e de algumas espécies de silvas; graceja. 9 - Erro; isca que se dava aos falcões para os amansar. 10 - Interj. que exprime admiração, dor, alegria, etc.; matiz; costumou. 11 - Pátria (fig.); nome da 21.ª letra do alfabeto grego; amerício (s. q.). 12 - Dirigir-se; conjunto de pêlos; contr. da prep. de com o art. def. o. 13 - Pároco de certas freguesias; reaver. 14 - Apelido; pestilência; acolá. 15 - Caçoleta, nas armas de fogo, onde se deita a pólvora, para fazer fogo; conversa de palrador indiscreto.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 - Cratera; eclipse. 2 - Avog; alar; arrás. 3 - Rai; abertur. 4 - Os; int; oh; pomu. 5 - Molim; dar; fert; 6 - Lançgem; til; av. 7 - Pes; tros; ursa. 8 - Li; paz; namagem. 9 - Acaso; sai; metal. 10 - Nome; eu; nu; m. 11 - Nome; eu; nu; m. 12 - Rura; rio; dal. 13 - Amarela; culona. VERTICAIS: 1 - Capim; planura. 2 - Rua; oleico; um. 3 - Agiotas; anara. 4 - Te; smop; ar. 5 - Mu; ao; ele. 6 - Rabi; giz; em. 7 - Alender; supra. 8 - Al; amor; r. 9 - Erro; salite. 10 - Ah; tom; usou. 11 - Lar; fi; am. 12 - Lt; pelgem; do. 13 - Pri; retomar. 14 - Sá; mlsama; al. 15 - Escorra; lena.

Bancas de Natal

Solidariedade activa

ALMADA

No Centro de Trabalho Concelhio (Pombal)

Quadros - Livros - CDs - Artesanato
No Centro de Trabalho do Laranjeiro
Artesanato - Bebidas - Mel - Livros

BRAGANÇA

No Centro de Trabalho no Bairro da Mãe d'Água em Bragança. Novidades literárias das editoras Caminho, Avante! e Campo das Letras. Haverá, também à venda garrafas de Vinho do Porto «Vintage» com 24 anos, de edição especial, limitada, do XII Congresso do PCP

LISBOA

Centro de Trabalho Vitória
4 a 30 de Dezembro

ARTESANATO VARIADO

Colchas e lençóis de renda
Barros do Redondo - Cristais da Boémia
Tapetes de Minde **Serigrafias** de diversos autores e **ainda** Queijos (Castelo Branco, Nisa, Serpa) Porto da colheita de 1974 - Enchidos - Presunto - Doces regionais do Alentejo e da Madeira - Frutos secos - Mel

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

2.ª a 6.ª feira - das 12h00 às 15h00 e 17h00 às 21h00. Sábados - das 15h00 às 19h00. Domingo, 22 de Dezembro - das 15h00 às 19h00

ODIVELAS

No Centro de Trabalho de Odivelas (Rua Guilherme Gomes Fernandes, 79, próximo do Convento D. Dinis).

Venda de livros infantis, romanes policiais, políticos e outros de autores como Alice Vieira, Álvaro Cunhal, Alves Redol, Ana Maria Magalhães, Daniel Sampaio, José Casanova, José Saramago, Manuel Tiago, Mia Couto

PASSAGEM DO ANO 2002-2003

Festa do Avante • Adega da Quinta da Atalaia, Amora, Seixal

Preço - 1 € Para além da sua própria ceia, apela-se a que cada um faça uma oferta para a mesa (bolo, doce, salgados, marisco, bebidas, etc.). Haverá, ainda, assadores no Pátio e... música ambiente para dançar. As inscrições são limitadas a 140 pessoas.

Maio 2003 em Cuba

Viagem de Solidariedade promovida pela Organização da Cidade de Lisboa (de 28 de Abril a 10 de Maio)

1.º PROGRAMA

Visitas a La Havana, Valle Viñales, Guama, Aldeia Tafna, Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios, Varadero

2.º PROGRAMA

Visitas a Santiago de Cuba, Guadalajara (Praia)

Informações e inscrições: *Camarada César Roussado CT Vitória - Tel. 213307000* ou *CT Alcochete - Tel. 212340344*

Para esta viagem, promovida conjuntamente pela Direcção da Cidade de Lisboa, Comissão Concelhia de Alcochete e Comissão de Freguesia de Sacavém é feito um apelo à colaboração na recolha de medicamentos e material escolar (canetas, lápis, borrachas, cadernos escolares, esferográficas, réguas, esquadros, compassos, etc.) a fazer chegar ao CT Vitória, Av. da Liberdade, 170, Lisboa

Viagem de 17 a 31 de Maio promovida pela Comissão Concelhia do Barreiro

Havana - Trinidad/Cienfuegos - Varadero

Contacto: *CT do Barreiro (212075125) e cam. Adelaide (212168755)*

Cruzeiro no Douro

Promovido pela célula do Centro de Trabalho Vitória

3 e 4 de Maio

Preço por pessoa: em quarto duplo ou triplo - 187 € (quarto individual + 17,5 €) (inclui transporte, hotel de 3 estrelas, pequenos-almoços, 2 almoços e 1 jantar)

Inscrições:

junto das camaradas Luísa Martins - Deonilde - Conceição Caeiro



PORTO SALVO

No Centro de Trabalho de Porto Salvo (Rua Domingos Pinto, 19 - junto ao Campo do Atlético) - 6 a 23 de Dezembro

Horário de Funcionamento
Das 15h00 às 19h00

SEIXAL

No Centro de Trabalho do Seixal
Livros, run e muito mais...

SETÚBAL

No Auditório da Com. Concelhia de Setúbal (Av. 5 de Outubro, 35, 1.º).

Até 6 de Janeiro: Livros - Barros - Cristais
Bijuteria - Brinquedos - Materiais do Partido

ESPAÇO MANIFESTO

Abriu, no dia 6 de Dezembro, no CT do PCP em Vila Franca de Xira, o Espaço Manifesto, espaço polivalente, com música, jogos, debates, exposições, leitura e venda de jornais e livros, concertos, café, arte, política.

Assembleias de Organização

5.ª Assembleia da Organização Regional do Algarve do PCP

Domingo, 15 de Dezembro, às 10h00 na COPOFA, em Faro
Com a participação de **Carlos Carvalhas** que intervém cerca das 18h00

5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Bragança do PCP

Domingo, dia 15 de Dezembro, às 14h30 na Escola Augusto Moreno (junto aos Bombeiros e ao novo edifício da Segurança Social), em Bragança

Assembleia da Organização Concelhia de Chaves

Sábado, 14 de Dezembro, às 15h00 na Escola Secundária Fernão Magalhães com a participação de **Albano Nunes**, do Secretariado do CC



CASCAIS

Sábado, 14 de Dezembro, às 15h00 - plenário de militantes de **Alcabideche**, para discussão da situação política e social e da Assembleia da Organização Regional de Lisboa, com a participação de um membro do Comité Central. Segue-se um «petisco».

Terça, 17 de Dezembro, às 21h00, no CT de Tires - plenário de militantes do concelho de **Cascais**.

ÉVORA

Segunda-feira, 16 de Dezembro, às 14h30 - reunião da Direcção da Organização Regional de Évora reúne, no Centro de Trabalho da DOREV. A Ordem de Trabalhos tem como ponto único «Direcção, Quadros e Organização», em que se discutirá o funcionamento da DOREV e a Conferência Nacional do Partido sobre o Poder Local.



CARLOS CARVALHAS

Terça-feira, 17 de Dezembro

Carlos Carvalhas, integrando uma delegação do PCP, visita os **Bombeiros Voluntários de Almoçageme** na freguesia de Colares, Sintra, e reúne com a Direcção e o Comando dos Bombeiros
Segue-se uma visita às instalações e um curto encontro com a comunicação social



Assembleia de Organização do Ensino Superior de Lisboa

Sábado, 14 de Dezembro, às 10h00 - no Centro de Trabalho Vitória - com almoço-convívio

Lourinhã

Sábado, 14 de Dezembro, às 15h00 - Ilda Figueiredo visita o Museu da Lourinhã na sequência da sua intervenção do Parlamento Europeu a favor do Jurássico da Lourinhã



Vila Franca de Xira

Sábado, 14 de Dezembro, às 14h30 - contacto dos eleitos da CDU com a população de Vila Franca de Xira

ATVer

Regressa o
Titanic e o seu
espectacular
naufrágio

Dívida a Cumprir

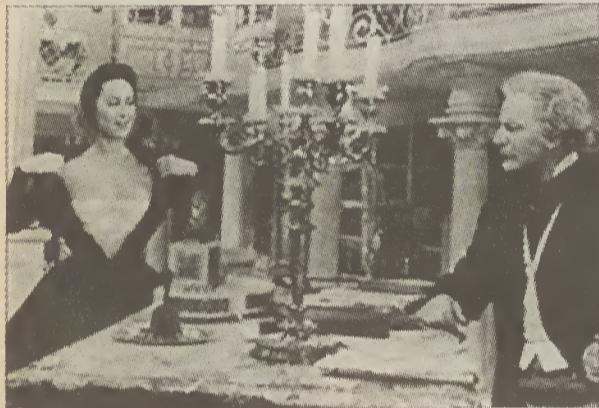
(Quinta-feira, 12.12.02, RTP-2)

Robert N. Bradbury foi um realizador, produtor e argumentista de Hollywood que se especializou nos filmes de série B nos anos 30, nomeadamente os *western* da série «Lone Star», a que pertence este **Dívida a Cumprir**, que data de 1934. Trata-se de uma típica história do Oeste, tal como eram produzidas na época, sobre um homem que tenta encontrar o assassino dos seus pais e liga-se a uma quadrilha cujo chefe era afinal o objecto da sua busca. **John Wayne**, então com 27 anos, começava a conquistar popularidade justamente com o tipo de papéis que o tornaria uma espécie de ícone do *western* de Hollywood: o de cowboy sempre em infatigáveis cavalgadas...

Terreno Sagrado

(Sexta-feira, 13.12.02, RTP-2)

Trata-se de um algo insólito *western* de **Charles B. Pierce** sobre as atribulações de um colono branco que se decidiu casar com uma apache e criar uma família mista, atraindo sobre si o desprezo e a intolerância de ambas as comunidades, agravado pelo facto de o filho de ambos ter nascido em terreno funerário e sagrado de uma outra tribo.



Lola Montès é uma obra-prima sobre a natureza efémera da beleza e da felicidade



A Casa da Rússia é um enredo clássico da «guerra fria», que até passa por Lisboa

Como se vê, é um tema pouco explorado no *western* norte-americano, nomeadamente ao pôr em acção os dramas da intolerância e dos confrontos raciais que também fizeram a (dramática) história do Oeste... Um filme inteiramente rodado nas paisagens deslumbrantes do Oregon.

Titanic

(Sexta-feira, 13.12.02, TVI)

Está mais uma vez anunciado (agora pela TVI) este mega-sucesso realizado em 1997 por **James Cameron**, que lhe renderia grande fama e, sobretudo, enorme proveito. E o caso não era para menos: dispondo de recursos ilimitados (na altura o filme constituiu-se como o mais caro da história, até à data...) e arriscando uma história de que, necessariamente, toda a gente conhecia antecipadamente o seu desfecho (o desastre terrível que afundou o «Titanic»), Cameron conseguiu, mesmo assim, forjar um melodrama sentimental que caiu no goto do mundo inteiro, vivido no interior do navio durante a sua curta viagem inaugural e tendo como intérpretes os jovens **Leonardo Di Caprio** e **Kate Winslet**, bem acompanhados por vários e seguros actores, ao mesmo tempo que recriava, quase em tamanho natural, toda a opulência, grandiosidade e luxo do trágico paquete, que foi de novo, e meticulosamente, «afundado», agora perante as câmaras!



A Casa da Rússia

(Sábado, 14.12.02, TVI)

Baseado numa história de **John Le Carré** (prófico autor de tramas policiais aproveitando e explorando o clima mundial de «guerra fria»), **A Casa da Rússia** não desaponta os apreciadores do género, mesmo sendo algo previsível e, sobretudo, indistintamente «pró-ocidental» no confronto entre espões ingleses e soviéticos, com editores ingleses pelo meio, todos atrás de umas misteriosas agendas cujos conteúdos são, supostamente, segredos militares russos que foram entregues a um editor britânico. De relevo, temos a presença de **Sean Connery**, **Michelle Pfeiffer** e **Roy Scheider**, que se movimentam num filme realizado com competência e, até, alguma elegância formal. Como interesse adicional, está o facto de uma pequena parte do filme decorrer em Lisboa, com o castelo de S. Jorge e os bairros populares que o circundam perfeitamente identificáveis.

Perfume de Mulher

(Terça-feira, 17.12.02, RTP-1)

Perfume de Mulher é uma das melhores realizações do italiano **Dino Risi** que, em 1974, adaptava ao cinema de forma notável um romance de **Giovanni Arpino**, que Risi transforma numa interessantíssima crónica agri-doce sobre um estranho fim-de-semana de um capitão do Exército cego que viaja de Turim a Nápoles, com passagem por Génova e Roma, na companhia de um jovem soldado. Uma autêntica viagem para a morte, já que o capitão está secretamen-



Em Dívida a Cumprir, **John Wayne** tinha 27 anos e estava no início da sua carreira de cowboy

te decidido a suicidar-se no final da viagem na companhia de um amigo, igualmente cego. Porém, sem o esperar, a viagem transformar-se-á numa jornada de reconciliação com a vida, ficando pelo meio um truculento e delicioso retrato psicológico de um homem sarcástico e cínico, que reflecte inteligentemente perante nós os grandes problemas da solidão. **Vittorio Gassman** tem aqui, sem dúvida, uma das mais notáveis interpretações da sua carreira. Muitos anos depois Hollywood faria um *remake* deste filme que não ficou a perder face ao original, ou não fosse Gassman substituído, no papel de oficial do exército cego, por nem mais nem menos que **Al Pacino**...

Lola Montès

(Quarta-feira, 18.12.02, RTP-2)

Lola Montès é não apenas o último filme de **Max Ophüls** mas, também, uma das suas incontestadas obras-primas. Ophüls assina aqui um belíssimo filme sobre a trajectória desta mulher que dá título ao filme e que foi, primeiro, uma personagem feminina que reinou na Baviera e acabou num circo a ridicularizar, de forma patética, a sua própria vida. Uma grande reflexão sobre a natureza efémera da beleza e da felicidade, com **Martine Carol**, **Peter Ustinov** e **Anton Walbrook**.



Bernardo Sasseti é esta semana o convidado de **Ana Sousa Dias**

Quinta, 12

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Praça da Alegria Especial Natal
16.40 Marisol
17.00 Carita de Anjo
17.30 RTP Crianças
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.15 O Elo Mais Fraco
22.15 Grande Repórter
23.15 Segredo de Justiça
00.15 O Fugitivo
01.00 Turnos de Risco
01.45 24 Horas
02.00 «Para Além do Passado» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
13.00 Companhia dos Animais
13.15 Arquivos do Entendimento
14.15 Alvos dos Reis,
15.00 Informação Gestual
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 O Milagre do Amor
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Jack e Jill
24.00 «Peixe Lua» (Filme)
01.45 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Agata
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave

Sexta, 13

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Praça da Alegria Especial Natal
16.40 Marisol
17.00 Carita de Anjo
17.30 RTP Crianças
18.30 Quebra-cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 O Elo Mais Fraco
22.00 O Fugitivo
23.00 Operação Especial
00.30 24 Horas
00.45 Segredo de Justiça
02.45 Paraíso Filmes

▼ RTP 2

07.00 RTP Crianças
12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
13.00 Companhia dos Animais
13.15 Arquivos do Entendimento
14.15 Alvos dos Reis
15.00 Informação Gestual
16.30 «Terreno Sagrado» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 Jesse
21.00 Aprender a Ser Pai
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «A Raiz do Coração» (Filme)
01.45 Lupin III

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.00 Olhar da Serpente
17.00 O Meu Nome É Agata
17.30 Desejos de Mulher

Sábado, 14

▼ RTP 1

07.00 RTP Crianças
11.00 Ora Viva!
11.30 «Uma Nova Família» (Filme)
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Maravilhoso Mundo Marinho
16.00 João Baião
19.00 Camilo, o Pendura
19.30 A Minha Sogra é Uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Benfica-Belenenses
22.00 Façam o Favor de Ser Felizes
23.00 «Action Jackson, Homem de Acção» (Filme)
00.45 Musical – Eric Clapton
01.45 24 Horas
02.00 Turnos de Risco
03.00 Paraíso Filmes

▼ RTP 2

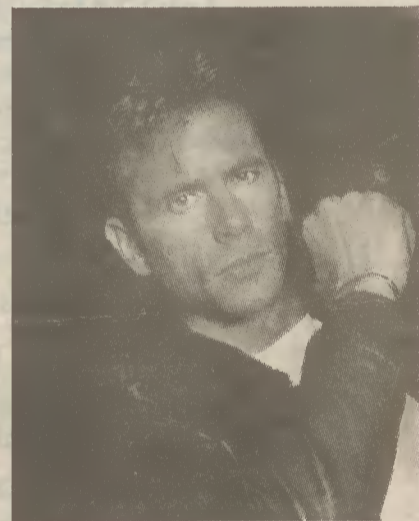
08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado – Com Bernardo Sasseti
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britecom
01.00 Saxazul
02.30 Noites Curtas do Onda-Curta

▼ SIC

07.00 SIC a Abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 Tal Mãe, Tal Filha
15.45 Indiana Jones – «A Doce Canção do Amor»
17.45 (Filme)



Conceição Lino apresenta «Hora Extra» **Air America** encerra a noite da SIC



19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 O Melhor do Herman SIC
02.00 Histórias da Cidade
03.00 Air America

18.30 New Wave
19.00 Beijo do Vampiro
20.00 Jornal da Noite
21.45 Não Há Pai!
22.30 Esperança
24.00 «O Massacre» (Filme)
02.00 Linha da Sorte

20.00 Jornal da Noite
21.00 Malmeço do Riso
22.15 Os Recordes do Guinness
23.15 «Stalone Prisioneiro» (Filme)
02.15 O Camião
03.15 Air America

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 BB Famosos
22.45 Anuanceer
22.15 Anjo Selvagem
24.00 Vidas Reais
01.00 Ally McBeal
02.00 «Pete e o Pai Natal» (Filme)

▼ TVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 BB Extra
17.10 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
19.30 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 BB Famosos
22.00 «Titanic» (Filme)
02.15 Charmed II

▼ TVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
13.30 Contra Ataque
14.00 «Gremlins 2 – A Nova Geração» (Filme)
16.00 «A Casa da Rússia» (Filme)
18.15 Futebol: União de Leiria-Sporting
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
24.00 «A Cor Púrpura» (Filme)
02.00 Survivor
03.15 «Quem Quer Casar com um Milionário?» (Filme)



Vem o Natal, volta o Circo...

Domingo, 15

▼ RTP1

- 07.00 RTP Crianças
- 11.00 Ora Viva!
- 11.00 «Carlotta e Cory» (Filme)
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 «Olha Quem Fala» (Filme)
- 15.45 Estúdio 5
- 19.00 Domingo Desportivo
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Contra-Infomção Fim-de-semana
- 21.45 O Elo Mais Fraco
- 22.30 «Zero, o Super Detective» (Filme)
- 00.45 Domingo Desportivo
- 01.45 24 Horas
- 02.45 «Entre o Ódio e o Amor» (Filme)

▼ RTP2

- 09.00 Programa Religioso
- 11.30 Pontos de Fuga
- 12.00 2010
- 13.00 Circos do Mundo
- 14.00 Desporto 2
- 18.30 Ancient Apocalypse
- 19.30 Onda Curta
- 20.00 A História de Nikita
- 21.10 Artes e Letras - Teatro Apollo em Harlem
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Artes de Paleo («O Circo Engenhoso»)
- 00.45 Odisseia nas Imagens - «Havana, mi Amor»

▼ SIC

- 07.00 SIC a Abrir
- 12.00 BBC Vida Selvagem

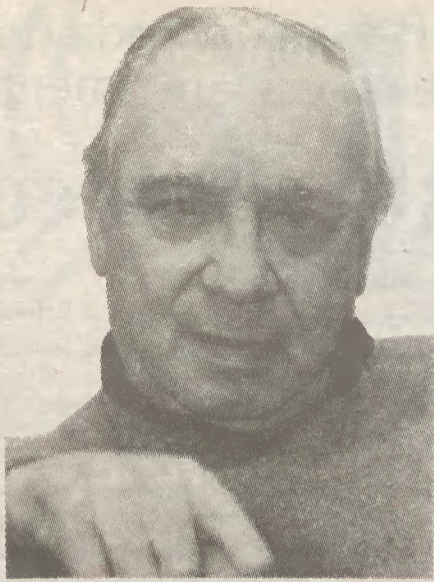
Segunda, 16

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Praça da Alegria Especial Natal
- 16.40 Marisol
- 17.00 Carita de Anjo
- 17.30 RTP Crianças
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.15 Sorte Grande
- 21.30 O Elo Mais Fraco
- 22.30 Prós e Contras
- 00.15 O Fugitivo
- 01.00 24 Horas
- 01.15 Turnos de Risco
- 02.15 «A Face do Criminoso» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
- 13.00 Companhia dos Animais
- 13.15 O Barroco nos Caminhos do Ouro
- 14.15 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «Tulsa, Ouro Negro» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Observatório de Pedra
- 19.00 Dinheiro Electrónico
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Começar de Novo (2)



Solnado em pequenas histórias diárias na RTP2: «Meu Querido Avô»

Terça, 17

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Praça da Alegria Especial Natal
- 16.40 Marisol
- 17.00 Carita de Anjo
- 17.30 RTP Crianças
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.00 O Processo dos Távora (10)
- 23.00 Fora de JOgo

Quarta, 18

▼ RTP1

- 07.00 Bom Dia Portugal
- 10.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 14.00 Regiões
- 14.30 Praça da Alegria Especial Natal
- 16.40 Marisol
- 17.00 Carita de Anjo
- 17.30 RTP Crianças
- 18.15 Quebra-cabeças
- 19.00 O Preço Certo em Euros
- 20.00 Telejornal
- 21.00 O Elo Mais Fraco
- 22.15 «Caçadores de Tempestades» (Filme)
- 00.15 O Fugitivo



- 00.30 O Fugitivo
- 01.30 24 Horas
- 01.45 Turnos de Risco
- 02.45 «Perfume de Mulher» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
- 13.00 Companhia dos Animais
- 13.15 O Barroco nos Caminhos do Ouro
- 13.45 Meu Querido Avô
- 14.15 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «Kundun» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Gente da Cidade
- 19.00 Mega Construções
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 Mentas Assassinas
- 24.00 «Maléna» (Filme)
- 02.15 Lupin III

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Olhar da Serpente
- 17.00 O Meu Nome É Agata
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.45 Não Há Pai!
- 22.30 Esperança
- 24.00 «A Última Dança»
- 02.00 Air America

▼ TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 08.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 25 Anos a Cuidar das Crianças: Festa no Hosp. D. Estefânia
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 00.30 Fadas Reais
- 01.30 Segredo Revelto» (Filme)

- 01.15 24 Horas
- 02.15 «Família Sarilhos» (Filme)

▼ RTP2

- 07.00 RTP Crianças
- 12.00 Meu Pé de Laranja-Lima
- 13.00 Companhia dos Animais
- 13.15 O Barroco nos Caminhos do Ouro
- 13.45 Meu Querido Avô
- 14.15 Alves dos Reis
- 15.00 Informação Gestual
- 16.30 «Lola Montês» (Filme)
- 18.00 Informação Religiosa
- 18.30 Bombordo
- 19.00 Horizonte: «The Midas Formula»
- 20.00 Viver no Campo
- 20.30 Jesse
- 21.00 Aprender a Ser Pai
- 21.30 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 23.00 A Educação de Max Bickford
- 24.00 «A Pianista» (Filme de Robert Altman, com Tim Robbins. Ver Destaque)
- 01.50 Lupin III

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Olhar da Serpente
- 17.00 O Meu Nome É Agata
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.45 Não Há Pai!
- 22.30 Esperança
- 24.00 Hora Extra
- 01.00 «Quem Matou Cookie» (Filme)
- 03.00 Air America

▼ TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 08.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.00 25 Anos a Cuidar das Crianças: Festa no Hosp. D. Estefânia
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 00.30 Fadas Reais
- 01.30 Segredo Revelto» (Filme)

TVisto

• Correia da Fonseca

Do fogo sobre os «políticos»

Já terci salientado aqui, provavelmente, que «Parlamento» (RTP2, sábados, 14 horas) é a única rubrica da televisão portuguesa onde o cidadão pode encontrar com regularidade a opinião do Partido Comunista Português acerca dos diversos problemas nacionais sem que se corra o risco de ela lhe chegar falsificada ou amputada. Naturalmente que também os outros partidos com assento parlamentar têm ali voz e vez, e ainda bem, mas têm também representação directa ou indirecta noutras rubricas dos diversos canais. O PCP, não: tem ali a sua única oportunidade de dizer ao País o que pensa e o que faz, de explicar que não faz nem pensa muito do que lhe atribuem as experimentadas vozes da falsificação e da calúnia. E é exactamente porque «Parlamento»

é o único lugar dos media onde é estruturalmente impossível caluniar o PCP sem que logo ali seja reposta a verdade, que ao longo do tempo tantas vezes se têm suscitado apreensões quanto à sua sobrevivência.

É que, como se sabe, a democraticidade que assegura aos comunistas o direito de defesa no plano mediático é por muitos considerada *persona non grata* neste nosso Estado de Direito. Porém, para além da voz do PCP através de deputados que participam no programa, «Parlamento» acolhe também a voz de telespectadores que dos mais diversos lugares do mundo intervêm por contacto telefónico no programa que naquele mesmo momento estão a acompanhar via satélite. Esses telefonemas parecem decisivos para a justa avaliação da importância do programa: há portugueses que acorrem porque podem, enfim, falar de questões muito concretas da sociedade portuguesa com representantes do poder legislativo, isto é, com os que fazem as leis. (De passagem, anote-se que, como regra geral com todas as excepções que se queira, há uma melhor maturação política nos portugueses emigrados que nos portugueses que ficaram por cá. Convirá talvez reflectir sobre isto.) Contudo, o que mais me impressiona nessas intervenções é mais uma vez quase me sobressaltou na emissão do passada sábado é o quase-ódio que, nas palavras de alguns desses cidadãos, sobretudo nas dos que residem no País, lateja contra «os políticos».

A importância de saber quem manda

Entenda-se: preocupo-me, mas não me admiro. Preocupo-me

porque sei muito bem que este discurso contra «os políticos», meu velho conhecido desde a juventude, é uma típica arma da demagogia nazifascista que em «os políticos» vê as abomináveis liberdades democráticas, o direito não apenas ao voto mas também à expressão livre e ao protesto inteiramente legitimado, a possibilidade insuportável de resistência legal às opressões e de denúncia das imposturas. Para a extrema-direita assumida como tal ou interinamente mascarada de democrática, «os políticos» simbolizam a arrelhadora impossibilidade de ainda não poder fazer tudo o que queira, até de um eventual contrapoder de raiz legal ao megapoder económico-financeiro que é o seu encoberto patrão. Por tudo isto e muito mais ainda, a detracção sistemática de «os políticos» por certa comunicação social é um sinal que eu reconheço e, compreensivelmente, me preocupa. Mas, como disse, não me surpreendo. Eu bem sei quem é que manda na actual sociedade portuguesa, quem dá as ordens ou até já se dispensa de dá-las, por inúteis, por saber que a sua gente já sabe o que tem a fazer, a dizer, a escrever. Mais: eu bem sei que os venenos que desde há muito têm sido injectados no País, de alto a baixo, já tiveram tempo de fazer o seu caminho e de produzir os seus efeitos, de tal modo que pode haver por aí gente de alguma boa-fé mas cabeça de todo mistificada e intoxicada, convencida de que são verdades com punhos, tão óbvias que nem vale a pena reflectir sobre elas, as barbaridades pré-primárias que lhes meteram nas cabeças. Grande parte dessa massa humana está madura para se tornar, um dia destes, apoiante de um qualquer criptofascismo que surja para salvar o País e para o limpar de «os políticos». Entretanto, não me parece que os deputados que no estúdio da RTP ouvem insultos telefonados, ou todas as figuras da vida política que deparam com agressões vocabulares, calúnias, enxovalhos diversos, ao longo dos dias, reajam com adequada indignação e, sobretudo, eficazes esclarecimentos. Nem creio que a Assembleia da República saiba defender-se eficazmente do constante bombardeamento de que é alvo. Reafirmo: preocupo-me. Não exactamente pelos deputados ou outras figuras do Estado, mas pela liberdade conquistada em 74 e cujo preço foi duramente pago nas cinco décadas anteriores. Sobretudo pelo projecto de que a palavra Abril é bandeira e que, de tão justo e tão inquietante para alguns, excitou esta sordida campanha permanente contra «os políticos», contra todos os políticos.



Charmed encerra diariamente a programação da TVI

- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 (Filme)
- 16.00 (Filme)
- 18.00 (Filme)
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.30 Mentas Brillhantes
- 22.30 Herman SIC
- 00.45 «Reencontro com o Passado» (Filme)
- 02.45 Air America

▼ TVI

- 07.30 Super Bataoon
- 09.30 Sempre a Abrir
- 11.00 Cerimónias Religiosas
- 13.00 TVI Jornal
- 13.45 «Dave, Presidente por um Dia» (Filme)
- 15.45 «Adoro Sarilhos» (Filme)
- 18.00 «Forasteiros em Nova Iorque» (Filme)
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.00 Big Brother
- 22.15 A Jóia de África
- 23.15 O Último Beijo
- 00.15 «A Tempestade» (Filme)

- 24.00 «Ondas de Paixão» (Filme)
- 02.40 Lupin III

▼ SIC

- 07.00 Infantil/Juvenil
- 11.00 SIC 10 Horas
- 13.00 Primeiro Jornal
- 14.00 As Duas por Três
- 16.00 Olhar da Serpente
- 17.00 O Meu Nome É Agata
- 17.30 Desejos de Mulher
- 18.30 New Wave
- 19.00 Beijo do Vampiro
- 20.00 Jornal da Noite
- 21.45 Não Há Pai!
- 22.30 Esperança
- 24.00 «Justiça e Vingança» (Filme)
- 02.00 Air America

▼ TVI

- 07.30 Sempre a Abrir
- 08.00 Olá Portugal
- 13.00 TVI Jornal
- 14.15 A Vida É Bela
- 15.00 BB Famosos
- 16.15 BB Extra
- 17.10 Fadas Reais
- 19.00 Tudo por Amor
- 19.30 Anjo Selvagem
- 20.00 Jornal Nacional
- 21.15 BB Famosos
- 21.45 A Jóia de África
- 22.45 Summeover
- 23.35 Anjo Selvagem
- 00.30 Fadas Reais
- 01.30 Segredos Secretos
- 02.30 ... Joga

Nota: A redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

A talhe de foice

• Anabela Fino

Rumo certo

Para o patrono das Seguradoras, Bagão Félix, a adesão à greve não foi além dos 13 por cento, número que já inclui os que não puderam ir trabalhar por falta de transportes, e os dados apresentados pela CGTP não passam de uma «mentira grosseira». Em abono da sua tese, garantiu o ministro do Trabalho que bastava «olhar para a rua, porque os resultados não (sector do) comércio entram pelo olhos dentro». Apoiado em tão ponderosos factos, o ministro não hesitou em concluir que está provado que o Governo vai «no rumo certo» e que o pacote laboral «irá em frente, consolidando até 8 de Janeiro a perspectiva de concertação da negociação social».

Para o ministro da Educação, David Justino, o facto de um número indeterminado de escolas ter fechado é perfeitamente irrelevante, pois na sua douta opinião «qualquer cozinheira» faz encerrar uma escola.

Para Nobre Guedes, do CDS/PP, a greve não passou de mais «uma guerra entre a direita e a esquerda do PCP».

Os três exemplos escolhidos ilustram bem o desatino do Governo e da maioria parlamentar face à magnitude da luta dos trabalhadores. Os dislates proferidos e o autismo político de quem desesperadamente procura tapar o sol com a peneira assumem foros de verdadeiro escândalo.

Sucede que, na actual conjuntura, nem é necessário recorrer aos números de adesão à greve, nem aos sindicatos, nem às forças de esquerda, para aferir o profundo descontentamento que grassa na sociedade portuguesa com a política do actual Governo. No comércio, que Bagão Félix aponta como exemplo do alegado fracasso da greve geral, a hora é de crise, com os comerciantes a anteciparem os saldos e a fazerem concorrência aos bancos na concessão de créditos para salvarem o mês. Os empresários falam já abertamente de quebras na ordem dos 30 a 40 por cento em relação ao mesmo período de 2001, e o próprio presidente da Confederação, Vasco da Gama, veio a público dizer que, embora os consumidores devam ser «prudentes», não devem cortar «em tudo» porque isso levará a um «menor investimento e ao aumento do desemprego».

Os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística confirmam que a nível geral o panorama é negro. Quase 90 por cento dos portugueses consideram que a situação económica piorou no último ano, e cerca de 70 por cento prevêem que o futuro próximo seja ainda pior. Em Novembro, o indicador de confiança dos consumidores atingiu um novo mínimo histórico, em três meses consecutivos, situando-se abaixo do pior registo de 1993. Na base desta verdadeira depressão está o aumento do desemprego, a subida da inflação, a degradação da situação económica e a falta de confiança nas medidas do Governo. Envergonhados da sua pobreza, os portugueses não assumem, segundo o INE, os elevados níveis de endividamento em que estão mergulhados, embora a situação tenha vindo a ser denunciada em dados oficiais. A maioria opta por afirmar que os seus rendimentos «dão à justa» para cobrir as responsabilidades assumidas.

Descrentes do «rumo certo» do ministro 13 por cento e do Governo de direita a que pertence, os portugueses repudiaram no dia 10 uma política que não serve o País. A evidência fala por si, não vale a pena entrar em discussões estereis com ministros minguados de decência. Ao contrário do que afirma Bagão Félix, quem está no rumo certo são os trabalhadores. A luta não fica por aqui.

CGTP exige retirada do pacote laboral e persiste no esclarecimento e na mobilização

Luta para continuar

Ao fim da tarde de anteontem, a Comissão Executiva da CGTP-IN sublinhou o grande impacto da greve geral e exigiu que o Governo abandone a sua proposta de Código de Trabalho.

A nota que foi divulgada em conferência de imprensa, após a reunião daquele organismo de direcção, sintetiza e desenvolve afirmações de dirigentes da central, produzidas ao longo do dia e que foram ganhando força à medida que eram divulgadas novas informações sobre a adesão à greve geral.

«Esta greve geral tem e vai ter efeitos políticos e sociais muito importantes», dizia Manuel Carvalho da Silva, no Rossio, a algumas centenas de elementos de piquetes de greve que ali se concentraram, cerca das 16 horas. Como efeitos da paralisação, o secretário-geral da CGTP apontou a maior força que adquire a razão dos trabalhadores, na luta contra o pacote laboral e em defesa de direitos justos e arduamente conquistados. Fica também mais evidenciada a responsabilização do Governo pelas «políticas desastrosas contra os trabalhadores», bem como «a grande mentira sobre o aumento de pensões» e a manutenção da injustiça fiscal.

Com a greve geral, ganhou mais força a afirmação de que «é possível derrotar estas políticas», concluiu Carvalho

da Silva, depois de realçar que «a luta vai ser dura e prolongada», poderá exigir, se necessário, o recurso a «lutas de dimensão superior», mas terá que assentar no prosseguimento do «esclarecimento e mobilização na base».

A Comissão Executiva da Inter, pouco mais tarde, declarou «com toda a clareza e empenho, a sua disponibilidade e determinação em prosseguir a luta por tais objectivos, em convergência e unidade na acção com todos os trabalhadores e todas as organizações sindicais que para tal se predisponham».

Na próxima quinta-feira, dia 19, reúne o Conselho Nacional da CGTP.

Há que mudar

Do Governo, a CGTP reclama o abandono da proposta de Código de Trabalho.

Das forças políticas parlamentares, «espera que assumam a sua responsabilidade no processo em curso na Assembleia da República». A central deseja, como refere a Comissão Executiva, que os deputados «criem as condições necessárias» para que:

– «o direito do trabalho seja defendido e valorizado, os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores respeitados e a negociação colectiva defendida e implementada»;

– os custos do trabalho sejam «reduzidos e a produtividade aumentada», mas «através da promoção da gestão e organização, da inovação de produtos e tecnologias, da formação e qualificação profissional»;

– seja «equilibrado» o poder que capital e trabalho têm dentro da empresa e «a

democracia não fique à porta da empresa».

A CGTP defende que «a modernização da legislação de trabalho se desenvolva através dum processo que garanta a efectivação das leis vigentes, uma adequada sistematização da legislação em vigor, através de diálogo sério e negociação adequada com os parceiros sociais, que tenha em conta a evolução da estrutura económica e respeite a valorização do trabalho e a dignificação dos trabalhadores».

O que prova a greve geral

A CGTP salienta que a jornada de dia 10 «constituiu uma demonstração de força da democracia e a condenação da arrogância e prepotência deste Governo».

A adesão à greve geral «prova o descontentamento dos trabalhadores e a sua firme condenação não só do Código do Trabalho como também das políticas salariais e sociais injustas que o Governo teima em impor».

Prova ainda que o pacote laboral deste Governo «é um factor desestabilizador do meio laboral e das empresas, de desmotivação dos trabalhadores, destruidor da sociedade e, como tal, afecta a produtividade e a competitividade, que se diz querer aumentar», e que «é fonte de conflito e instabilidade social».

O êxito da greve geral «demonstra que os trabalhadores não desistem de lutar e não de vencer; os derrotados serão os que se mantêm autistas e cegos perante os seus protestos».

RTP na rua

Os trabalhadores da RTP iniciaram na semana passada uma série de concentrações, que vão ter lugar todas as quartas-feiras, às 13 horas, frente às instalações da televisão pública (foto na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa). As concentrações foram decididas em plenário, no final de Novembro, tal como a realização de greve no dia 10 de Dezembro, além de manifesta-

ções todas as quartas-feiras, às 13 horas, em frente às instalações da estação.

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da RTP exigem ao Conselho de Administração da empresa e ao Governo a suspensão de todos os processos de rescisão, até à definição do modelo de serviço público de televisão e dos meios necessários para a sua implementação, a garantia dos

direitos adquiridos de todos os funcionários, bem como reformados e pensionistas. O primeiro-ministro não respondeu ao pedido de audiência solici-

tado pela frente comum sindical, que não foi informada sobre os planos do Governo quanto ao futuro do serviço público de televisão.



Bloco Nacionalista Galego

Uma delegação do Bloco Nacionalista Galego, incluindo presidentes de municípios e membros do Parlamento da Galiza e do Congresso de Deputados de Madrid, encontrou-se segunda-feira, na Assembleia da República, com uma delegação do PCP. No encontro,

antecipado um dia para não coincidir com a greve geral, os comunistas portugueses estiveram representados pelo secretário-geral, Carlos Carvalho, pelo presidente do Grupo Parlamentar, Bernardino Soares, e pelos deputados António Filipe e Rodeia Machado.



PEV contra retrocesso

O Partido Ecologista «Os Verdes» considera que «os trabalhadores portugueses, através da forte adesão à greve geral, souberam responder de forma adequada à política do Governo e, em particular, à sua intenção de impor um Código de Trabalho que apenas visa dar força aos interesses daqueles que pensam que as pessoas existem para servir a economia e não o contrário».

Em nota divulgada anteontem, o PEV condenou as tentativas de intimidação verifi-

cadas em alguns locais e saudou «todos os trabalhadores que hoje mostraram a sua indignação relativamente à ameaça de um verdadeiro retrocesso civilizacional» que o pacote laboral constitui e que o PEV exige que o Governo abandone.

